

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE  
MESQUITA FILHO”**

**CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO  
UMA LEITURA DE TESES DEFENDIDAS ENTRE  
2000-2014**



**SAULO ALBUQUERQUE GOMES**

**PRESIDENTE PRUDENTE**

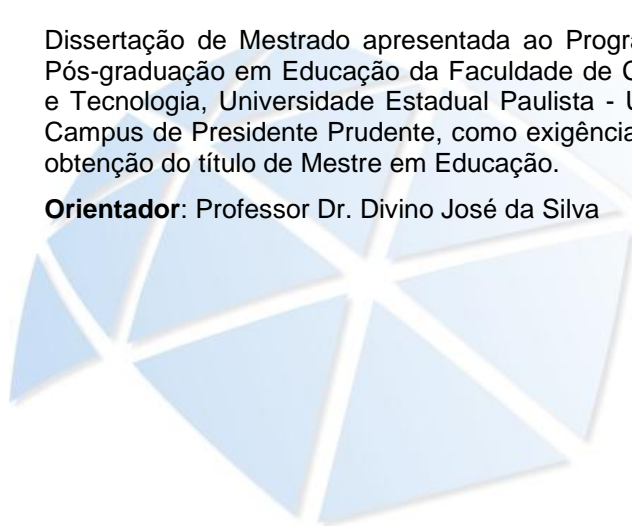
**2017**

**SAULO ALBUQUERQUE GOMES**

**A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO  
UMA LEITURA DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS ENTRE  
2000-2014**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Presidente Prudente, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientador:** Professor Dr. Divino José da Silva



**PRESIDENTE PRUDENTE-SP**

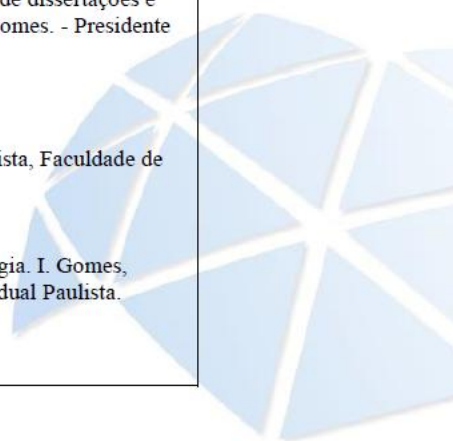
**2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

G617s Gomes, Saulo A.  
A sociologia no ensino médio brasileiro: uma leitura de dissertações e teses defendidas entre 2000-2014 / Saulo Albuquerque Gomes. - Presidente Prudente: [s.n], 2017  
126 f.

Orientador: Divino José da Silva  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Ensino de Sociologia. 2. Ensino Médio. 3. Sociologia. I. Gomes, Saulo A. II. Silva, Divino José da. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: **A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: UMA LEITURA DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS ENTRE 2000-2014**

**AUTOR: SAULO ALBUQUERQUE GOMES**

**ORIENTADOR: DIVINO JOSE DA SILVA**

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. DIVINO JOSE DA SILVA

Departamento de Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/Presidente Prudente

Prof. Dr. RODRIGO BARBOSA LOPES

Departamento de Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/ Campus de Presidente Prudente

Prof. Dr. ALONSO BEZERRA DE CARVALHO

Departamento de Educação/Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis e Programa de Pós-Graduação em Educação / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Campus de Marília

Presidente Prudente, 21 de março de 2017

Aos que buscam na educação a  
motivação para lutar por um mundo mais  
solidário

## AGRADECIMENTOS

*São tantos os motivos  
Foram muitas as pessoas  
Noites mal dormidas  
Tantas “horas bunda”*

*Quantas emoções sentidas  
Alegrias e angústias  
O caminho nem sempre visto  
E por certo ainda longo*

*Um passo de cada vez  
E cada passo é muito importante  
Sozinho não poderia  
Ter caminhado tão distante*

Agradeço imensamente a minha esposa Barbara Cristina Mota Johas que sempre me incentivou, apoiou e me deu forças para continuar, que sempre acreditou que eu conseguiria e que sofreu junto comigo todos os dias, obrigado, pois, sem você nada disso teria sido possível.

Obrigado a todos os professores que fizeram parte de minha formação acadêmica durante esse percurso, que me ensinaram a ver o mundo com outros olhos.

Obrigado a meu filho Raul Mota Johas Albuquerque Gomes que sempre me interrompeu para me dar carinho e me motivar sempre.

A família Albuquerque, Mota e Terra que sempre acreditou e me incentivou a superar os desafios.

A meu pai que me ajudou sempre que necessário.

Aos professores Rodrigo Barbosa Lopes e Alonso Bezerra de Carvalho pela elegância e seriedade com que realizaram as correções e as sugestões ao trabalho.

A meu orientador Dr. Divino José da Silva que me orientou com muita paciência e companheirismo, muito obrigado.

## RESUMO

Esta pesquisa, vinculada à linha: “Desenvolvimento Humano, Diferença e Valores” do Programa de Pós-graduação em Educação da FCT/UNESP tem como objetivo pensar o modo como o ensino de Sociologia tem sido problematizado no âmbito das pesquisas acadêmicas no Brasil. Pretende-se compreender os elementos que o influenciam e os significados de ensinar Sociologia na educação básica. Acreditamos que o ensino de Sociologia por meio de um processo de desnaturalização e estranhamento da realidade pode promover nos jovens uma reflexão crítica da realidade na qual estão inseridos. Em 2008 após a promulgação da Lei nº 11.684/2008, a disciplina de Sociologia passou a ser obrigatória nos três anos do ensino médio em todo território nacional. Historicamente a disciplina de Sociologia sofreu um processo de intermitência nos programas de educação básica em nível nacional. Analisamos as dissertações e teses buscando identificar como ocorreu o processo de institucionalização da disciplina no Brasil, identificando como ocorreu a sistematização dessa nova área de conhecimento e sua divulgação; quais as representações que professores e alunos têm sobre o ensino de Sociologia; quais as condições do trabalho docente e especificamente como cada um desses fatores influencia no ensino de Sociologia.

**Palavras chaves:** Educação. Ensino Médio. Sociologia. Ensino de Sociologia.

## **ABSTRACT**

This research, linked to the line "Human Development, Difference and Values" of the Postgraduate Program in Education of the FCT / UNESP aims to think about the way in which the teaching of Sociology has been problematized in the scope of academic researches especially in Brazil. It is intended to understand the elements that influence and the meanings of teaching Sociology in basic education. What is the importance of this knowledge in the formation of our young people? We start from the hypothesis that this teaching promotes a process of denaturalization and estrangement from reality by promoting in young people a more critical reflection of reality. In 2008, after the promulgation of Law No. 11,684 / 2008, the discipline of Sociology became compulsory in the three years of secondary education throughout Brazil. Historically the discipline of Sociology has undergone a process of intermittence in the basic education programs at the national level. We analyze the process of institutionalization of the discipline in Brazil, trying to identify: how was the systematization of this new knowledge and its dissemination; What representations that teachers and students have about the teaching of Sociology; What are the teaching work conditions and specifically how each of these factors influences the teaching of Sociology.

**Keywords:** Education. Secondary Education. Sociology. Teaching Sociology.



## LISTA DE SIGLAS

CES	Câmara de Educação Superior
CLAPCS	Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais
CNE	Conselho Nacional de Educação
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDBE	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OCN	Orientação Curricular Nacional
OCNEM	Orientação Curricular Nacional do Ensino Médio
PNC	Plano Nacional Curricular
PNCEM	Plano Nacional Curricular do Ensino Médio
SEMTEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UEC	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NA ESCOLA BRASILEIRA .....</b>	<b>20</b>
2.1 O CARÁTER SALVACIONISTA DA SOCIOLOGIA.....	21
2.2 SOCIOLOGIA: UM CONHECIMENTO SUBVERSIVO E PERIGOSO.....	31
2.3 SOCIOLOGIA: FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA .....	37
<b>3 UMA REFLEXÃO SOBRE OS RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO BÁSICO.....</b>	<b>46</b>
<b>4 AS REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA .....</b>	<b>67</b>
<b>5 A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO .....</b>	<b>80</b>
<b>6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>94</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>118</b>

## 1 INTRODUÇÃO

[...] dentre todas as tarefas pedagógicas, a mais difícil é a que consiste em expor problemas científicos de maneira tal que um espírito não preparado, mas bem-dotado, possa compreendê-lo e formar uma opinião própria – o que, para nós, corresponde ao único êxito decisivo. (WEBER, 2002, ED.11, P.23)

As palavras de Max Weber nos instigam algumas reflexões acerca do ensino de Sociologia: Qual a importância dessa disciplina na formação de nossos jovens? O que significa ser professor de Sociologia? E o que significa ensiná-la no Brasil?

Este trabalho teve como objetivo inicial analisar a proposta curricular do Estado de São Paulo, assim como os materiais didáticos, a fim de compreender o significado de ensinar Sociologia no ensino médio paulista. No entanto a pesquisa como sabemos toma rumos diferentes daqueles planejados e muitas vezes nos leva a caminhos mais distantes. Ao realizar o primeiro passo de minha pesquisa, ou seja, ao realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática nos sites das principais universidades e no banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando combinações de palavras-chave como: Ensino de Sociologia, Sociologia na Escola, Ensinar Sociologia, Sociologia no Ensino Médio, Educação e Sociologia, entre outras, encontrei muitos trabalhos e artigos, sobre a temática. Esse fato contribuiu muito para a realização de minha pesquisa e me levou a ampliá-la. Dessa maneira meu objeto de estudo que em um primeiro momento era o ensino de Sociologia no Estado de São Paulo voltou-se para a análise do Ensino de Sociologia no Brasil a partir da leitura de dissertações e teses entre os anos de 2000 e 2014.

Como professor de Sociologia na Diretoria de Ensino de Presidente Prudente, no período de 2009 a 2014 presenciei inúmeras situações no âmbito escolar que me motivaram a aprofundar meus estudos sobre os desafios e as possibilidades de ensinar Sociologia para os jovens estudantes do Ensino Médio. Buscava compreender melhor quais as especificidades históricas da disciplina de Sociologia e de seu ensino. Acreditava que de fato ensinar Sociologia era muito importante para os jovens, entretanto, em minhas aulas percebi que nem sempre essa importância era correspondida e isso me intrigava. As dificuldades encontradas na docência foram inúmeras, mas, a

maior delas era fazer com que os conteúdos e a própria disciplina tivessem sentido na vida dos jovens, mas para que eu pudesse fazer isso era necessário me aprofundar um pouco mais sobre esse universo. Enquanto lecionava a disciplina, sempre acreditei que ao instigar os jovens a estranharem a realidade na qual estão inseridos e a refletirem sobre o papel dos mesmos enquanto protagonistas de sua própria história, o ensino de Sociologia se diferenciava das outras disciplinas e possibilitava um questionamento mais aberto sobre temas importantes como a desigualdade social, a violência e a participação política.

A escola, entendida como a forma material pela qual a educação formal se efetiva encontra-se, frente a vários dilemas: condições de trabalho precárias, violência, problemas estruturais, entre eles, a necessidade de empreender um processo de autocrítica que permita uma (re) significação dos seus conteúdos, especialmente do papel social por ela desempenhado. A Sociologia da Educação tem se dedicado intensamente a problematizar o modelo de escola que temos e refletir sobre o modelo que poderíamos ter. A história da Sociologia no Brasil está intimamente ligada à história da educação, e foi no campo da educação que ela conseguiu primeiramente sua legitimidade (MEUCCI, 2000).

No livro “A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de Ensino”, publicado em 1970 por Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, evidenciou-se como a escola é um dos principais mecanismos de reprodução social. Estes autores observaram que ao privilegiar certos valores, comportamentos e conteúdos, ou seja, ao tomar como referência o capital cultural burguês, a escola desconsidera as especificidades históricas, culturais e sociais dos indivíduos e dessa maneira não só reproduz como também e acima de tudo legitima as desigualdades sociais. Para Bourdieu (1998),

A cultura “livre”, condição implícita do êxito em certas carreiras escolares, é muito desigualmente repartida entre os estudantes universitários originários das diferentes classes sociais e, a fortiori, entre os de liceus ou os de colégios, pois as desigualdades de seleção e a ação homogeneizante da escola não fizeram senão reduzir as diferenças (p.45).

O capital cultural é um dos elementos fundamentais para se conseguir êxito na escola, ou seja, é preciso conhecer os hábitos e valores considerados

legítimos pela sociedade e reproduzi-los fielmente para obter sucesso. Bourdieu nos evidencia que essa cultura livre é muito desigualmente repartida entre as diferentes classes sociais e indivíduos no interior da sociedade e que ao chegar à escola as crianças carregam consigo valores e comportamentos referentes ao contexto no qual estão inseridas. Quando esses valores não correspondem ao capital cultural exigido pelas instituições escolares, essas crianças acabam sendo excluídas e estigmatizadas tanto pela instituição como por seus pares.

As incertezas em relação ao futuro, a precarização do trabalho e a fragmentação social refletem diretamente na escola, as quais no ano de 2016 foram ocupadas por estudantes, que lutam contra as políticas neoliberais que objetivam precarizar ainda mais serviços públicos como os da educação e da saúde. Pensar a educação e a própria escola requer uma análise complexa, que articule as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Acreditamos que cada um desses elementos interfere no ensino da Sociologia.

O sociólogo francês Émile Durkheim (2010) em seu livro “Educação e Sociedade” constatou que a educação é uma ação prática que é ao mesmo tempo social e individual. Cada sociedade define a ação educativa a partir da construção de um tipo ideal de homem e por meio dessa ação reproduz a própria sociedade. Durkheim define a educação como sendo uma ação realizada pelas gerações adultas sobre as mais novas; em outras palavras, a educação é compreendida em uma perspectiva mais ampla enquanto processo de socialização. A educação e a escola novamente são compreendidas como mecanismos de reprodução social.

Num meio moral em que o individualismo possibilitado pela diferenciação social compete com a consciência coletiva própria a toda vida social, a educação assume o significado de educação moral. Assume a condição de pedra fundamental de preservação da coesão social (RODRIGUES, 2000, p.32).

A educação dessa maneira é compreendida como o processo por meio do qual aprendemos a ser membros de uma determinada sociedade, ou seja, a educação tem por função principal a socialização e moralização dos indivíduos com o objetivo de preservar a coesão social.

Atualmente tem-se defendido por meio do projeto de lei nº867 de 2015 uma “Escola sem Partido”, uma escola neutra e acrítica que sirva aos interesses do grande capital e de uma elite dominante.

A busca por uma educação de qualidade só pode se dar por meio de lutas sociais de diferentes setores da sociedade: intelectuais, políticos, sindicatos, cientistas, estudantes, artistas, juristas e professores que acreditam que por meio dos processos formativos seja possível avançarmos em direção a uma sociedade mais igualitária. Em 2016 vivenciamos uma situação delicada no âmbito da educação pública brasileira. Novamente o contexto político e econômico de tendência neoliberal têm atacado a Constituição e os direitos sociais. Vivenciamos ocupações de inúmeras instituições de ensino no país; jovens estudantes sofrem com a violência ostensiva da Polícia Militar que cumpre determinações de um Estado autoritário.

A luta pelo ensino de Sociologia na educação básica sempre esteve ligada a consolidação de uma educação pública de qualidade como nos indica a literatura sobre a temática. Os conhecimentos sociológicos são compreendidos como fundamentais para a modernização de nosso país em especial para o exercício da cidadania. Essa luta tem mais de um século de história e após muitas batalhas, no ano de 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.684 sancionada pela Presidência da República, que altera o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/96, foi determinado que a Sociologia e a Filosofia se tornem disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio. Entretanto, por meio da medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 o governo institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Neste contexto político, a formação técnica é considerada mais importante e novamente disciplinas importantes para uma formação mais humanista como Artes, História e Educação Física correm o risco de ficarem fora dos currículos escolares como conteúdos obrigatórios.

Martha Craven Nussbaum (2010), filósofa estadunidense, em seu livro intitulado: “Sin fines de lucro: Por qué la democracia necesita de las humanidades”, demonstra que,

Concebidas como ornamentos inútiles por quienes definen las políticas estatales en un momento en que las naciones deben eliminar todo lo que no tenga ninguna utilidad para ser competitivas en el mercado global, estas carreras y materias pierden terreno a gran velocidad, tanto en los programas curriculares como en la mente y el corazón de padres e hijos. Es más, aquello que podríamos describir como el aspecto humanístico de las ciencias, es decir, el aspecto relacionado con la imaginación, la creatividad y la rigurosidad en el pensamiento crítico, también está perdiendo terreno en la medida en que los países optan por fomentar la rentabilidad a corto plazo mediante el cultivo de capacidades utilitarias y prácticas, aptas para generar renta. (NUSSBAUM, 2010, p.20).

Entretanto Nussbaum resalta a importância dessas disciplinas para a preservação da democracia e a construção de um mundo melhor, especialmente por sua capacidade crítica, criativa e de solidariedade.

Estas capacidades se vinculan con las artes y con las humanidades. Nos referimos a la capacidad de desarrollar un pensamiento crítico; la capacidad de trascender las lealtades nacionales y de afrontar los problemas internacionales con o "ciudadanos del mundo"; y por último, la capacidad de imaginar con compasión las dificultades del prójimo (NUSSBAUM, 2010, p.26).

Acreditamos que a Sociologia tem uma grande contribuição ao trazer para o contexto escolar reflexões sobre temas como gênero, relativismo cultural, imaginação sociológica, participação política entre outros. Ao realizar reflexões pautadas pelos métodos científicos especialmente o da desnaturalização e estranhamento da realidade a mesma contribui imensamente para uma formação mais crítica.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Ciências Humanas,

O estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio tem como objetivo mais geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política. [...]. Assim sendo, a seleção dos conceitos estruturadores da Sociologia deve levar em conta a contribuição fundamental dessas áreas das Ciências Humanas e Sociais (BRASIL, 2004).

É importante evidenciar que ao longo de mais de um século ocorreram diversas reformas educacionais, e em alguns momentos a Sociologia era compreendida como uma espécie de salvação do Brasil, a ciência que traria o progresso e a civilização por meio do pensamento racional acerca das relações sociais (MEUCCI, 2000), e, portanto, de caráter obrigatório. Em outros contextos, porém, a mesma é adaptada sobre outras nomenclaturas (PERUCCI, 2009), como possibilidade de controle e adaptação social ou mesmo excluída por ser considerada subversiva.



Essas problemáticas produziram no campo acadêmico e escolar, muitas interpretações equivocadas acerca do papel da disciplina, o que acarretou muitas vezes em distorções e discussões acerca da sua legitimidade, assim como sobre a prática dos professores destes conteúdos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais,

Na década de (19)90, enfrentamos um desafio de outra ordem. O volume de informações, produzido em decorrência das novas tecnologias, é constantemente superado, colocando novos parâmetros para a formação dos cidadãos propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização. Pensar um novo currículo para o Ensino Médio coloca em presença estes dois fatores: as mudanças estruturais que decorrem da chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais; e a expansão crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se coadunem com as exigências desta sociedade. (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>, p. 6)

O retorno da disciplina de Sociologia ao nível médio de ensino tanto das escolas públicas como privadas se caracteriza como um processo de rompimento com um ensino puramente tecnocrático, em especial pelo fato de ser uma disciplina fundamentada em pesquisas empíricas e teorias explicativas. Como vimos acima é preciso compreender a realidade como algo dinâmico e em fluxo constante e não como algo estático.

Parece-nos que o grande argumento utilizado pelas instituições educacionais a favor da Sociologia está centrado na valorização de uma formação humanística, ou seja, valorizar as disciplinas da área de humanidades – Sociologia e Filosofia em especial – que contribuem na formação de um jovem mais crítico em relação ao contexto social em que está inserido tornando-se por consequência mais participativo. Entretanto, a própria história da disciplina nos evidencia que o ensino da Sociologia nem sempre teve como princípio uma formação de caráter crítico, mas, muitas vezes, pelo contrário, foi exercida de forma conservadora em um claro viés de ajustamento social (MEUCCI, 2000). Em suma, a introdução desta disciplina nos currículos foi permeada por muitos conflitos e isso também ocorre de forma diferente nos vários Estados e em suas propostas.

Os obstáculos que se apresentavam quanto à introdução da disciplina de Sociologia no ensino médio também estão presentes na análise que alguns autores realizaram acerca dos materiais didáticos disponíveis, especialmente de livros utilizados no âmbito escolar. Meucci (2000) em seu trabalho intitulado “O significado do ensino de sociologia no Brasil” (1930-1950) demonstra a existência de uma relação entre os conteúdos programáticos com os objetivos do Ensino de Sociologia e o contexto autoritário de cada época. No entanto, se por um lado havia uma tendência a adequar-se a um contexto mais geral, por outro também havia a necessidade de adequar-se a um contexto mais específico. Sendo assim, em cada nível em que a disciplina era introduzida ela possuía um objetivo específico. Compreender o ensino da Sociologia é compreender o processo de legitimação da disciplina e das Ciências Sociais no campo intelectual brasileiro (MEUCCI, 2000).

Segundo Moraes (2010), os conteúdos programáticos e os materiais didáticos só podem consolidar-se de modo legítimo e eficiente com o concurso de duas iniciativas urgentes: a) Reconhecimento da comunidade de cientistas sociais enquanto uma área de pesquisa em Ensino de Sociologia, com espaço para debates e divulgação de pesquisas em seus fóruns e para a publicação em sua imprensa periódica, b) Superação do modelo atual de formação do professor de Sociologia, com interação efetiva entre licenciatura e bacharelado.

Nossa pesquisa nos permite afirmar que há um aumento na produção de pesquisas, eventos, materiais e grupos de discussões sobre o ensino de Sociologia, mas, em relação a uma maior interação entre o Bacharelado e a Licenciatura ainda são necessários mais estudos. Isso demonstra, apesar de tudo que temos avançado, os percalços que ainda temos na direção de consolidar uma comunidade de pesquisadores sobre o ensino da disciplina.

O estado de São Paulo, durante os anos de 1982-1986, por meio da resolução SE nº 236/83 possibilitou a inclusão da Sociologia nas escolas e em 1986 o estado realizou um concurso público para professores de Sociologia. Tal cenário se modifica em 1992 quando a CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas criada em 1986 – apresenta uma nova proposta curricular defendendo a diminuição das escolas que oferecem Sociologia. Dessa maneira podemos constatar que a relação do ensino de Sociologia no

estado de São Paulo tem se mostrado fortemente influenciada e muitas vezes determinada pelo contexto político de cada momento histórico em específico. Tanto que o ensino de Sociologia só será ofertado novamente nas escolas paulistas mediante a imposição da Lei Federal nº11.684/2008.

Em 1996, por ocasião da promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n 9.394/96) estabeleceu-se que ao final do ensino médio, o educando deveria demonstrar o domínio de conhecimentos em Sociologia e Filosofia, pois, estes são essenciais para o exercício da cidadania. Esse argumento contribuiu e deu força na luta pela obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino médio brasileiro, entretanto, a obrigatoriedade desse ensino só se tornaria efetiva em 2008. Constatamos que, apesar de historicamente o Estado de São Paulo ter sido muito importante para o desenvolvimento das Ciências Sociais brasileiras e também para o ensino de Sociologia na escola pública, paradoxalmente foi um dos últimos Estados a cumprir a Lei 11.684/2008.

Com o objetivo de compreender o que significa ensinar Sociologia, realizamos os seguintes passos na elaboração de nossa pesquisa: primeiramente realizamos uma busca no banco de teses e dissertações da CAPES por meio da combinação de palavras-chave como: ensino, sociologia, educação, ciências sociais, ensino médio. Ao realizarmos essa pesquisa encontramos muitos trabalhos que de alguma maneira se relacionavam direta ou indiretamente com nossa problemática central. Após a leitura e uma sistematização preliminar desses trabalhos iniciamos um processo de categorização dos mesmos para que pudéssemos organizar melhor as ideias e problemáticas por eles evidenciadas. Organizamos essas categorias em capítulos para que a dimensão mais ampla de nossa temática pudesse ser preservada. Estes capítulos surgem como reflexo das problemáticas desenvolvidas pela produção acadêmica sobre o ensino de Sociologia no Brasil entre 2000 e 2014, quando iniciamos nossa pesquisa. Assim, em cada capítulo procuramos compreender como essas problemáticas se relacionam direta ou indiretamente com o ensino de Sociologia. Os trabalhos em sua grande parte estão vinculados aos programas de Pós-graduação em Educação e Sociologia, predominando dissertações de mestrado. Fora realizada também uma

pesquisa acerca de artigos publicados sobre a temática, mas devido à quantidade de materiais encontrados optamos por priorizar as dissertações e teses.

Procuramos realizar uma pesquisa de caráter qualitativo do tipo Estado da Arte<sup>1</sup>, pois, ao realizar a sistematização e interpretação das pesquisas sobre o ensino de Sociologia procuramos, como em um trabalho de artesanato, transformar cada pesquisa em matéria prima para a construção de uma nova maneira de olhar a realidade desse ensino em nosso país. Buscamos também evidenciar aquilo que de mais significativo encontramos sobre o ensino de sociologia no âmbito da produção acadêmica e priorizamos dar voz aos trabalhos.

No primeiro capítulo voltamos nosso olhar sobre o surgimento da Sociologia no Brasil, indagando o passado sobre o processo de institucionalização da disciplina de Sociologia na educação básica e acadêmica. Observando as disputas históricas sobre esse ensino, foi possível identificar que o mesmo inicialmente fora compreendido como extremamente importante na compreensão da realidade nacional e dos problemas sociais advindos do processo de industrialização. Posteriormente este ensino se torna subversivo aos interesses políticos e é excluído ou adaptado a esses interesses especialmente no sentido de ajustamento social e moral dos indivíduos. Atualmente a disciplina consta como conteúdo obrigatório, entretanto com a medida provisória nº746/2016 novamente corre-se o risco de a disciplina não constar como conteúdo obrigatório nos currículos do Ensino Médio.

No segundo capítulo evidenciam-se algumas questões sobre os manuais didáticos produzidos sobre o conhecimento sociológico. Procuramos compreender qual a importância dos manuais e qual a relação destes com o ensino de Sociologia. Pensar sobre como os materiais didáticos de Sociologia foram problematizados pela produção científica e de maneira mais ampla como

---

<sup>1</sup> Estado da arte pode ser definido como um tipo de pesquisa de caráter bibliográfico que tem como traço comum mapear e discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares; e de que formas e em que condições têm sido produzido esse conhecimento (dissertações, teses, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários, etc.).

essa produção influencia ou determina a maneira como o ensino de fato acontece nas escolas pode nos ajudar a compreender o que significa ensinar sociologia.

No terceiro capítulo pontuamos algumas discussões acerca das representações que alunos e professores têm sobre o ensino de Sociologia. Evidencia-se neste momento o que professores e alunos pensam sobre o ensino de Sociologia, procurando verificar como esse fato interfere no ensino da disciplina. Pensar sobre como o ensino de Sociologia é representado por professores e especialmente alunos pode nos indicar alternativas para pensar a identidade desse ensino no âmbito escolar e quais suas especificidades em relação às demais disciplinas da área de ciências humanas.

No quarto capítulo evidenciamos algumas considerações realizadas pela produção científica sobre a importância do ensino de Sociologia no Ensino Médio. Problematizamos os argumentos favoráveis e contrários ao ensino da disciplina, bem como das tendências teóricas acerca dos objetivos do próprio conhecimento sociológico no âmbito do currículo escolar.

No quinto e último capítulo refletimos sobre a formação, as práticas e condições do trabalho docente, especialmente com a disciplina de Sociologia, com o objetivo de compreender como estes fatores podem favorecer ou limitar esse ensino e a identidade da disciplina na escola.

## **2 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NA ESCOLA BRASILEIRA**

Este capítulo tem como objetivo principal refletir sobre o processo de institucionalização da disciplina de Sociologia na educação básica brasileira, procurando destacar as disputas acerca do ensino e principalmente dos sentidos que são atribuídos à disciplina ao longo da história. Procuramos observar quais os movimentos e argumentos a favor e contra o ensino de Sociologia, em que momento a disciplina se tornou uma ameaça, quais os intelectuais ou escolas de Sociologia que se envolveram no debate e como o papel desta ciência é pensado nesse contexto. Afinal, quando é que a

Sociologia se tornou uma “ciência perigosa”, se em seu nascimento ela estivera tão atrelada ao Estado?

## 2.1 O CARÁTER SALVACIONISTA DA SOCIOLOGIA

A luta pelo ensino de Sociologia dura mais de um século. Se levarmos em consideração que a primeira Reforma Educacional promovida pelo Estado brasileiro ocorre logo após a proclamação da República em 1891, sob os cuidados de Benjamin Constant, o qual propõe um Plano Nacional para o setor onde a Sociologia constava como disciplina obrigatória em todas as escolas secundárias do país e tendo como marco final a Lei nº 11.684 do ano de 2008, que altera o artigo 36 da LDB 9.394/96 tornando a disciplina obrigatória em todas as séries do Ensino Médio, podemos afirmar que a luta pela institucionalização do Ensino de Sociologia dura mais de 117 anos e ainda há muito por fazer.

Precisamos continuar lutando para que a Sociologia e outras disciplinas importantes como Artes, Filosofia, Educação Física, entre outras que visam o desenvolvimento do ser humano de forma ampla e complexa não sejam novamente retiradas do currículo com a nova proposta de reforma do ensino médio proposta pela medida provisória nº746/2016 apresentada pelo governo. O presidente Michel Temer, o qual demonstra uma forte tendência neoliberal, tem desrespeitado inúmeros direitos constitucionais fundamentais como educação e saúde e propôs por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC nº 241 (55) que em âmbito geral defende o congelamento de investimentos públicos pelos próximos 20 anos.

Para compreendermos a importância da Sociologia no Brasil é necessário primeiramente conhecer o contexto histórico, político e social do seu surgimento no continente europeu do início do século XIX. Podemos dizer que essa ciência é relativamente nova e surge na transição do século XVIII para o século XIX, momento em que a Europa vivenciava profundas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais com o advento das Revoluções Industrial, Científica e Francesa.

Auguste Comte, filósofo francês, considerado o pai fundador da Sociologia, influenciado pelo progresso e pelos métodos das Ciências Naturais propôs em seu Curso de Filosofia Positiva a necessidade de uma nova ciência social, primeiramente denominada por ele de Física Social e somente em 1836 Comte teria utilizado pela primeira vez o termo Sociologia. A nova ciência teria como objetivo compreender de forma racional a realidade social da França. A meta era prever para poder intervir nos problemas sociais que se seguiram após a Revolução Francesa. Assim, essa ciência também ficou conhecida como a “ciência da crise”.

A Sociologia nasce e desenvolve-se com o Mundo Moderno. Reflete as suas principais épocas e transformações. Em certos casos, parece apenas a sua crônica, mas em outros desvenda alguns dos seus dilemas fundamentais. Volta-se principalmente sobre o presente, procurando reminiscências do passado, anunciando ilusões do futuro. Os impasses e as perspectivas desse Mundo tanto percorrem a Sociologia como ela percorre o mundo. Se nos debruçamos sobre os temas clássicos da Sociologia, bem como sobre as suas contribuições teóricas, logo nos deparamos com as mais diversas expressões desse Mundo. Sob diversos aspectos, ela nasce e desenvolve-se com ele. Mais do que isso, o Mundo Moderno depende da Sociologia para ser explicado, para compreender-se. Talvez se possa dizer que sem ela esse Mundo seria mais confuso, incógnito (IANNI, 1989, p.2).

A Sociologia é uma ciência moderna, fruto do mundo moderno e uma alternativa para entender/explicar este mundo. Diante dessas prerrogativas e da pesquisa por nós realizada, evidenciou-se que no Brasil o positivismo surge como solução, um caminho para a modernização do país. Entretanto, as elites brasileiras, extremamente tradicionais e com fortes laços com o pensamento religioso, não viam com bons olhos esse processo de modernização; dessa maneira até hoje compõem os setores de oposição às mudanças necessárias ao aperfeiçoamento da administração pública, isto é, no Brasil ocorre um processo de modernização conservadora ou incompleta.

[...] a filosofia positiva de Augusto Comte se apresentou como a bússola a orientar, no Brasil, os rumos que a educação deveria trilhar. Ela tem seu momento de consolidação enquanto doutrina e movimento organizado em 1876, quando fundou-se a primeira sociedade positivista em nosso país, com a participação de Benjamin Constant. Sabe-se que desde 1850, pelo menos, há registros da influência da filosofia positiva no Brasil e que sua influência, mesmo não tendo sido tão decisiva no processo que conduziu à República como já se acreditou, ficou para sempre marcada no dístico da bandeira nacional, “ordem e progresso”. Mas é fato que os positivistas jogaram algum papel nas reformas educacionais do Brasil. Não é difícil compreender: do ponto de vista filosófico o

positivismo propugna uma reforma intelectual e moral dos homens como condição primeira para a reforma das instituições e uma classificação das ciências. Como ciência superior, justamente a última a ser desenvolvida, pois implicava a evolução do espírito humano, a sociologia figurava como aquela capaz de, reformadas as consciências, determinar cientificamente as condições, princípios e métodos da reforma prática da sociedade (SARANDY, 2004, p.14-15).

Percebemos a importância dada a Sociologia e especialmente ao ensino de Sociologia; para Auguste Comte a Sociologia é dentre as Ciências a mais desenvolvida e a única capaz de realizar a reforma da sociedade. Uma ideia fundamentada na ordem moral e especialmente na função que os diferentes indivíduos ocupam na sociedade.

Na década de 1870 fora apresentada a primeira proposta formal de institucionalização da Sociologia no meio acadêmico brasileiro. Numa crítica ao projeto regulamentador dos programas dos cursos de Direito no Brasil (1879), o jurista Rui Barbosa propusera a substituição da disciplina de direito natural pela de Sociologia, com o objetivo de compreender cientificamente a sociedade brasileira.

Após a Proclamação da República brasileira em 1889, duas correntes antagônicas emergem no cenário de disputas políticas, econômicas e sociais no Brasil: os positivistas e os intelectuais católicos. Posteriormente essas disputas se renovam sob novas nomenclaturas, mas com interesses muito comuns. De um lado estão os que desejam conservar a sociedade e sua estrutura e do outro, aqueles que desejam transformá-la (MEUCCI, 2000).

No Brasil os estudos sociológicos se iniciam a partir de 1880 e são realizados por intelectuais de diversas áreas que tinham como objetivo compreender a sociedade brasileira. É importante lembrarmos que a Sociologia enquanto ciência acadêmica só irá surgir no Brasil na década de 1930 com o surgimento dos primeiros cursos de ciências sociais.

Coube aos juristas o papel social dominante no Brasil oitocentista, dadas as tarefas fundamentais de definir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política. Foi à fase de elaboração das nossas leis, aquisição das técnicas parlamentares, definição das condutas administrativas. O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. Mas como as teorias dominantes na segunda metade do século se achavam marcadas pelo surto científico de então, notadamente a Biologia, que saiu dos laboratórios para se divulgar de maneira



triumfante, os juristas mergulharam na fraseologia científica e se aproximaram, neste terreno, dos seus pares menos aquinhoados, médicos e engenheiros, que com eles formavam a tríade dominante da inteligência brasileira. Vemos então, na Sociologia, os juristas inaugurarem uma orientação *cientificista* – como se dizia – que contou desde logo com a cooperação de engenheiros e, sobretudo médicos (CÂNDIDO, 2006, p.272).

Existia um desejo em compreender cientificamente, ou seja, racionalmente a sociedade brasileira, suas especificidades, suas possibilidades e especialmente sua realidade. A sociologia e seus questionamentos surgem em nosso país antes mesmo da sistematização intelectual e científica dessa ciência. Os problemas sociológicos são abordados especialmente nos escritos literários de Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Durante o período Imperial, no ano de 1882, Rui Barbosa enquanto deputado apresentou um projeto que visava à reestruturação do ensino. Nele constava a primeira proposta de inclusão da Sociologia no curso secundário. Ele propôs a existência de “Elementos de Sociologia” no ensino secundário, precedida pelas disciplinas “Noções de Economia Política” e “Noções da Vida Social” no primário (RÊSES, 2004).

A Reforma educacional de 1891, durante o Governo Provisório da República, coordenada por Benjamin Constant que na época ocupava o cargo de ministro da Instrução Pública tinha como objetivo implantar as ideias educacionais republicanas tais como: a laicização dos currículos de todos os níveis escolares e o fim dos exames parcelares. A Reforma Benjamin Constant, tinha como princípios orientadores a gratuidade da escola primária, em concordância com a orientação do texto constitucional (SANTOS, 2002).

O objetivo da educação nesse contexto era tornar os diversos níveis de ensino “formadores” e não apenas preparatórios para o ensino superior. A intenção era fundamentar esta formação na ciência com o objetivo de romper com uma tradição humanista e universalista clássica, ou seja, com predominância literária (RIBEIRO 2003).

A Reforma de Constant foi realizada apenas parcialmente. Ao final do século XIX, com a morte de Benjamin ocorreu a criação de vários dispositivos legais que mudam paulatinamente a proposta de certificação, exames e organização curricular da reforma. Esses dispositivos foram consolidados no

Decreto nº 3890, de 1º de janeiro de 1901, com a denominada Reforma Epiácio Pessoa, que retirou oficialmente a Sociologia do currículo, sem que ela nunca tivesse sido ofertada (SANTOS, 2004).

Para os que acreditam que a escola deve somente ensinar a “ler, escrever e contar”, a Sociologia não é muito útil. Sabemos, contudo, que existem níveis desse ler, escrever e contar, e que a Sociologia se caracteriza como uma dentre tantas outras formas de ler, escrever e contar sobre esse mundo (MORAES, 2004).

O retorno da Sociologia só iria ocorrer em 1925, com a Reforma iniciada pelo ministro Rocha Vaz, que tinha motivações semelhantes à Reforma de Benjamin Constant, principalmente as relacionadas à construção da identidade do ensino secundário, entendido como um momento de formação dos adolescentes. Nesse sentido umas das principais inovações do Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, foi a adoção de um regime seriado de seis anos, onde a matrícula em uma série era condicionada à aprovação na série anterior. Como consequência dessa reforma ocorreria o fim dos exames parcelares preparatórios (SANTOS, 2004).

Segundo as Diretrizes dessa Reforma, a Sociologia, deveria constar como disciplina obrigatória no 6º ano, juntamente com Literatura Brasileira, História da Filosofia e Literatura das Línguas Latinas, entretanto, vale ressaltar que essa série não era obrigatória para obter o certificado de conclusão dos estudos, pois, para se escrever em exames vestibulares era necessário à conclusão do 5º ano e caso o aluno concluísse o 6º ano, receberia o título de bacharel em Ciências e Letras. Observando o fato de que a disciplina de Sociologia era obrigatória somente no sexto ano (6º) e que este ano não era necessário para se inscrever nos exames vestibulares, podemos indagar: a quem estava destinado o ensino de Sociologia?

Uma das consequências da Reforma Rocha Vaz foi a oferta do Ensino de Sociologia ainda em 1925 aos alunos do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. A Reforma, da mesma maneira que a Reforma Benjamin Constant, sofreu muitas mudanças em decorrência da forte oposição de setores da elite ao fim dos exames parcelares e à instituição do regime seriado. No entanto, essas mudanças não trouxeram grandes implicações curriculares. Constataram-se

também notícias da introdução da Sociologia nos currículos das escolas normais em 1928 no Recife, no estado de São Paulo em 1931 e em Santa Catarina em 1935 (DAROS; NASCIMENTO e DANIEL, 2000).

A estrutura curricular do ensino secundário só foi modificada de fato com a Reforma Francisco Campos, em 1931. Essa Reforma estava alinhada a um projeto administrativo mais centralizador instalado com a Revolução de 1930. Dessa maneira, o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, e o Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, durante o Governo Provisório Revolucionário, definia pela primeira vez uma reforma de âmbito nacional. É importante lembrar que no período da chamada Primeira República, em função da Constituição de 1891, todas as reformas educacionais citadas anteriormente atingiam somente o sistema de ensino do Distrito Federal. Para as demais unidades da Federação elas funcionavam apenas como modelo (SANTOS, 2004).

A Reforma Francisco Campos, assim como as Reformas Rocha Vaz e a Reforma Benjamim Constant também se preocupavam com a questão da identidade da educação secundária, por isso mesmo, conforme Romaneli (1987, p. 135) ela teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário ao definir:

- I. Os estudos seriados para todo o país.
- II. Frequência obrigatória
- III. Normas para admissão do corpo docente
- IV. Um sistema de inspeção federal
- V. A divisão do ensino secundário em um ciclo fundamental de cinco anos com objetivo de oferecer formação básica geral dos adolescentes e em um ciclo complementar dividido em três opções destinados à preparação para o ingresso nas Faculdades de Direito, de Ciências Médicas e de Engenharia e Arquitetura.

No âmbito dessa Reforma, a Sociologia foi incluída como disciplina obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares, se consolidando dessa forma não como um componente da formação geral dos adolescentes, mas sim como uma das disciplinas responsáveis pela preparação de advogados, médicos, engenheiros, arquitetos e professores. A inclusão da Sociologia no ensino secundário como componente da formação de profissionais liberais e professores, estava associada a uma ideia de Sociologia dos intelectuais que inspiraram a reforma educacional, e trata-se de uma concepção pragmática, presente desde a reforma de 1891 (SANTOS, 2004).

É importante lembrar que Benjamin Constant foi um dos elaboradores do ideal positivista do grupo militar responsável pela Proclamação da República e acreditava-se que a ordem republicana seria de caráter científico, em oposição à ordem imperial de caráter teológico. Para o positivismo a nova sociedade deveria ser organizada em função das leis descobertas pelas ciências, em especial pela Sociologia. Assim, para construir a República, seria fundamental na reforma educacional retirar qualquer resquício da fase metafísica e teológica. Substituiu-se Latim e Ensino Religioso por disciplinas científicas, organizadas conforme a hierarquia das ciências proposta pelo filósofo e sociólogo francês Auguste Comte.

No currículo estabelecido pela Reforma Benjamin Constant, a disciplina central seria, nos 1º, 2º e 3º anos, a Matemática, no 4º ano, a Astronomia, no 5º ano, a Física e a Química, 6º ano, a Biologia e no 7º ano a Sociologia, como síntese da evolução das ciências estudadas nos anos anteriores (SANTOS, 2002, p.136).

A Sociologia deveria ensinar aos jovens os princípios que regulavam o comportamento racional e científico fundamentais para a legitimação da organização social republicana e por isso a disciplina recebe o nome de Sociologia e Moral com os seguintes conteúdos: elementos de economia política (produção de riquezas, trabalho, consumo, capital, impostos e orçamento) e noções de Direito pátrio (organização política, administrativa, judicial e econômica do Brasil, Direito Civil e Direito Comercial).

A Reforma de Benjamin Constant não chegou a ser implantada devido à sua morte, no entanto, suas ideias acerca do papel da ciência, da Sociologia e da educação no desenvolvimento do país foram retomadas e atualizadas 30 anos depois, em um contexto político e econômico marcado por profundas mudanças.

Nesse contexto intelectual alguns pensadores, inclusive aqueles responsáveis pela sistematização da Sociologia no Brasil, como Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Carneiro Leão e Delgado de Carvalho, buscavam construir um diagnóstico da realidade social brasileira que explicasse os motivos do fracasso da República. A conclusão era que o maior problema do país estava centrado na ignorância das massas e especialmente no ensino restrito a poucos, verbalista, sem conexão com a realidade brasileira, baseado em métodos pedagógicos carentes de fundamentação científica e ancorado numa concepção de conhecimento humanista tradicional, na qual os conteúdos escolares são praticamente imutáveis (SANTOS 2004, p. 137).

Essas críticas seriam sistematizadas e ampliadas com o Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, escrito por Fernando de Azevedo, o qual tratava a educação como um problema social, que deveria ser abordado cientificamente por meio da Sociologia. Os intelectuais desse período foram muito importantes para a introdução da Sociologia no ensino secundário e Normal, sobretudo, pela mobilização e fundação dos cursos superiores de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e do Distrito Federal (MEUCCI, 2000).

Nesse contexto a Sociologia contribuiria para a formação de jovens com a capacidade de investigar e propor soluções para os problemas nacionais; tratava-se, de um projeto de constituição de uma nova elite dirigente. Os intelectuais definiam a Sociologia como um conhecimento especializado, produzido pela evidência dos fatos, comprometido com a constituição da nação. Essa concepção pragmática da Sociologia resultou em desdobramentos para o seu ensino. Entendemos dessa maneira que os contextos históricos, sociais e políticos interferem nos sentidos que o ensino de Sociologia venha a desenvolver, tanto no âmbito epistemológico quanto no âmbito metodológico.

Segundo os princípios da Escola Nova<sup>2</sup>, movimento intelectual da década de 1930 que tinha como objetivo mudanças na maneira de pensar e administrar a educação brasileira, o ensino de Sociologia deveria evitar aulas expositivas e buscar se concentrar em atividades centradas nos alunos, tais como seminários, debates, pesquisas e excursões sobre as questões sociais brasileiras (SANTOS, 2002).

A dicotomia entre uma concepção de saber mais humanista e universalista e outra de caráter mais moderno e científico poderá nos ajudar a compreender algumas das Reformas Educacionais realizadas em nosso país e a relação que a disciplina de Sociologia adquire nesses contextos. Constata-se

---

<sup>2</sup> A Escola Nova foi um movimento intelectual que ganhou força e consagrou vários intelectuais em defesa da educação, os quais foram chamados “Pioneiros da Educação” no Brasil durante as décadas de 1920 e 1930 e que tinham como objetivo a modernização do sistema educacional público. O movimento pela renovação pedagógica, designado de “Escola Nova”, inspira e orienta as reformas educacionais em várias regiões do Brasil. O movimento representava diferentes concepções educacionais e pedagógicas, unificou-se em torno de grandes temas como a defesa da escola pública leiga; a formação do “cidadão” para dirigir ou participar de uma organização política e administrativa mais complexa; a educação era protagonizada como fator de mudança social.

que após a proclamação da República no Brasil, houve nas décadas seguintes uma forte pressão por parte de setores da população, primeiramente dos setores médios e posteriormente de setores populares no que diz respeito ao ingresso e permanência na escola, tendo em vista o caráter elitista da educação no Brasil até então. Esse aumento na procura pela escola e conseqüentemente, a sua ampliação pode ser explicada pelo processo de urbanização crescente em nosso país.

[...] encontramos no fenômeno da urbanização, que se acelera cada vez mais a partir do final do século XIX, constituindo uma base social necessária a uma sociedade que, tornada nação, ainda que dependente no início do século XIX (1822) tem que assumir as responsabilidades dos aspectos internos das atividades de comercialização das mercadorias produzidas para o mercado externo (RIBEIRO, 2003, p.197-198).

A ampliação do acesso à escola se dá em um contexto fortemente influenciado pela necessidade de inserção do Brasil nos moldes de um capitalismo internacional já consolidado desde o século XVIII, e que se encontra em sua fase imperialista (monopolista). A intenção dos reformadores, isto é, dos intelectuais preocupados com a educação e os caminhos metodológicos e epistemológicos das ações educacionais era compreender a realidade brasileira ou tentar se adequar às novas exigências do mercado internacional e qual a importância da Sociologia nesse projeto modernizador?

Nesse processo de transformações sociais e econômicas ocorridas no final do século XIX surgem “novas” forças sociais como a burguesia agrária – os “barões do café” – e a ampliação dos setores médios da sociedade que se articulam e provocam mudanças políticas que levam ao fim do regime monárquico e a Proclamação da República. Nesse contexto social, amplia-se a ideia de cidadania onde a instrução, ou seja, a alfabetização passa a ser entendida como dever do Estado, agora republicano. Assim, a ampliação da rede escolar é impulsionada por um fator de natureza política – o ideário republicano – que também é fruto das transformações econômicas da sociedade. Nesse contexto estão lançadas as bases que impulsionaram a introdução do ensino de Sociologia como ciência capaz de colocar o país nos trilhos da modernização.

No Brasil a Sociologia diferentemente de outros países primeiramente esteve presente no ensino secundário, nas Escolas Normais, isto é, escolas que tinham como objetivo formar os professores que atuariam na educação básica. Alves e Costa (2006) indicam que em 1892 no Atheneu Sergipense foram introduzidas as disciplinas de Sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio. Entretanto, enquanto medida proposta pelo Estado o ensino de Sociologia nos currículos escolares se inicia efetivamente somente na década de 1920, por meio da Reforma Rocha Vaz.

Os primeiros cursos de Ciências Sociais a nível superior surgem somente na década de 1930. Essa especificidade histórica nos indica que inicialmente temos a presença de professores autodidatas, isto é, intelectuais de diferentes áreas acadêmicas, mas, sobretudo, da área do direito, interessados em compreender os conhecimentos sociológicos (MEUCCI, 2011).

No Brasil a institucionalização das Ciências Sociais se evidenciou principalmente a partir de 1930, com o surgimento da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e com a criação da Universidade de São Paulo - USP (1934). Porém, seus primeiros e mais sistemáticos estudos surgiram apenas nos anos 1950 em São Paulo, com a consolidação da liderança de Florestan Fernandes no comando da cadeira de Sociologia; e na então capital brasileira, o Rio de Janeiro, com os trabalhos de Costa Pinto, no Clapcs, e com a fermentação de ideias propiciada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Este momento foi marcado pelo grande esforço para que estes intelectuais conquistassem respeito tanto na academia como na sociedade em geral, permitindo a análise científica das diversas questões nacionais a partir de debates que surgiram com o embate teórico e metodológico protagonizado entre a USP e o ISEB (QUEIROZ e LAHUERTA s/d, p.1).

A institucionalização das Ciências Sociais surge somente algumas décadas depois da inserção da Sociologia no Ensino Básico no início da década de 1930 com a criação das primeiras instituições de ensino superior brasileiro, e seus estudos só terão um caráter mais científico na década de 50 com a liderança de Florestan Fernandes. Segundo Edison Bariani Junior em seu livro, "A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias", publicado em 2012, foi nessa década onde fora realizado um dos grandes debates no âmbito da Sociologia especialmente sobre o papel que esse conhecimento deveria realizar. O autor destaca que no Brasil foram poucos os debates públicos sobre o ensino da disciplina, sendo o mais intenso o protagonizado por Florestan

Fernandes que representava o pensamento acadêmico paulista e Guerreiro Ramos que representava o pensamento acadêmico do Rio de Janeiro.

Com o tempo, ficou claro que a disputa não envolvia apenas dois sociólogos em franca ascensão intelectual, nem dois *schollars*, mas distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual – teórica política e ideológica -, de conceber a sociologia e o papel do sociólogo, diferentes interpretações da sociedade brasileira, “visões de mundo”, projetos para as ciências sociais e, no limite, para o Brasil (BARIANI, 2012, p.7-8).

Como se vê no Brasil a Sociologia se desenvolveu tardiamente por volta do século XX. É possível identificarmos nos primeiros anos de sua formação uma forte influência positivista. No campo educacional a história de sua relação com a educação em nível médio é marcada pela sua intermitência. Alguns autores apontam que essas idas e vindas ao ensino médio têm uma relação com os interesses políticos, sociais e econômicos dos contextos locais (BRIDI, 2009). Outro ponto relevante a ser destacado é o fato de mesmo nos momentos de ausência no ensino secundário, a disciplina nunca deixou de estar presente nas Escolas Normais, indicando que nunca perdera sua importância.

## 2.2 SOCIOLOGIA: UM CONHECIMENTO SUBVERSIVO E PERIGOSO

Em 1937 no governo de Getúlio Vargas foi instaurado o chamado Estado Novo de caráter ditatorial. Durante esse período houve um aumento do poder do pensamento católico conservador em oposição ao pensamento escolanovista, o que gerou conflitos acerca do sentido e da utilidade da disciplina de Sociologia nas escolas.

A Reforma Capanema iniciada em 1942 refletiu essa nova correlação de forças e criou uma organização estrutural para educação média que perdurou por quase 30 anos. A reforma tinha como objetivos, desatrelar o ensino secundário do ensino superior e sua principal mudança foi a extinção dos cursos complementares que visavam à preparação para as carreiras superiores de Direito, Medicina e Engenharia.

[...] prende-se menos a preconceitos ideológicos e mais à indefinição do papel dessa disciplina no contexto de uma formação que se definia mais orgânica, resultado do estabelecimento de uma



burocracia mais técnica e mais exigente ou convicta em relação à concepção de educação. De certa forma, pode-se dizer que os defensores da Sociologia não conseguiram convencer essa burocracia educacional quanto à necessidade de sua presença nos currículos (MORAES, 2011, p. 365).

Este fato é importante para compreendermos que ocorre nesse momento uma reorientação dos cursos de ciências sociais, direcionando-se cada vez mais os trabalhos para o universo da pesquisa, haja vista que o campo de atuação junto à Educação Básica havia praticamente se extinguido e o Ensino de Sociologia se restringia, nesse momento, às Escolas Normais.

Como consequência dessas mudanças temos o fim de disciplinas como: Psicologia, Geofísica e a Sociologia, pois segundo a perspectiva da Reforma Capanema<sup>3</sup> essas disciplinas desempenhavam uma função mais preparatória do que formativa; assim a Sociologia perde o caráter de disciplina e alguns de seus conteúdos passam a integrar a proposta de Filosofia.

Todo esse percurso da educação brasileira até aqui desenvolvido evidencia as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais, principalmente motivadas pelos chamados “pioneiros” da educação e pelos conservadores (intelectuais católicos). Nessas lutas emergiram temas acerca do direito de todos à educação, do dever e da responsabilidade do Estado de proporcionar uma escola pública e gratuita para garantir esses direitos, da obrigatoriedade, da coeducação e da necessidade da descentralização do ensino.

Não podemos nos furtar de afirmar que a organização da educação em determinada sociedade é, antes de tudo, um problema de ordem política e a legislação é sempre o resultado da proposição dos interesses das classes representadas no poder. A rigidez da Reforma Capanema e a ideologia nela implícita indicam bem a medida da atuação das correntes conservadoras e da burguesia junto ao poder executivo (RÊSES, 2004, p.19-20).

Diante de um governo conservador e autoritário, os conhecimentos sociológicos se tornam uma ameaça, pois teriam a capacidade de evidenciar

---

<sup>3</sup> A Reforma Capanema, instituída pela denominada Lei Orgânica do Ensino Secundário, criou uma organização estrutural para a educação média que perdurou por quase trinta anos. Conforme o decreto-lei nº4.244 de 09 de abril de 1942, o ensino secundário seria dividido em dois ciclos: o ginásial e o colegial. O período do ginásio seria de quatro anos. O período do colégio seria de três anos, com a oferta de dois cursos paralelos: o curso científico com uma formação marcada pelos estudos das ciências e o curso clássico destinado à formação intelectual, por isso, a acentuação na aquisição dos conhecimentos filosóficos e nos estudos de letras antigas. A conclusão de um dos dois cursos era o requisito legal para inscrição no vestibular (Santos 2002, p.42-43).

os mecanismos de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais. Em 1954, Florestan Fernandes defendia a necessidade de uma reformulação no sistema educacional com o objetivo de ampliar a presença das ciências humanas no nível médio, entretanto alertava que,

Não é preciso muita sagacidade para se perceber que, mantendo-se as condições atuais, o sistema educacional brasileiro não comporta um ensino médio em que as ciências sociais possam jogar algum papel. (FERNANDES, 1954, p.98)

Após seis décadas, podemos dizer que ocorreram grandes mudanças no âmbito educacional no que se refere à presença de disciplinas da área de ciências humanas, contudo será que avançamos no sentido de um currículo mais humanista no ensino médio? (MORAES, 2010)

A lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, isto é, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada no país, não alterou a estrutura organizacional estabelecida pela Reforma Capanema, mantendo a divisão do Ensino Médio em ginásial e colegial. Entretanto, essa lei inova ao dispor aos Estados certa autonomia, no que diz respeito à organização dos conteúdos referentes ao ensino secundário.

No ano de 1962 foram publicados pelo Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação os “novos currículos para o Ensino Médio”. Importante destacar que a disciplina de Sociologia não aparece nem como disciplina obrigatória, complementar e nem optativa, entretanto, a Resolução nº 7, de 23 de dezembro de 1963 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo propõe que a Sociologia seja incluída como disciplina optativa nos cursos clássicos, científicos e ecléticos.

O golpe militar perpetrado em 1964 inaugurou nova fase da Sociologia no Brasil, principalmente no que diz respeito ao ensino na escola básica e no ensino superior. Na escola básica ela foi substituída por disciplinas como Educação Moral e Cívica e OSPB e no ensino superior sofreu inúmeras perseguições. Quando parecíamos caminhar para a efetivação de um processo mais democrático, eis que a Ditadura Militar se instaura e com ela toda a violência sobre os que eram considerados divergentes, ou seja, contrários às ideias impostas por esta forma de governo.

As reflexões acerca da necessidade da Sociologia como componente curricular e como forma de compreender o panorama que se vislumbra são deixadas de lado e a mesma é vista como ameaça socialista. Qualquer forma de oposição ao governo era fortemente reprimida e por conta da postura crítica dos intelectuais da área das Ciências Humanas, que lutavam por melhores condições sociais e profissionais, muitos professores são aposentados compulsoriamente, outros são exilados e muitos intelectuais, músicos e estudantes são perseguidos pelo regime militar.

Em 1971 foi outorgada a Lei nº 5692, conhecida como Reforma Jarbas Passarinho que estabelece as seguintes mudanças na estrutura educacional:

I. A junção do ensino primário e ginásial em um único ciclo de oito anos, o denominado 1º grau obrigatório para todos os alunos na faixa de 7 a 14 anos.

II. A eliminação das divisões existentes no Ensino Médio (secundário, normal e técnico) com a criação de uma escola única, o 2º grau, cujo objetivo era propiciar necessariamente, ao final de três ou quatro anos, uma habilitação profissional.

Essa Reforma via no ensino de 2º grau profissionalizante a solução para dois problemas: a crise universitária em consequência do aumento constante dos excedentes dos exames vestibulares e o problema da demanda por trabalhadores qualificados.

No contexto do regime militar, a Sociologia foi convertida numa espécie de conhecimento maldito. Um conhecimento maldito não é propriamente um saber inferior, que ocupe ou deva ocupar posições inferiores na hierarquia dos saberes. Ele é definido como um “conhecimento perigoso” que sequer deve integrar o quadro de conhecimentos e saberes reconhecidos (VARGAS, 2011).

Assim o 2º grau teve seu currículo dividido em um núcleo comum (mínimos profissionalizantes) e uma parte diversificada que era formada por disciplinas escolhidas pelo Conselho Federal de Educação. O objetivo dessas disciplinas era o aprofundamento da educação geral e a especialização dos mínimos profissionalizantes. Nos documentos oficiais como pareceres e resoluções, a disciplina de Sociologia não consta nem no núcleo comum e

muito menos nos mínimos profissionalizantes de nenhuma habilitação. Muito pelo contrário ela foi excluída do Curso Normal onde estava presente desde 1928. Em seu lugar foi colocada a disciplina “Fundamentos da Educação” que integrava os conteúdos de Sociologia da Educação, História e Filosofia da Educação que também haviam sido excluídos (SANTOS, 2004). Conforme a Lei nº5.692/71 em seu Art. 4º

“Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos” (BRASIL, 2000).

Ainda havia a possibilidade de a Sociologia ser incluída na parte diversificada das habilitações, mas as escolas eram orientadas a incluírem disciplinas que pudessem ter aplicação prática. Como esse não era o caso da Sociologia, a mesma ficou excluída em toda a grade curricular do 2º grau até 1982.

A Reforma Jarbas Passarinho, realizada no ano de 1971, incorpora alguns princípios da concepção humanística moderna, como o pragmatismo, entendido como adequação de meios a fins, na perspectiva do tecnicismo e do ensino técnico, ou seja, estes princípios são retomados em um contexto intelectual e pedagógico onde prevalece uma visão tecnicista da educação. Sendo assim, a aplicabilidade da ciência na formação básica visava possibilitar o domínio de técnicas para melhorar o processo de trabalho e não para investigar a realidade social brasileira; nesse contexto não haveria espaço para a Sociologia nem mesmo na parte diversificada do currículo.

Politicamente tanto a Reforma Capanema como a Reforma Passarinho tiveram como finalidade consolidar ideologicamente dois regimes políticos de exceção, respectivamente, a ditadura Vargas e a ditadura militar. Ainda que tivessem concepções distintas acerca do conhecimento ambas priorizavam ações pedagógicas muito parecidas e com objetivos comuns de formar indivíduos com espírito de patriotismo e civismo.

Assim a Reforma Capanema propunha práticas educativas que tinham como objetivo a formação de uma ideologia fascista e a composição de uma nova elite disciplinada, católica e masculina, preocupada em garantir a ordem e

o patriotismo. Por sua vez a Reforma realizada por Jarbas Passarinho com a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica visava o fortalecimento da unidade nacional e o culto a obediência à lei.

No projeto político-pedagógico de construção da cidadania dos dois regimes, a Sociologia era mais que dispensável: era indesejável. É importante enfatizar que desde a década de 1920 havia uma ideia difundida de que a Sociologia no ensino secundário tinha como objetivo formar indivíduos com capacidade de questionar, investigar e compreender a realidade social, o que era totalmente oposto ao pensamento das autoridades educacionais dos regimes autoritários. Assim a disciplina só retornaria ao ensino médio no início da década de 1980 no contexto de redemocratização do país.

A reforma educacional da ditadura militar tornava disciplinas obrigatórias da grade curricular da educação básica as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), voltadas para difundir os valores e os interesses de classe burgueses nas escolas (PERUCCHI, 2009, p.13).

Por meio de análise dos livros didáticos utilizados durante esse período verificou-se que,

Nessa circunstância a sociologia de cunho mais crítico fica completamente desterrada, sendo substituída por outras disciplinas que contribuíam mais efetivamente para uma dominação ideológica dos dirigentes capitalistas. Ficava comprometida toda a construção de um processo de ensino sociológico que culminava com uma formação crítica dos jovens estudantes da vida em sociedade e lhes permitiria pensar possibilidades da transformação social (PERUCCHI, 2009, p.16).

Somente na década de 1980 teremos um processo mais efetivo de abertura política e de redemocratização que irão favorecer e impulsionar ainda mais a luta dos sociólogos pela regulamentação do ensino de Sociologia na escola média brasileira, que só se efetivará de fato em 2008; entretanto, vivenciamos neste momento político e histórico novamente uma situação de lutas e ocupações de instituições de ensino pela garantia de direitos sociais básicos especialmente referentes à educação, dentre os quais a manutenção da matéria na grade curricular.

Com o fracasso do modelo econômico e das políticas sociais e em virtude, também, dos anseios pela democratização, o regime militar entra em crise no fim da década de 1970. A profissionalização do 2º grau fracassou, e constatou-se que ela não preparava nem para o mercado de trabalho e nem

para a continuação dos estudos. Nesse momento a luta pelo ensino de Sociologia se renova e a mesma é automaticamente associada à luta pela cidadania.

### 2.3 SOCIOLOGIA: FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Em 1982, um projeto que tinha como proposta o fim da obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau foi apresentado ao Congresso Nacional. A Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, decorrente desse projeto, estabeleceu que a profissionalização no 2º grau deveria ficar a critério do interesse do estabelecimento de ensino e das condições do mesmo em ofertá-la.

O Conselho Federal de Educação, no ano de 1986 por meio da Resolução nº 6 e tendo como base a Lei 7.044/82, reformula o currículo do 2º Grau. Essa Resolução recomenda a inclusão da Filosofia como disciplina do núcleo comum e possibilita a existência de dois tipos de curso: o acadêmico, que teria como objetivo uma formação geral, e o profissionalizante, ofertado nas escolas que tivessem interesse e condições estruturais para oferecê-lo. A Sociologia não é citada, mas amplia-se a possibilidade de seu retorno na parte diversificada do currículo, principalmente nos cursos acadêmicos.

A partir desse momento a luta pela reintrodução da Sociologia no Ensino Médio se intensifica em vários Estados, através da mobilização de educadores, políticos, sociólogos, sindicalistas, estudantes e outros setores da sociedade que eram simpatizantes dessa luta.

No Estado de São Paulo, a Associação dos Sociólogos organiza a mobilização em torno do “Dia Estadual de Luta pela Volta da Sociologia ao 2º Grau”, que ocorreu no dia 27 de outubro de 1983. Uma das consequências dessa mobilização foi a oferta de cursos de atualização para docentes disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado e a realização de um concurso público no ano de 1986 para professores de Sociologia.

Em Minas Gerais em 1989, ano da constituinte mineira, uma mobilização de Cientistas Sociais e Filósofos teve como resultado um artigo na Constituição do Estado que tornou obrigatório o ensino de Sociologia e

Filosofia no 2º Grau. A partir de 1990, as escolas públicas só tinham sua grade curricular aprovada caso tivessem estipulado horário específico para as duas disciplinas.

No Estado do Rio de Janeiro a disciplina de Sociologia volta ao Ensino Médio também por meio da Constituição Estadual, como resultado da participação em mobilizações e debates de diversas entidades, professores e estudantes.

Em 1987 foi realizado pela Fundação Educacional do Distrito Federal o primeiro concurso público para professor de Sociologia. Essa medida resultou da sua inclusão como conteúdo obrigatório da parte diversificada do currículo após uma ampla reforma educacional e em função da carência de professores nessa área.

É importante destacar que a luta pela inclusão da Sociologia no Ensino Médio também conquista vitórias em outros estados, como o caso do Pará em 1986, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Todas estas lutas compreendem que o retorno da Sociologia é urgente e imprescindível. O Filósofo e Sociólogo Gilson Teixeira Leite afirma

[...] que é imprescindível dominar a informática e todas as novas tecnologias para uma colocação qualificada no mercado de trabalho, também se faz necessário, no universo educacional, problematizar a vida do próprio aluno, sua existência real num mundo real, com suas implicações nos diversos campos da vida: ético moral, sociopolítico, religioso, cultural e econômico. E conclui que a volta das disciplinas humanísticas – Filosofia e Sociologia entre outras – tem muito a contribuir com a formação do jovem naquilo que lhe é mais peculiar: o questionamento. Desmistificando ideologias e apurando o pensamento crítico das novas gerações, poderemos continuar sonhando, e construindo, um país, não de iguais, mas justo para mulheres e homens que apenas querem viver (Jornal A Gazeta em 11/12/2000).

No âmbito ideal, e até mesmo utópico, a contribuição que a Sociologia fornece no desenvolvimento do pensamento crítico está no fato de que junto com outras disciplinas ela propicia o contato do aluno com sua realidade e no confronto com realidades distantes e culturalmente diferentes promove a consciência sobre a diversidade que existe no âmbito dessa realidade social. Como afirma Sarandy (2001, s/p) “é nesse movimento de distanciamento do olhar sobre nossa própria realidade e de aproximação sobre realidades outras que desenvolvemos uma compreensão crítica”.

A luta pela inclusão da Sociologia no Ensino Médio chega ao Congresso Nacional, devido à tramitação do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Como resultado das reivindicações o projeto aprovado na Câmara Federal no ano de 1993 acrescentava uma emenda do deputado Renildo Calheiros, do PC do B de Pernambuco, que tornava o ensino de Sociologia obrigatório no 2º Grau.

Ao chegar ao Senado Federal o substitutivo Darcy Ribeiro derruba a proposta para espanto dos sociólogos. Ao voltar, a Câmara retoma as negociações e o resultado final é a elaboração de um parágrafo ambíguo que consta do artigo 36 do projeto final, que determina que o educando tenha ao final do ensino médio o domínio de conteúdos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996 – Paulo Renato Souza, então ministro da educação, encaminha ao Conselho Nacional de Educação (CNE) uma proposta de reforma do Ensino Médio. No CNE a proposta da relatora e conselheira Guiomar Namó de Mello foi aprovada no dia 01 de junho de 1998. É importante destacar que as diretrizes estabelecidas no Parecer 15/98 e confirmadas pela Resolução 03/98 resultaram em profundas transformações na estrutura curricular do antigo 2º Grau das quais destacam-se:

- I. Uma base comum nacional, antigo núcleo comum, organizada não por disciplinas, mas sim por áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.
- II. Um currículo, não mais voltado para a aquisição de conteúdos específicos, mas sim para o domínio das competências, habilidades e tecnologias referentes às três áreas de conhecimento.
- III. Um Ensino Médio no qual não há mais a possibilidade de qualificação profissional, mas somente a preparação para o trabalho, em um sentido mais amplo, isto é, o domínio dos conhecimentos gerais presentes nas diversas esferas do trabalho.

Percebe-se que uma das pretensões fundamentais da Reforma é a superação do dualismo que sempre esteve presente nesse nível de ensino, isto é, preparar os jovens para o ensino superior ou habilitá-los para o mercado de trabalho. No contexto da nova Reforma, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, ficou estabelecido que o mesmo passaria a ter como finalidade a formação de todos e para todos os tipos de trabalho. Como



consequência a educação profissional é separada formalmente da educação básica.

No âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio os conteúdos de Filosofia e Sociologia devem constar na área de Ciências Humanas e suas tecnologias a fim de que se cumpra a determinação expressa no artigo 36 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, citado anteriormente. A relatora Guiomar Namó de Mello esclarece que a doutrina curricular da nova reforma do Ensino Médio não tem como referência os conteúdos da disciplina escolar clássica como referência, mas sim as competências que essas disciplinas podem possibilitar na formação do aluno.

Nesse contexto, o Ministério da Educação, no ano 2000, lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), os quais não têm caráter obrigatório, mas que são fundamentados na doutrina curricular das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DECNEM). Os PCNEM enfatizam que todas as disciplinas das três áreas do conhecimento não são obrigatórias, pois, o que é obrigatório são as competências e habilidades relacionadas aos conhecimentos daquelas disciplinas.

Diante do caráter ambíguo da legislação no que diz respeito à presença da Sociologia e da Filosofia no ensino médio, uma nova mobilização social se inicia para que seja aprovado o projeto de lei em tramitação no Senado Federal do deputado Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores (PT-PR) que torna o ensino dessas disciplinas obrigatório em todas as escolas públicas e privadas de Ensino Médio.

Para Carvalho (2004), este é o período mais recente, que concentra a mais rica experiência de nossa luta nacional devido à sensibilidade legislativa do ex-deputado Padre Roque, do PT do Paraná, ao ter apresentado em outubro de 1997 um Projeto de Lei que alterava a LDB em seu artigo 36, e tornava obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas do país. Depois de longas batalhas que duraram de 1997 a 2000 o projeto do ex-deputado chega enfim ao Senado e ganha um novo número que ficaria marcado para a história da disciplina: PLC 9/00 (Projeto de Lei Originária da Câmara). A vitória mais significativa ocorre em 18 de setembro de 2000 com

uma ampla margem de votos. Relembrando esse momento, comenta Carvalho (2004),

As galerias estavam lotadas de estudantes de vários estados e cursos de Ciências Sociais de todo o país (muito mais da área de Ciências Sociais do que de Filosofia). Um manifesto fora lançado em plano nacional [...] assinado por mais de 50 entidades nacionais de peso político e sindical, representando todos os segmentos da sociedade, em especial as universidades (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB e as entidades que representam as universidades estaduais, federais, comunitárias, confessionais e tantas outras) (...) Enfim, havíamos construído uma ampla unidade política, sindical e acadêmica, que havia dobrado a resistência dos governistas (p. 26).

Apesar de toda luta e envolvimento da sociedade, como vimos nas palavras acima, no dia 08 de outubro de 2001 Fernando Henrique Cardoso justificou seu veto ao projeto de lei que tornaria as disciplinas de Sociologia e Filosofia obrigatórias, tendo como argumentos a falta de professores e as despesas e custos que isso iria acarretar ao Estado. Entretanto, no fundo o grande argumento não poderia ser explicitado:

[...] era preciso impedir que os milhões de jovens do Ensino Médio pudessem ter acesso a duas disciplinas que lhes propiciassem uma melhor condição de reflexão e análise da realidade social em que estão inseridos (CARVALHO, 2004, p. 27).

Se observarmos os últimos acontecimentos, as ocupações de estabelecimentos de ensino, realizadas neste momento pelos jovens estudantes do Ensino Médio e também pelos estudantes universitários, temos a possibilidade de inferir se o ensino de Sociologia teria ou não relação com essas mobilizações. Talvez esse possa ser um problema importante para pensar o ensino de Sociologia e a realidade na qual ele se insere.

Amaury Cesar Moraes (2004) tenta compreender o sentido do veto realizado no dia 8 de outubro de 2001 pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Para isso o mesmo organiza os argumentos e os contra-argumentos da seguinte maneira:

1. Flexibilidade legal: o governo tem-se preocupado em flexibilizar a legislação como forma de “adequar o país ao contexto internacional e garantir maior democracia interna”. (...). Na verdade, o governo federal, na obrigação de investir recursos na educação básica e não podendo fazê-lo (..) resolveu pilhar os cofres alheios, isto é, de Estados e municípios.
2. Falta de Profissionais: tanto em termos de quantidade como de qualidade, a demanda por profissionais seria maior do que a oferta. No entanto quem trabalha com formação de professores sabe que havia profissionais disponíveis.

3. Recursos Financeiros: o argumento era de que com a implantação da lei ocorreria uma elevação dos gastos públicos. O que é um equívoco, pois educação deve ser entendida como um investimento e não como um ônus.

4. Conteúdos já estão contemplados por outras disciplinas, o que demonstra a total falta de respeito tanto com a disciplina como também com [as] Ciências Sociais.

5. A lei não respeitaria o princípio de autonomia da escola, como se a escola pudesse ter escolha (p.106-108).

A presença da Sociologia nas escolas relaciona-se às reivindicações de determinados grupos e ao contexto histórico, social e político de cada período. Desde a redemocratização ocorrida na década de 1980, a Sociologia tem se destacado em alguns setores da sociedade; seus conceitos têm contribuído para o entendimento de algumas relações sociais especialmente no meio educacional e acadêmico; professores e pesquisadores das Ciências Sociais e da Educação tem buscado compreender melhor temas como os movimentos sociais, as instituições políticas, os movimentos culturais entre tantos outros.

Nesse contexto de democratização e reflexão, as Ciências Sociais e especificamente o ensino de Sociologia ganham espaço no nível de ensino secundário. Os conteúdos de Sociologia eram vistos de forma geral como instrumentos que possibilitariam ao educando a superação do senso comum acerca das relações e interações sociais, permitindo que o mesmo se percebesse como elemento capaz de uma prática transformadora dessas relações em direção à democracia.

O projeto político dominante da década de 1990 desejava inserir o país na ordem mundial competitiva, para isso era preciso compreender as mudanças no mundo do trabalho e as novas formas de produção de conhecimento. Nesse contexto a Sociologia do Trabalho adquire uma grande relevância e ganha destaque nacional com suas pesquisas e estudos. Percebemos que a inserção da Sociologia na proposta curricular do Ensino Médio tem um objetivo claro a cumprir, isto é, formar trabalhadores no âmbito de um novo paradigma produtivo. As diretrizes Curriculares Nacionais abordam essa dimensão instrumental do conhecimento sociológico ao determinarem que as Ciências Humanas tenham como objetivo desenvolver certas competências no educando tais como:

I. Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho em grupo, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que se propõem resolver.

II. Entender o impacto das tecnologias associadas às Ciências Humanas sobre sua vida pessoal, aos processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.

III. Aplicar as tecnologias das Ciências Humanas e Sociais na escola, no trabalho e outros contextos relevantes para sua vida<sup>4</sup>.

Podemos inferir até que ponto a inclusão da Sociologia no Ensino Médio foi baseada numa visão pragmática de conhecimento, a qual é entendida como um instrumento importante na preparação dos jovens para o mundo do trabalho.

Percebe-se que as reformas educacionais no Ensino Médio são resultado das condições sociais e econômicas de um período o qual determina também seus limites. Dessa maneira é possível compreender o motivo de tantas reformas fracassarem, como as realizadas nas décadas de 1910 e 1920 que objetivavam dar uma identidade ao ensino secundário. É importante ressaltar que as reformas são determinadas muitas vezes pelas disputas políticas e ideológicas entre os grupos no interior do Estado.

As reformas realizadas no Ensino Médio nos últimos cem anos tiveram uma alternância entre elementos de duas concepções distintas de educação: a clássica ou humanística e a científica ou pragmática. Assim em alguns momentos as propostas curriculares tinham como base os conteúdos tradicionais, em outros eram fundamentadas nas inovações científicas. O importante é compreender que as reformas são determinadas pelos interesses em jogo em cada momento histórico e intelectual.

Outra questão importante a ser destacada é a de que as reformas realizadas no Ensino Médio, nas quais está presente a Sociologia, tinham como fundamento uma concepção pragmática de conhecimento. Constatou-se que os contextos históricos dessas reformas, nas décadas de 1920, 1930 e

---

<sup>4</sup> BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Bases Legais*. Brasília: Ministério da Educação, 2000. P. 168.

1990, foram fortemente influenciados por questões de âmbito sociológico, isto é, de ordem social, econômica e política, que demandaram a ampliação da atuação da Sociologia e dos Cientistas Sociais. Assim, no contexto das reformas Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1931) e Paulo Renato Souza (1998) a disciplina de Sociologia era vista de forma mais ampla, como uma ciência dotada de instrumentos práticos extremamente importantes na compreensão e intervenção acerca dos problemas sociais.

Esse fato é recente e fruto de inúmeras lutas de diferentes grupos sociais como: professores, instituições de ensino, intelectuais, sindicatos, entre outros. Refletir sobre a história da educação no Brasil de uma forma mais geral contribui para a compreensão dos argumentos que ora incluíam a Sociologia como disciplina no Ensino Médio ora a excluía desse mesmo nível de ensino. A Sociologia era parte de um projeto intelectual mais amplo que visava remodelar a sociedade brasileira sendo a ciência a orientadora e a educação a estratégia.

Na verdade, não apenas se creditava à disciplina a condição de ciência fundamental, na esteira do pensamento Comtiano, capacitada para o conhecimento seguro da realidade social e fornecedora de instrumentos de intervenção que contribuíssem para a harmonia da sociedade; mais que isso: a considerar as relações de parte desses intelectuais com o pragmatismo de Dewey e a forte influência, nos anos 20 e 30, da Educação Nova no Brasil, capitaneada por Anísio Teixeira, é compreensível que a sociologia seja alçada à condição de “arte de salvar rapidamente o Brasil”, nos dizeres de Mário de Andrade. Há um forte componente missionário na produção do período que ainda está por ser investigado (SARANDY, 2004, p. 4).

É preciso problematizar o desafio epistemológico de ensinar Sociologia no nível médio, destacando-se a necessidade de articular conhecimento teórico com a situação didática em que o ensino ocorre. Esse seria o grande desafio metodológico, ou seja, conseguir articular os conhecimentos teóricos com as metodologias práticas disponíveis para o ensino.

Enfim, podemos pensar que existe de fato uma forte relação entre o contexto histórico, social, político e econômico com os sentidos e objetivos que a disciplina de Sociologia incorporou ao longo dos anos, bem como com a sua inclusão novamente em todas as escolas do país. Ainda é preciso problematizar mais os contextos onde esse conhecimento sociológico é produzido e de que forma ocorre sua (re) contextualização (SILVA, 2006).

Constatamos que o conhecimento sociológico e especialmente a educação é compreendida inicialmente como um mecanismo de aceleração histórica, ou seja, acreditava-se que por meio de uma educação de caráter científico, especialmente expressa no conhecimento sociológico o Brasil poderia ser conduzido à modernização. Entretanto a história nos mostra que conforme a orientação política do governo esse conhecimento fora valorizado ou simplesmente excluído do âmbito escolar.

Atualmente presenciamos um momento político e econômico extremamente complicado, mas continuamos acreditando que conhecer a realidade de forma racional ainda é uma das grandes contribuições da disciplina na formação de nossos jovens.

Após contextualizar a história de intermitência da disciplina de Sociologia no Ensino médio, assim como de ampliar nosso olhar para a questão dos interesses políticos, econômicos e sociais que influenciam e muitas vezes determinam transformações no universo educacional, procuramos no próximo capítulo compreender como as pesquisas no âmbito acadêmico têm abordado e problematizado a produção de materiais didáticos para a disciplina de Sociologia e como essa produção se relaciona com o ensino da Sociologia no Brasil.

### **3 UMA REFLEXÃO SOBRE OS RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Neste capítulo temos como objetivo compreender como as pesquisas têm abordado e problematizado as questões sobre recursos e materiais didáticos para o ensino de Sociologia. Organizamos os trabalhos que de alguma forma exploraram mais essas problemáticas e buscamos identificar qual o grau de influência desses materiais no ensino da disciplina. Ao reunir estes trabalhos, nossa intenção foi problematizar as seguintes questões: de que maneira essas pesquisas têm problematizado a produção de materiais didáticos para o ensino de Sociologia? Quais as relações entre esses materiais e os sentidos que o ensino de Sociologia historicamente adquire? Por que essa preocupação com o material didático de Sociologia? Que tipo de ensino advoga esse material? Que críticas são feitas a estes materiais e quais as justificativas para o uso de manuais no ensino de Sociologia?

Ao realizar um levantamento minucioso sobre a temática pudemos constatar uma grande quantidade de dissertações que versam sobre a mesma. Conforme anunciado na introdução nossa análise recai sobre as dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, Sociologia e em Ciências Sociais. Constatamos que tem havido a cada ano uma crescente produção de pesquisas sobre o ensino de Sociologia. No total foram encontradas quarenta e duas pesquisas. Após um primeiro contato com estas pesquisas, percebemos e entendemos que mesmo não tendo como objeto específico o ensino de Sociologia estas pesquisas são extremamente ricas para compreendermos os significados assumidos por esse ensino ao longo do tempo no Brasil.

No quadro 1 – Institucionalização e Materiais Didáticos de Sociologia, destacamos as pesquisas que desenvolveram problemáticas relacionadas aos recursos e materiais didáticos produzidos para o ensino da disciplina na escola média brasileira, objetivando compreender de que maneira esse processo e esses materiais influenciam o ensino dessa ciência.

**Quadro 1** - Institucionalização e materiais didáticos de Sociologia

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Programa</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tese/ Dissertação</b>	<b>Ano</b>
Simone Meucci	<b>A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos</b>	Educação	UNICAMP	Dissertação	2000
Wanderley Pedroso Golfe	<b>A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro –1925-1942</b>	Educação	UFPR	Dissertação	2001
Flavio Marcos Sarandy	<b>A sociologia volta à escola: Um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil</b>	Sociologia	UFRJ	Dissertação	2004
Marival Cohen	<b>A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho.</b>	Educação	UFSC	Dissertação	2006
Cassiana Tiemi Tedesco Takagi	<b>Ensinar sociologia: análise de recursos do ensino na escola média</b>	Educação	USP	Dissertação	2007
Luciane Perucchi	<b>Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB</b>	Educação	UFSC	Dissertação	2009
Adriana Cristina Borges	<b>Tecnologias e ensino de Sociologia: interfaces problematizadas pelos professores no ensino médio</b>	Ciências Sociais	UEL	Dissertação	2014

Fonte: Teses e dissertações sobre materiais didáticos para o ensino de sociologia. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>

No ano 2000, Simone Meucci em seu trabalho intitulado “A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos” inova ao analisar os primeiros manuais produzidos para o ensino de Sociologia, sobretudo a partir da década de 1930, com o objetivo de identificar aspectos importantes do processo de institucionalização desta disciplina/ciência no Brasil. As pesquisas até então realizadas sobre a temática privilegiaram outras abordagens como: análises de pesquisas e adoção de categorias sociológicas para a compreensão da realidade brasileira, a criação das cadeiras de Sociologia em instituições de ensino regular e superior, análises dos periódicos publicados, entre outros. Apesar de os primeiros livros serem pouco analisados, representam testemunhos significativos na construção do saber



sociológico brasileiro, pois representam as primeiras tentativas de sistematização desse conhecimento.

Uma das primeiras constatações é o fato de que repentinamente surge na década de 1930 a publicação de um conjunto significativo de obras introdutórias sobre o conhecimento sociológico, tais como: livros didáticos, tratados, dicionários, coletâneas de textos e periódicos destinados ao ensino secundário regular, aos cursos de magistério, faculdades e universidades.

Alguns manuais didáticos publicados na época tornaram-se verdadeiros clássicos do ensino da sociologia, reeditados várias vezes e, em muitos casos, por várias décadas: Lições de Sociologia de Achilles Archerio Júnior, publicado pela primeira vez em 1932, chegou a nona edição em 1949; Princípios de sociologia de Fernando de Azevedo, reeditado onze vezes entre 1935 e 1973; Programa de Sociologia de Amaral Fontoura, reeditado quatro vezes entre 1940 e 1944, e, sob o novo título Introdução à sociologia reeditado cinco vezes entre 1940 e 1963 e, finalmente, Sociologia de Gilberto Freyre, reeditado também cinco vezes entre 1945 e 1973 (MEUCCI, 2000, p.7).

O grande sucesso dessas obras coloca os autores entre os mais importantes propagadores e divulgadores da Sociologia no âmbito escolar e acadêmico brasileiro, revelando e consolidando um modo de difusão deste conhecimento que percorre as décadas posteriores, lembrando que antes de 1930 foram publicados apenas alguns compêndios de sociologia criminal, dedicado aos estudantes de direito.

A produção desse conjunto de obras publicadas a partir da década de 1930 está relacionada a um conjunto de medidas destinadas a institucionalização das ciências sociais no Brasil, como a introdução da Sociologia nos cursos secundários, nas escolas normais e na criação dos primeiros cursos superiores de Ciências Sociais no país, tais como: criação do curso de ciências sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), na Universidade de São Paulo (1933) e da Universidade do Distrito Federal em 1935 (MEUCCI, 2000, p.8).

Este primeiro movimento significativo de livros didáticos de Sociologia, esteve relacionado a dois fatores: 1) a consolidação da disciplina no universo escolar e 2) ao surgimento de um mercado editorial favorável ao investimento na área sociológica.

Apesar de ter ocupado pouco espaço nos cursos médios durante a primeira década do século XIX, nas décadas seguintes alcançará grande prestígio nos cursos de formação de professores e nos exames de admissão para o ensino superior. Esse momento é de fato quando a Sociologia adquire um caráter institucional e nesse sentido conseguiu-se produzir o conhecimento sociológico de forma regular principalmente por meio de manuais didáticos que tinham como objetivo difundir essa nova disciplina aos alunos.

A indústria editorial brasileira incentivou essa produção regular de manuais, principalmente na década de 1930, em que houve uma série de investimentos significativos no âmbito da literatura pedagógica. A produção de livros didáticos era entendida como um mercado promissor já que os alunos matriculados teriam que adquirir estes livros didáticos.

Acreditava-se que por meio desses livros didáticos pudessemos compreender elementos geográficos, históricos e sociais do país de acordo com as preocupações nacionalistas dos intelectuais brasileiros durante a década de 1930. Poderíamos pensar que neste momento o ensino de Sociologia tinha como objetivo compreender sociologicamente o país incentivando nossos jovens a reflexão e a pesquisa.

O não cumprimento dos ideais republicanos representou um novo entendimento sobre os problemas brasileiros; intelectuais e líderes atribuíram o fracasso do projeto republicano à ignorância e ao analfabetismo da população, sobretudo a precariedade na formação da classe dirigente do país. Nesse período formou-se a ideia de que nosso atraso seria superado pela ação educativa; acreditava-se que a instrução traria todos os benefícios que permitiriam o progresso da sociedade e a constituição da nação. A educação fora entendida como um instrumento de aceleração histórica, capaz de criar um novo homem e uma nova sociedade.

Esperava-se que a Sociologia pudesse auxiliar na formação de uma nova tradição intelectual que se opunha a tradição bacharelesca. Constatou-se que era frequente nas introduções dos manuais de Sociologia o alerta de que aquele conhecimento não se destinava à formação de eruditos.

Os primeiros sistematizadores do conhecimento sociológico compreendiam que os eruditos acumulavam um saber enciclopédico e ornamental, eram descomprometidos com a realidade social, despreocupados com o destino da nação.

Para Meucci (2000), “os autores dos manuais de Sociologia entendiam que para tornar compreensível o conhecimento sociológico, as ideias deveriam ser apresentadas nas suas manifestações mais concretas e evidentes” (p.38). As atividades capazes de despertar os alunos – seminários, debates, pesquisas e excursões – eram condição para a formação de espíritos críticos, dispostos a refletir, investigar e observar.

O conhecimento da realidade social era uma necessidade que se impunha para a definição do destino da nação. O grande desafio era o desejo e a necessidade de estabelecer um padrão científico, objetivo e prático que pudesse substituir a concepção ornamental e clássica do conhecimento que historicamente foi cultivada no meio intelectual brasileiro. Assim, “a constituição da sociologia entre nós está intimamente relacionada com a perspectiva de formação da nação” (MEUCCI, 2000, p.112). Por trás da linguagem dos manuais de Sociologia, vemos a elaboração de um quadro sobre as condições de progresso da sociedade brasileira.

Guelfi (2001), em seu trabalho “A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro – 1925-1942” busca compreender a inclusão e a permanência da Sociologia enquanto disciplina escolar propedêutica (introdutória).

[...] a inclusão da Sociologia no currículo do ensino secundário entre 1925 e 1942 teria participado do movimento de modernidade brasileira por estar associada à ideia de modernidade e por constituir-se em um dos símbolos e instrumentos utilizados para forjá-la? (p.9)

A pesquisa situa-se num campo recente das pesquisas em Educação, o da história das disciplinas, tendo como aporte teórico as contribuições de Chervel (1990) e Warde (1998).

As disciplinas escolares da mesma maneira que as acadêmicas têm uma história peculiar que se transforma com as mudanças da própria sociedade, em um determinado momento histórico evidenciando sua cultura.

[...] a constituição do pensamento sociológico e do ideário da modernidade foram partes complementares de um mesmo processo histórico, em que a Sociologia produziu e foi produzida pelo que foi denominado de “mundo moderno”. E a Sociologia como disciplina escolar no ensino secundário foi um fragmento cultural que, entre outros, forjou as singularidades daquela modernidade brasileira (GUELF, 2001, p.121).

Uma das singularidades da Sociologia, entre as Ciências Sociais, se relaciona a sua inclusão enquanto disciplina escolar no ensino secundário. Particularidade que se mistura aos elementos culturais que influenciaram na construção da “modernização” e da “reconstrução nacional” que se pretendia instaurar no país.

Essa modernidade necessitava, além dos avanços técnicos e científicos, também, da ampliação dos direitos civis a todos. Dessa maneira a educação foi compreendida como o principal espaço para disseminar um projeto moderno através do discurso. Entretanto, havia também a necessidade de delimitar a extensão dos direitos civis; “educar segundo as exigências de um mundo moderno era necessário, mas preservar antigos valores e privilégios também o era” (GUELF, 2001, p.52).

A valorização da educação fora realizada no intuito de generalizar as intenções do Estado, contudo, o acesso e a reestruturação da estrutura das escolas foram restritos, e, os dispositivos legais constituíram-se nos meios pelos quais as restrições eram efetivadas.

No conjunto das preocupações políticas, o ensino secundário e superior tiveram destaque. Nesse contexto é que se situa a especificidade da trajetória da Sociologia como Ciência de Referência e da respectiva disciplina escolar, e de que maneira elas participaram daquela movimentação. Entre as décadas de 20 e 40 se amplia a veiculação de um vocabulário sociológico. Acrescentamos a esse dado a existência de publicações de livros didáticos de Sociologia para o secundário e as informações registradas pelas editoras e, localizamos as fontes que permitem visualizar a disciplina escolar como parte daquele movimento cultural. A expansão do número de livros didáticos e das editoras, associada à existência do vocabulário sociológico veiculado, compreende-se porque foi publicado um dicionário. Provavelmente, a 1ª edição do *Dicionário de Sociologia* organizado por Archêro Junior Conte, publicado em 1939, tenha sido o primeiro no Brasil (GUELF, 2001, p.65).

Organizar um dicionário de Sociologia naquele momento era fundamental, pois, em meio a tantos livros – traduzidos ou não – que começaram a ser veiculados no país,

[...] nem um 'glossário' havia sido escrito que servisse aos estudantes para facilitar-lhes o estudo dessa importante disciplina. Dado o número de vocábulos empregados por essa ciência e ainda a complexidade dos conceitos por eles representados era de enorme utilidade um 'dicionário de sociologia' onde, por ordem alfabética, se enfileirassem todos os termos mais nucleares usados na referida ciência. (ARCHÊRO; CONTE 1939, prefácio, p. 72-73).

Percebemos que além dos livros didáticos, a publicação de um dicionário com os Vocábulos Sociológicos mais utilizados indica que a Sociologia se encontrava em um momento de visibilidade como disciplina escolar no curso secundário propedêutico.

Entretanto a Sociologia se encontra entre aquelas disciplinas sem informações, ou seja, a própria ausência de indicações e explicações constitui-se num elemento cultural que nos indica as dificuldades enfrentadas por uma disciplina recente. Entende-se que essa ausência de apontamentos metodológicos está relacionada às dificuldades que uma disciplina recente encontra para estabelecer suas fronteiras, seus métodos e seus conteúdos. A seleção dos conteúdos constantes nos programas da disciplina indica essas dificuldades (GUELFY, 2001).

O primeiro programa da "Cadeira de Sociologia" do Colégio Pedro II entre 1926 e 1928 foi organizado em duas partes: 1) *Sociologia Theorica* e 2) *Fontes históricas da Sociologia*. Por meio da organização dos conteúdos selecionados nesse programa, podem ser identificadas algumas questões pertinentes à constituição da Sociologia no Brasil. A partir da observação dos conteúdos listados nos livros, constatou-se que havia uma forte preocupação em legitimar a Sociologia como uma ciência específica, no tema denominado *Sociologia Theorica* e nota-se que houve um predomínio dos conteúdos de História, na listagem que organiza o tema *Fontes históricas da Sociologia*.

Identificou-se também dificuldades existentes em conceituar Sociologia, qual o seu objeto de estudo e a metodologia de pesquisa mais adequada. Verificou-se um consenso acerca da Sociologia como uma ciência em formação e a ênfase em situá-la como um conjunto de conhecimentos específicos entre as Ciências Humanas. Para alguns autores, a Sociologia tinha um referencial teórico próprio, para outros ela era apenas disciplina prática, e outros entendiam-na como arte. (GUELFY, 2001)

As alterações realizadas no programa de ensino de Sociologia do Colégio Pedro II foram significativas. Na nova organização houve uma divisão em cinco temas compostos por uma determinada seleção de conteúdos. Os temas articuladores dos conteúdos foram: “*I - As Theorias Sociológicas; II - As Sociedades Humanas; III - A Psicologia Social; IV - As Instituições e V - Os problemas sociais contemporâneos*”.

Comparando-se o programa de 1925 com o de 1929, evidenciou-se que o novo programa foi pensado e estruturado de forma mais objetiva, em relação aos conteúdos específicos da Sociologia. Essa mudança demonstra avanços nos estudos sociológicos no país. Entretanto, a hierarquização, a seleção e a exclusão de determinados conteúdos dos programas de ensino estão relacionadas às transformações culturais da sociedade.

Se no primeiro programa predominam conteúdos de História, no segundo há uma preocupação com os problemas contemporâneos e no terceiro é perceptível uma preocupação com os conteúdos que explicitem a questão do Estado, da Nação, da família, da religião. Além desses conteúdos que se destacaram entre os demais, foi incluído um conteúdo específico: o da Sociologia Criminal. Portanto, o movimento de uma disciplina escolar revela a dinâmica da sociedade onde está incluída (GUELF1, 2001, p.92).

Compreendemos assim que, os conteúdos, as metodologias e o espaço que as ciências ocupam nos currículos escolares estão intimamente ligados ao contexto histórico, político, econômico, social e cultural no qual eles são forjados.

Durante as décadas de 1930 e 1940, ocorre no Brasil uma expansão de publicações de livros didáticos de Sociologia, impulsionada por uma política educacional consolidada sob a direção de Francisco Campos. Entretanto, apesar da regularidade da disciplina ter sido mantida entre 1925-42, os primeiros livros didáticos datam somente do início da década de 1930. O movimento em torno das publicações dos livros didáticos de Sociologia, principalmente após a Reforma Francisco Campos, indica que a Sociologia como disciplina escolar teria continuidade, um dos indicadores que afirmam essa hipótese seria a quantidade de livros publicados nesse período. Os dados mostram que provavelmente até 1931 não havia livros didáticos específicos da disciplina para o secundário, nem nacionais e nem franceses.

Entre 1937 e 1940, os livros apontam mudanças na organização dos conteúdos. Os índices indicam que na seleção houve uma preocupação em: manter a questão da Sociologia como ciência; acrescentar alguns temas pertinentes aos problemas sociais que se vivia – imigração, crimes, natalidade, obrigatoriedade do ensino, conflitos do trabalho, desemprego, o papel do Estado; fortalecer a explicação evolucionista da sociedade; construir uma moral compatível às necessidades da época. Se nos conteúdos dos livros mais antigos não constava uma História da Sociologia, nessa fase ela foi incluída. Esse dado indica que, provavelmente, a Sociologia se consolidava como campo de pesquisa e disciplina acadêmica. (GUELF, 2001, p.112).

Compreendemos que havia uma preocupação em evidenciar o caráter científico da disciplina ao abordar os problemas sociais, como o desemprego, a violência, mas acima de tudo elaborar uma moral adequada ao contexto político e social.

Flavio Marcos Sarandy (2004) em seu trabalho “A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil” destaca que apesar de a temática acerca do ensino de Sociologia ter sido fortemente problematizada pelos cientistas sociais durante as primeiras décadas do século XX, no Brasil, depois de alguns anos à sombra das mudanças socioculturais e políticas o ensino de ciências sociais no nível médio é retomado por um discurso que ainda não conseguiu despertar o interesse do meio acadêmico nem recuperou ou sistematizou a contribuição anterior.

Reflexões sobre a disciplina de Sociologia no ensino médio vêm sendo desenvolvidas por meio de artigos em jornais ou no âmbito acadêmico através de dissertações de mestrado. Para Sarandy (2004) o grande problema é que,

Toda a produção anterior sobre ensino de ciências sociais é simplesmente ignorada no ressurgimento atual, em âmbito corporativo, das discussões acerca da sociologia no ensino médio, quando não é completamente desconhecida por grande parte dos cientistas sociais, o que traz como consequência óbvia o empobrecimento das reflexões. (p.14)

Sua investigação se concentra em analisar, discutir e interpretar os livros ou manuais didáticos elaborados ou utilizados para o ensino médio a partir do início da década de 1980, momento em que a disciplina retorna ao currículo de algumas escolas de nível médio. Além desses manuais, o autor resgata e sistematiza a contribuição de dissertações que se aproximam deste tema e de alguns textos que vêm se tornando “clássicos” sobre o assunto. Constatou-se que existe acerca do ensino de Sociologia a presença de dois

vieses: primeiro a reprodução de um modelo de ensino acadêmico e ao mesmo tempo, um caráter missionário nos manuais didáticos. Dessa maneira a questão a ser verificada e problematizada é: qual Sociologia se ensina na educação básica?

Além disso, a análise dos manuais didáticos é extremamente importante no sentido de que eles também são resultantes da institucionalização das ciências sociais no Brasil e de seu isolamento acadêmico, principalmente durante o regime militar de 1964, tendo como consequência maior a enorme distância que a disciplina tomou do ensino médio. Sarandy (2004) analisa os manuais tendo como objetivo identificar nessas obras,

[...] os autores – citados, ensinados ou mobilizados; os conceitos fundamentais – utilizados em explicações específicas de fenômenos particulares ou tomados como explicativos da sociedade, em geral, ou do Brasil, em particular; os temas ou problemas tratados nos livros – o que significa analisar a importância que lhes são atribuídas em detrimento de outros ou até mesmo a visão de sua “necessidade”, a aceitação de seu poder organizador da vida social, tanto como os pressupostos implícitos em sua eleição; a hierarquização entre as narrativas sociológicas – articulação entre autores, correntes ou tradições das ciências sociais, e mesmo entre áreas distintas do campo; as contribuições de áreas correlatas presentes no ensino médio – relação de hierarquização, negação ou sobreposição entre disciplinas ou entre antropologia, sociologia e ciência política; os objetivos educacionais ou pedagógicos – explícitos ou não; o posicionamento dos autores dos manuais perante os conceitos, correntes sociológicas ou temas tratados no livro; e a presença ou não de uma elaboração didática, um pensamento explícito sobre ensino de ciências sociais, e a justificativa quanto às opções teóricas e metodológicas a respeito do ensino-aprendizagem (p.18).

Os livros analisados podem nos dizer muito sobre a Sociologia de hoje, principalmente pelo que eles não dizem, ou seja, por meio daquilo que é pressuposto em seus textos ou simplesmente excluído. Existe atualmente uma tendência no campo das ciências sociais de não se refletir sobre as questões especificamente relacionadas ao ensino da disciplina na educação básica.

Os livros didáticos definiam um conjunto de questões e temas objeto de investigação, um conjunto de conceitos apropriados para responder às questões singulares do novo campo de conhecimento, um conjunto de procedimentos científicos considerados válidos, um conjunto de procedimentos adequados à formação dos profissionais da nova área e um sistema de produção, difusão e legitimação dos trabalhos desenvolvidos no campo (SARANDY, 2004, p. 38).

Nesse sentido percebemos que surge nos primeiros manuais um sentido de missão do intelectual, ou seja, conhecimento da realidade para



apontar os rumos a serem percorridos. Observando as semelhanças e diferenças, sobretudo na forma de abordar os conceitos e nos sentidos que os manuais estabelecem ou não para a disciplina, a Sociologia nos livros didáticos é definida como sendo a chave para a compreensão do real, da sociedade, mas, também como instrumento de intervenção. Entretanto não há uma justificativa explícita ou objetivos específicos de aprendizagem para os conteúdos tratados nos manuais.

[...] a sociologia tem sido pensada – ao menos é para o que os manuais analisados apontam – como um campo especial, dotada de uma missão de abrangência maior, já que não é justificada em termos de formação individual, mas nos termos de seus efeitos políticos e sociais (SARANDY, 2004, p.119).

Evidencia-se que os objetivos da disciplina segundo os manuais se relacionam à própria função do conhecimento no âmbito das relações sociais, isto é, a disciplina teria a missão de promover a cidadania, o pensamento crítico e a transformação social.

A superficialidade na abordagem de alguns temas demonstra o caráter missionário e civilizador da disciplina.

O sentido missionário ou civilizador está presente nos manuais quando preveem que a simples denúncia das contradições capitalistas ou do autoritarismo político brasileiro é capaz de promover no aluno a energia suficiente e direcioná-la às transformações sociais (SARANDY, 2004, p.121).

Assim não há, no geral, uma divergência teórica significativa (muito grande) entre os manuais analisados pelo autor. Existe uma proximidade muito grande sobre como ensinar Sociologia e quais os objetivos da disciplina nesse nível de ensino além de haver um consenso acerca dos principais conceitos e autores clássicos dos conhecimentos sociológicos.

Em 2006, Marival Cohan, em seu trabalho intitulado: “A Sociologia no Ensino Médio, o Material Didático e a Categoria Trabalho”, analisa como a categoria “trabalho” tem sido abordada nos livros didáticos, paradidáticos e em outros materiais que têm sido utilizados no Ensino Médio.

O estudo procura resgatar a história e o sentido da disciplina de Sociologia no nível médio de ensino, analisa os documentos que orientam atualmente o ensino da mesma, com destaque para os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a experiência desenvolvida em

Santa Catarina, bem como da luta pela consolidação da disciplina em todo o país, para finalmente estudar a política e a utilização dos livros didáticos no Brasil, sobretudo os de Sociologia e como a categoria trabalho é por eles abordada. A grande questão colocada é: A sociologia deve ser matéria para a legitimação da ordem ou para sua crítica e superação?

Evidenciou-se que o ensino de Sociologia no nível médio ainda está em desenvolvimento, ou seja, ainda há muito a ser feito e ainda existem muitas contradições no âmbito da construção desse saber como socialmente aceito e necessário. Analisando os PCN, em especial os PCN de 2002, observou-se que a categoria “trabalho” é compreendida como um eixo temático, sendo proposta através de temas, subtemas e orientações didáticas. Ao tratar do tema “organização do trabalho”, parte-se da compreensão do trabalho como um dos conceitos fundamentais do conhecimento sociológico.

A proposta apresentada para o primeiro tema, em momento algum, faz menção direta à necessidade de se estudar a *organização do trabalho* no modo capitalista de produção. A orientação é genérica, ao mesmo tempo em que orienta o estudo dos *diversos modos de produção*, não os situa historicamente (COHAN, 2006, p.306).

Evidencia-se que com relação ao conceito sociológico de trabalho, e as discussões teóricas produzidas acerca do mesmo, os PCN se caracterizam, sobretudo, por apresentarem análises genéricas e superficiais. Nesse sentido ao realizar a crítica sobre a maneira como os PCN abordam esse conceito, Cohan (2006, p.307) afirma que,

Vê-se claramente a teoria do *capital humano*, a sociedade do conhecimento influenciando as orientações oficiais. Contudo, a realidade, sem muito esforço, parece derrubar essa tese de que quem estuda ascende socialmente, já que pesquisas mostram que o desemprego, por exemplo, atinge também os letrados. A crítica feita nesta pesquisa procurou evidenciar o significado das DCNEM e dos PCN para a educação brasileira, mostrando-as como sendo diretrizes e orientações que correspondem aos interesses de um determinado grupo que está no poder, por outro lado, exigiu um posicionamento crítico dos que não concordam com tais políticas (COHAN, 2006, p.309).

Ao realizar um histórico do livro didático, assim como de sua política e utilização, percebeu-se que desde os primeiros anos de 1920, quando foi criado o Instituto Nacional do Livro, o governo vem desenvolvendo uma política no sentido de suprir as escolas da rede pública com materiais didáticos. Entretanto, constata-se em sua pesquisa, “uma participação historicamente

concentrada de um reduzido número de grupos editoriais privados no processo decisório referente à implantação do PNLD” (COHAN, 2006, p.309). Dessa maneira o autor questiona-se acerca dos objetivos bem como do alcance de uma política pública de corte social.

Sobre a qualidade do material didático observou-se que mesmo o governo tendo assumido uma política de avaliação desses materiais, muitos desses livros ainda não são utilizados pelos professores devido a sua baixa qualidade.

A pesquisa de Cohan (2006) junto aos professores de Sociologia que atuam em Santa Catarina revelou que o livro didático e outros recursos de ensino como músicas, filmes, jornais estão sendo muito utilizados pelos professores como instrumento de formação e fonte de pesquisa para os alunos.

A utilização do livro didático não é feita, em sua maioria, para adoção com os alunos, e sim, como material utilizado para preparar as aulas, e como não há uma política pública para livro didático de Sociologia, em caso de o professor adotá-lo, o mesmo deverá ser comprado pelo aluno. A pesquisa revelou que existem professores que adotam livro didático, porém os alunos podem tirar fotocópias no colégio, seja do livro todo ou de partes. Na opinião dos entrevistados, os livros didáticos são importantes porque auxiliam na preparação das aulas, estão mais sistematizados, têm uma linguagem elaborada, além de serem uma importante fonte de pesquisa (COHAN, 2006, p. 313).

Cassiana Takagi em sua pesquisa realizada em 2007, intitulada “Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média”, verifica quais as relações podem ser estabelecidas entre diferentes fontes do ensino de Sociologia como as propostas curriculares elaboradas pelo poder público especialmente a do Estado de São Paulo; os livros didáticos, etc. Realiza-se um estudo “panorâmico sobre o campo do ensino de sociologia” (TAKAGI, 2007, p.12).

Sua pesquisa demonstra que apesar de haver poucas discussões globais e poucas pesquisas sobre a temática, existe um conhecimento sobre esse ensino mesmo que de forma dispersa.

Ao realizar uma análise crítica dos livros didáticos de Sociologia Takagi (2007) destaca que os mesmos se caracterizam muitas vezes por uma linguagem irregular, ou seja, em alguns momentos mais complexa e em outros

mais simples, além de os textos serem muito extensos para o tempo e a quantidade de aulas disponíveis à disciplina.

Analisando a proposta de conteúdo programático para a disciplina de Sociologia no 2º grau, elaborada em 1986, constatou-se que a mesma foi marcada pelo contexto político da década de 1980, ou seja, essa proposta surge como fruto da participação política de professores no âmbito da abertura democrática que se realizava.

Takagi (2007) ressalta que o objetivo central da proposta consiste na formação de cidadãos críticos e participativos,

Ainda que a proposta curricular fosse fruto de conquistas, ela não foi realizada de maneira plena porque as discussões que ocorreram, durante seu processo de elaboração, não foram levadas adiante, não se promoveram discussões de ajustes nem programas de aperfeiçoamento permanentes, como previa o documento (p.59).

Ao analisar a proposta curricular para o ensino de Sociologia no 2º grau de 1992 percebe-se que a mesma fora compreendida naquele momento como a salvação para os problemas do ensino nas escolas secundárias, ao evidenciar que esses problemas são resultados das práticas dos professores. Nesse sentido o Estado procura regulamentar a maneira como o ensino deve ocorrer nas escolas. Apesar de haver certa autonomia por parte das escolas essa autonomia é regulamentada pelo próprio Estado.

Sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, constatou-se que além de não problematizar a formação docente, estes não discutem também as condições de trabalho a que os professores são submetidos. Dessa maneira não levam em conta os obstáculos que prejudicam a realização de seus objetivos.

Ao realizar uma análise comparativa das propostas para o ensino de Sociologia no Estado de São Paulo percebeu-se que,

As propostas de 1986 e 1992 apresentam uma linha de trabalho semelhante, pois ambas expõem unidades temáticas integradas, subdivididas em conteúdos a serem abarcados ao longo de um curso. Entretanto o PCN propõe discussão de conceitos contextualizados de uma maneira superficial, ou seja, com associações muito imediatas, quase justaposição (TAKAGI, 2007, p.106).

Entendemos que a qualidade dessas propostas está intimamente relacionada ao seu processo de elaboração, nesse sentido aquelas elaboradas

com a participação dos professores que atuam de fato nas escolas apresentam questões e propostas mais significativas.

Ao analisar alguns livros didáticos para a disciplina de Sociologia constatou-se dificuldades semelhantes entre os mesmos, especialmente em relação à linguagem utilizada, uma vez que esta não prioriza os educandos.

Luciane Perucchi (2009) em sua dissertação “Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB”, analisa o lugar da disciplina de Sociologia no contexto da ditadura militar de 1964 até 1984, principalmente os livros didáticos utilizados em sala de aula nesse período autoritário, onde os saberes sociológicos eram transmitidos muitas vezes por meio de outras disciplinas escolares, tendo esvaziado seu conteúdo crítico.

Ao analisar os livros de OSPB destaca-se que em geral estes livros realizam uma abordagem superficial e simplista com relação às questões e os problemas sociais. Verificou-se que existe certa naturalização dos problemas sociais e da própria estrutura social.

Com as bases teóricas positivistas, a disciplina de OSPB manteve suas explicações naturalizantes da vida social, estratificada em classes ricas, médias e pobres. Para os autores desses livros de organização social e política brasileira a pirâmide social sempre existirá, do mesmo modo que uma sociedade sem classes só na teoria é possível. Sendo essa pirâmide eternamente composta por um vértice, ocupado por uma minoria que exerce o controle sobre o todo social (PERUCCHI, 2009, p.65).

Percebemos que a disciplina de OSPB, que no âmbito da ditadura militar de 1964 substituiu a disciplina de Sociologia, manteve conteúdos e até mesmo referenciais teóricos das ciências sociais e da Sociologia, adaptando estes conteúdos aos objetivos políticos deste momento histórico.

O que se pode perceber nitidamente por meio dos estudos das políticas educacionais da época da Ditadura Militar é que naquele momento da história do Brasil não se consolidou somente como um período de autoritarismo, também foi um espaço de tempo em que foram realizadas reformas institucionais, inclusive no campo da educação. Essas políticas visavam essencialmente à reprodução da força de trabalho, sua escolarização e qualificação, além da formação dos intelectuais em níveis diferentes e da disseminação da concepção de mundo dominante, visando colaborar para a legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida (PERUCCHI, 2009, p.67-68).

Adriana Cristina Borges (2014) autora do trabalho intitulado “Tecnologias e ensino de Sociologia: interfaces problematizadas pelos professores no ensino médio” defendido junto ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina teve como objetivo problematizar os limites e as possibilidades do uso das tecnologias como recurso didático nas aulas de Sociologia. Busca-se identificar quais as representações sociais que os docentes egressos do curso de Ciências Sociais da referida universidade tinham acerca desta temática. Em um sentido mais amplo desejava-se compreender como os professores podem utilizar as tecnologias nas aulas de Sociologia, enquanto mediadoras na construção do conhecimento. Uma das constatações realizadas com a pesquisa é a de que para muitos professores a presença da internet, principalmente por meio dos celulares utilizados pelos jovens, representa um obstáculo que atrapalha o bom andamento da aula. Dessa maneira realiza-se uma discussão teórica acerca do uso dessas novas tecnologias enquanto ferramentas que potencializam a construção do conhecimento sociológico por tornarem esse conteúdo mais concreto e significativo para esses jovens.

As representações sociais dos professores acerca das tecnologias e a escola são produzidas em um contexto social fortemente marcado pelo avanço tecnológico, em que são constantemente estimulados a utilizar estes elementos como recursos didáticos, já que estes podem propiciar uma forma de construir o conhecimento com uma participação mais ativa dos alunos nesse processo (BORGES, 2014, p. 77-78).

A partir de suas análises destaca-se que os professores compreendem a importância das novas tecnologias e suas potencialidades no processo de ensino e aprendizagem, entretanto, evidenciou-se que é necessária uma reestruturação das escolas e dos processos de formação dos mesmos. Constatou-se que muitos professores que não utilizam essas tecnologias não o fazem por terem dificuldades em utilizá-las e na maioria das vezes por falta de estrutura das escolas.

O resultado das entrevistas (...) nos indica que não basta concordar quanto ao uso dessas ferramentas tecnológicas como recursos didáticos. Sua inserção contribui com o processo de ensino e aprendizagem nas escolas de Ensino Médio quando de fato se repensa a metodologia de ensino, isto é, se modifica também a forma de ensinar Sociologia (BORGES, 2014, p. 114).

Constatamos que em sua pesquisa Meucci (2000) deseja compreender como o conhecimento sociológico se organizou por meio dos livros e manuais didáticos e como estes se relacionam com o processo mais amplo de institucionalização da disciplina no ensino médio e das Ciências Sociais no Ensino Superior.

Sarandy (2004) procura encontrar o sentido do ensino de Sociologia por meio de uma análise dos conteúdos propostos pelos materiais didáticos na década de 1980 e constata que existe por um lado uma tendência em reproduzir um conhecimento acadêmico e por outro desenvolver um ensino missionário devido à superficialidade com que alguns temas são abordados.

Cohan (2006) ao analisar como a categoria trabalho é abordada nos livros didáticos de Sociologia, nos instiga a pensar sobre quais os objetivos do conhecimento sociológico nesse nível de ensino, e constatou-se uma baixa qualidade na produção desses livros especialmente em relação à linguagem por eles utilizada.

Perucchi (2009) ao problematizar o período de 1964 demonstra por meio da análise dos livros didáticos de OSPB como o conteúdo da disciplina de Sociologia foi adequado aos propósitos políticos da época tendo seu conteúdo crítico esvaziado.

Para Meucci (2000), os autores dos primeiros manuais de Sociologia – privilegiavam atividades capazes de despertar os alunos como seminários, etc. Seguindo nessa perspectiva Sarandy (2004) afirma que os livros didáticos podem demonstrar muito do que se concebe em termos teóricos e metodológicos sobre o ensino de sociologia.

Cohan (2006) procura responder a seguinte questão: Será que quando esses materiais didáticos abordam os temas relacionados ao mundo do trabalho, como o subemprego, desemprego, trabalho infante/juvenil, novas tecnologias, flexibilização do processo produtivo, entre outros, estariam oferecendo elementos para a realização de uma crítica radical que a realidade exige, ou ainda estariam num plano superficial? Para o autor,

as perspectivas dessas disciplinas, se for seguir à risca as orientações advindas do MEC/SEMTEC por meio dos PCNEM, bem como a maior parte dos materiais didáticos indicados por eles, estão

mais para servirem de mecanismo de controle social do que para fazer a crítica radical da sociedade capitalista (COHAN, 2006, p.18).

Percebemos que mesmo se fazendo presente na escola é preciso nos perguntarmos sobre as condições concretas da ação pedagógica, como nos evidencia Takagi (2007). Constatou-se que são poucas as pesquisas que problematizam de fato o ensino de Sociologia. A maioria das pesquisas se preocupam em compreender o processo de institucionalização da mesma nos currículos escolares por meio das reformas empreendidas em nível nacional e regional. Para Takagi, (2007) “os raros estudos sobre a disciplina Sociologia não discutem diretamente o ensino, pois tratam principalmente do histórico de institucionalização da disciplina no Brasil” (p.16). Assim é preciso ampliar e diversificar as pesquisas procurando problematizar o campo dos recursos didáticos, dos conteúdos, das metodologias.

Sarandy (2004) evidencia em sua pesquisa que de fato poucos trabalhos desenvolvem reflexões mais profundas sobre a questão do ensino de Sociologia, mesmo este tendo sido um tema muito debatido durante as décadas de 1920, 1950 e 1980. Atualmente além de não ser valorizado,

o ensino de ciências sociais no nível médio de escolaridade como tema de estudo e reflexões é retomado por um outro discurso que, ao que parece, não conseguiu mobilizar o interesse da academia nem recuperou ou sistematizou a contribuição anterior (SARANDY, 2004, p.13).

Sobre esse ponto Cohan (2006) demonstra como essa intermitência, no ensino médio trouxe consequências práticas para o campo das Ciências Sociais. Para o autor,

O ensino da Sociologia por um longo tempo deixou de ser um objeto de estudo, o que empobreceu muito a discussão permanente sobre seu sentido na educação, elaboração de materiais didáticos, especialmente livros didáticos (p.50).

Guelfi (2001) nos esclarece que

[...] assim como as disciplinas acadêmicas, as escolares têm uma história com determinadas peculiaridades que modificam-se com as renovadas alterações de uma sociedade, num momento histórico específico revelando seus conflitos, lutas, interesses, práticas sociais, enfim, sua cultura” (p.14)

As pesquisas aqui discutidas seguem uma estrutura semelhante na organização das ideias, pois praticamente todas procuram realizar uma reconstrução histórica tanto do processo de institucionalização das Ciências



Sociais no Brasil como da disciplina de Sociologia na escola básica. Na maioria das pesquisas é realizada uma problematização acerca dos documentos legais sobre o ensino de Sociologia e a relação desses com o contexto político, econômico, social e cultural de cada período histórico e em todos é possível perceber questionamentos acerca dos sentidos, objetivos, limites e possibilidades desse ensino na escola média.

O que mais fica evidente na análise por nós realizada neste momento é que de maneira geral existem inúmeros problemas com relação à produção e utilização dos materiais e recursos didáticos, seja no acesso, seja na linguagem, nas metodologias, nos textos, no domínio de novas tecnologias e especialmente na superficialidade com que conceitos e teorias são abordados.

Acreditamos que o esforço de tentar sistematizar as pesquisas realizadas sobre a temática é muito importante; afinal, o que as pesquisas evidenciam sobre o ensino de Sociologia é o contraste entre o que se deseja e o que de fato acontece. Em linhas gerais percebemos que os livros didáticos de Sociologia adquiriram ao longo do tempo várias formas e objetivos. Entendemos que tanto a forma como o conteúdo por estes livros desenvolvidos estiveram por muitas vezes determinados pelo contexto político no qual foram elaborados.

Neste capítulo procuramos dar ênfase especialmente às questões acerca dos materiais e dos recursos didáticos, haja visto, que no capítulo anterior procuramos evidenciar o processo de institucionalização da disciplina.

As pesquisas aqui analisadas nos indicam que os materiais e os recursos didáticos são fundamentais no processo de legitimação da ciência de referência. Esses são responsáveis pela sistematização e divulgação do conhecimento sociológico em nosso país.

Nesse sentido, entendemos que os primeiros manuais de sociologia são parte valiosa do processo de institucionalização de uma disciplina. Em tempo: é importante compreender que o processo de institucionalização de uma nova disciplina científica é composto por um complexo de iniciativas destinadas à definição intelectual e institucional da nova área de conhecimento. Protagonizado por diferentes grupos da sociedade, interessados no domínio sobre a nova área, o conjunto de esforços que compreendem o processo de institucionalização de uma disciplina nova exige, por um lado, a definição da singularidade dos campos teórico, conceitual e de

investigação e, por outro, a construção de uma estrutura capaz de permitir a produção e a divulgação do conhecimento (MEUCCI, 2000, p.6).

Os conteúdos analisados por essas pesquisas indicam que existe uma coerência acerca dos conceitos e acerca dos principais teóricos dessa ciência. Entretanto, uma das críticas verificadas aos materiais se refere especialmente a superficialidade com que alguns temas são abordados e nas poucas inovações metodológicas na maneira de abordar os conteúdos de Sociologia.

A partir do que os trabalhos acima problematizaram sobre os materiais didáticos, podemos constatar que houve um grande esforço por parte dos precursores do conhecimento sociológico brasileiro em compreender a realidade de nosso país por meio dessa nova ciência - Sociologia. No entanto, a história mostra que o ensino de Sociologia muitas vezes tem sido pensado na perspectiva mais de ajustamento social do que como possibilidade de questionamento; assim o mesmo foi sendo adaptado à propósitos políticos específicos.

Evidenciou-se também a importância desses materiais no processo de formação dos professores. É importante pensar sobre como esses materiais podem limitar reflexões sobre determinados problemas sociais como nos evidenciou Cohan (2006) sobre as questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Em sua tese de doutorado intitulada “Das fronteiras entre ciência e educação escolar: As configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002)” a professora Ileize Luciana Fiorelli da Silva, da Universidade Estadual de Londrina, afirma que,

[...] pode-se observar que a sociologia é uma disciplina integrada aos diferentes discursos pedagógicos, tendo mais possibilidades de fixação e consolidação nos modelos de currículos científicos. Todavia como conjunto de saberes úteis ao desenvolvimento de competências sociais e comportamentais, ela vicejou nos modelos de currículos das competências, dependendo das batalhas, das lutas e dos desfechos nos campos da recontextualização, nas universidades, no MEC, nas secretarias de estado de educação e nas escolas (SILVA, 2006, p.269).

Em outras palavras, os materiais didáticos são instrumentos de reprodução e de mediação dos conceitos e teorias sociológicas. Precisamos ampliar nossas reflexões sobre as possibilidades e os limites que os mesmos

representam em nossa prática docente. Acreditamos que especialmente nos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais é preciso problematizar sobre como esses materiais se relacionam no processo mais amplo de formação teórica de nossos professores em sua formação inicial e também contínua.

No capítulo seguinte nosso olhar se voltará às representações que professores e alunos de Sociologia têm acerca do ensino dessa disciplina/ciência.

#### **4 AS REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Neste capítulo privilegiamos as pesquisas e trabalhos que de alguma maneira problematizaram como os alunos e os professores de Sociologia definem ou percebem o sentido dessa disciplina e desse ensino, por meio de suas representações. Acreditamos que essas representações poderão nos ajudar a pensar algumas questões relacionadas às justificativas que alunos e professores apresentam para o Ensino de Sociologia; o lugar (importância) que ocupa a Sociologia no rol das demais disciplinas; as representações que foram construídas ao longo da história sobre o ensino de Sociologia e suas repercussões sobre as abordagens dos conteúdos de Sociologia. Acreditamos que existe sempre o risco de transpor para o Ensino Médio uma abordagem excessivamente acadêmica dos conteúdos sociológicos para o ensino médio.

**Quadro 2** – Dissertações sobre representações sociais de alunos e professores sobre o ensino de Sociologia

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Programa</b>	<b>Tese/Dissertação</b>	<b>Ano</b>
Mario Bispo dos Santos	<b>A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do distrito federal</b>	UNB	Sociologia	Dissertação	2002
Kelly Cristine Corrêa da Silva Mota	<b>Os lugares da sociologia na educação escolar de jovens no ensino médio: formação ou exclusão da cidadania e da crítica?</b>	UNISINOS	Educação	Dissertação	2003
Erlando da Silva Rêses	<b>...E com a palavra os alunos: estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do distrito federal sobre a sociologia no ensino médio</b>	UNB	Sociologia	Dissertação	2004
Neide de Lima Moura	<b>O papel da sociologia na formação do jovem: perspectivas dos estudantes.</b>	UNINOVE	Educação	Dissertação	2012
Alexandra Garcia Mascarenhas	<b>As representações dos professores e estudantes sobre a Sociologia no Ensino Médio: investigando as comunidades virtuais do <i>Orkut</i></b>	UFPeI	Educação	Dissertação	2012

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

À luz das dissertações e teses produzidas sobre o assunto, procuramos agrupar os trabalhos por afinidades, tanto com relação ao objeto de estudo, como das problemáticas por eles abordadas. Assim nesse capítulo reunimos os trabalhos que realizaram uma problematização acerca das representações sobre o ensino de Sociologia, seja no âmbito dos professores como também dos alunos. Acreditamos que ao evidenciarmos essas representações elas poderão nos ajudar a pensar sobre os sentidos desse ensino atualmente.

No quadro acima – Dissertações sobre representações sociais de alunos e professores sobre o ensino de Sociologia - estão os trabalhos que compõe nossa análise nesse capítulo. Procuramos nesse momento construir um diálogo entre as pesquisas, ou pelo menos tentamos evidenciar algumas ideias, argumentos e problemáticas entre as mesmas que as pudessem aproximar e que estão relacionadas aos nossos interesses mais específicos. Acreditamos que de uma maneira geral todas as pesquisas aqui agrupadas levantam questões importantes acerca do processo de institucionalização da disciplina tanto no âmbito escolar como acadêmico, entretanto, neste momento daremos ênfase às representações de professores e alunos sobre o ensino de Sociologia.

A história do processo de institucionalização e da luta pela regulamentação da disciplina, analisada com maior profundidade no primeiro capítulo, nos indica que esse processo não fora linear e contínuo, mas, pelo contrário, foi extremamente conflituoso e durou mais de um século. Neste momento de regulamentação legal do ensino da Sociologia em todo o território brasileiro por meio da Lei nº11.684/2008, conquista inegável, entendemos que ainda há muito a ser feito. Atualmente as pesquisas (SILVA 2010, 2007; MORAES 2002; TAKAGI 2007, SANTOS 2002) nos indicam que o desafio eminente é construir uma comunidade sólida de pesquisadores para ampliarmos as problematizações acerca das metodologias, dos recursos didáticos e dos conteúdos que devem ser ministrados no ensino médio.

Mario Bispo dos Santos em 2002 apresenta uma pesquisa intitulada “A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do distrito federal”. A problemática central do trabalho é compreender o que

pensam os professores que atuam com essa disciplina sobre o papel que ela desempenha na formação dos jovens. Nesse processo de formação, sob o ponto de vista desse grupo, quais seriam os conteúdos de ensino a serem trabalhados em sala de aula. Santos busca entender como os professores da rede pública do Distrito Federal compreendem o sentido da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. As diretrizes estabelecidas com a Reforma do Ensino Médio realizada em 1998 sugerem que o sentido da Sociologia nesse nível de ensino seja o seguinte:

[...] cabe a essa disciplina contribuir para que o educando desenvolva as capacidades de observação, análise e síntese que possibilitem o entendimento dos fundamentos das relações sociais, em especial, aquelas geradas pelas principais mudanças na produção e no conhecimento (SANTOS, 2002, p.9).

Constata-se que a visão acerca da Sociologia enquanto instrumento de formação para o exercício da cidadania constitui uma referência comum para os professores que ministram a disciplina. Para os professores formados em Ciências Sociais, a Sociologia contribui na compreensão da dinâmica das relações sociais, mas não direciona para nenhum projeto de intervenção social; fornece somente o instrumental conceitual. Para os professores formados em outras áreas a disciplina ajuda na formação do cidadão, na medida em que conscientiza o aluno acerca da necessidade de sua intervenção na realidade visando à promoção de mudanças, visão esta que estaria mais próxima das concepções dos formuladores da Reforma.

Para Santos (2002), as representações sobre o ensino de Sociologia se constituem em dois eixos: o primeiro se relaciona a uma formação sociológica, enquanto que o segundo aponta para uma formação política. Destaca-se ainda que para cada eixo, existem representações acerca do papel da disciplina e dos conteúdos por ela abordados.

Sobre o primeiro eixo, ou seja, sobre a representação de que a disciplina teria o objetivo de formar um jovem capaz de compreender a realidade social, Santos (2002, p. 100) afirma que,

O presente eixo está relacionado à preocupação dos professores em apresentar a Sociologia como um conhecimento relevante na ampliação da consciência em relação aos fundamentos norteadores da vida em sociedade. Ela possibilitaria ao educando conhecer de forma sistemática e científica, os fatores que organizam e dinamizam a vida social: as relações de poder, as relações econômicas, os

processos de socialização, as posições sociais, as ideologias. Nesse sentido, a referida disciplina no Ensino Médio contribuiria para a formação de uma consciência sociológica.

Acerca da representação de que a Sociologia seria a responsável pela formação do cidadão com a capacidade de intervir na realidade social, Santos (2002, p.111) afirma que,

O presente eixo está relacionado à preocupação dos professores em apresentar a Sociologia como um conhecimento importante no encaminhamento dos problemas da vida cotidiana. Um conhecimento cuja aquisição possibilitaria a formação da consciência política no aluno em relação às causas e possibilidades de soluções das questões presentes no seu dia-a-dia.

Percebemos nessa pesquisa duas grandes representações sobre o ensino de Sociologia. Na primeira a disciplina tem como objetivo contribuir com uma formação científica e, portanto, mais neutra, e na segunda ocorre exatamente o inverso: associa-se a disciplina a uma formação mais crítica, política e, portanto, intervencionista; vinculada a uma ideia de exercício da cidadania.

A análise realizada indicou que a Sociologia enquanto instrumento de conscientização, tendo em vista o exercício da cidadania, se constitui uma representação comum entre os professores, entretanto acerca do que seja essa conscientização e essa preparação para a cidadania, a pesquisa demonstrou a existência de concepções distintas que seriam influenciadas pela formação, bem como pelo local de trabalho.

Em 2003, Kelly Cristine Correa da Silva Mota, em sua dissertação de mestrado vinculada ao programa de pós-graduação em educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) intitulada “Os lugares da sociologia na educação escolar de jovens no ensino médio: formação ou exclusão da cidadania e da crítica?” procurara compreender “o lugar que a Sociologia desempenha e/ou pode desempenhar na formação dos alunos” (MOTA, 2003, p.11) e qual a expectativa dos professores acerca da importância da Sociologia diante da realidade do seu ensino, principalmente dos limites e determinantes impostos pela escola e que muitas vezes não podem ser questionados. Qual o lugar da Sociologia na educação escolar dos jovens, sobretudo para aqueles que ministram a disciplina?



Acredita-se que a inclusão da Sociologia no currículo da educação básica contribuiria para uma ampliação da visão de mundo, da percepção dos problemas e características da vida social dos estudantes. Entretanto,

Se, por um lado, ela pode operar como mecanismo de controle e reprodução social, incluindo aí a própria dinâmica da instituição escolar, é a Sociologia que, em grande medida, tem propiciado o desvelamento de tais mecanismos. Por mais que ela tenha limitações concretas para desenvolver cidadania e crítica, numa perspectiva transformadora da realidade social, encerra algumas possibilidades de aprendizagens analíticas e compreensivas importantes sobre as condições sociais da existência humana. É nesse sentido que me posiciono a favor dos esforços pela sua inclusão na escola e na educação dos jovens (MOTA, 2003, p.84).

Percebemos que ambas as pesquisas, a de Santos (2002) e a de Mota (2003) se preocupam em compreender as possibilidades, os desafios e os sentidos atribuídos ao ensino de Sociologia, sobretudo, na perspectiva dos professores da disciplina. Mota (2003) tenta captar nas falas dos professores, nas suas práticas e intenções docentes, os lugares que a disciplina ocupa na formação do jovem e constata que são vários os lugares.

De uma perspectiva histórica e pedagógica de fato somente é possível falar em “lugares da Sociologia”, ao invés de “o lugar”. Pois as idealizações e as condições sociais em torno das suas possibilidades na formação dos jovens foram e são tantas quantas foram e são as concepções a respeito do seu lugar na sociedade (MOTA, 2003, p.69).

As entrevistas revelaram que existe uma representação ligada às “exigências sociais de adaptação para um bem viver social” (p.70-71). Isso se justifica nessa visão de que a educação precisa adequar os jovens às necessidades do mundo do trabalho e às regras sociais de maneira geral.

Se há um imaginário em torno da contribuição da Sociologia na formação dos jovens num sentido crítico e cidadão e, por consequência, a esperança de constituição de um regime político democrático, na prática social, especificamente docente, reduz-se esse entendimento e opera-se num nível institucional e formal (MOTA, 2003, p.91).

A Sociologia, com seus conteúdos, métodos e reflexões, propiciaria os meios de construir uma transformação do pensamento e das ideias.

A Sociologia na escola e na formação dos jovens tem um lugar importante na construção do “olhar sociológico”, que longe de se restringir ao erro epistemológico da “*educação bancária*” – transmissão/depósito de conteúdos nas mentes dos estudantes – pauta-se no exercício mesmo de análise; olhar ora incisivo, ora abrangente; a um só tempo agudo e amplo, de aproximação e distanciamento que possibilita enxergar e compreender o objeto do olhar (MOTA, 2003, p.121).

Constata-se que o ensino de Sociologia é percebido como uma maneira de compreender as relações sociais de forma racional e científica; que deve estimular em nossos jovens o pensamento crítico e a participação cidadã.

Erlando da Silva Rêses em 2004 realiza sua dissertação de mestrado junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília intitulada “...E com a palavra os alunos: estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do distrito federal sobre a sociologia no ensino médio”. Assim como Santos (2002), tanto os documentos oficiais da reforma realizada no ensino médio em 1998, quanto o texto do currículo de Sociologia do Distrito Federal postulam que a disciplina deve ser percebida como um conhecimento dinâmico, flexível e prático que prepara o educando para o exercício pleno de sua cidadania. Nesse sentido Rêses (2004) procura compreender de forma inovadora, não mais na perspectiva dos professores, mas sob a ótica dos alunos, qual o sentido da Sociologia no ensino médio. Evidenciam-se as justificativas que alunos e professores apresentam para o Ensino de Sociologia.

A percepção do aluno do ensino médio da rede pública do Distrito Federal sobre a Sociologia aproxima-se das orientações e determinações dispostas nos documentos oficiais acerca do ensino médio. O ensino de Sociologia na perspectiva dos alunos está relacionado ao,

[...] contexto escolar, da dinâmica de funcionamento da escola, da abordagem teórico-metodológica do professor, da comparação entre a escola pública e a escola privada, da crítica à formação do aluno e da preocupação com o ingresso no ensino superior (RÊSES, 2004, p.84).

A partir do que os alunos pensam acerca do ensino de Sociologia, constatou-se uma concepção pragmática desse ensino.

Para o grupo de alunos da periferia ou da região administrativa de Santa Maria, a percepção em torno do ensino de Sociologia foi de uma disciplina pragmática, de rápida aplicação na realidade social, como bem expressou um dos entrevistados: “*Ela é muito ampla, muito prática, muito aplicável*” (RÊSES, 2004, p.91).

Essa representação dos alunos sobre a importância da disciplina está em sintonia com os objetivos e sentidos propostos pelas diretrizes e pelos currículos de Sociologia.

[...] a percepção do aluno do ensino médio da rede pública do Distrito Federal a respeito da Sociologia aproxima-se das orientações e postulados dispostos nos documentos oficiais da reforma do ensino

médio. A característica fundamental, apresentada nesta reforma, para o ensino da Sociologia é a formação para o exercício da cidadania. Os dois grupos de alunos pesquisados concordaram com essa perspectiva de formação, sob olhares diferentes: um grupo com um olhar na melhoria das condições de vida e outro com um olhar na progressão escolar (RÊSES, 2004, p. 103).

Os alunos apresentam a necessidade do ensino de Sociologia em sua formação colocando a disciplina no mesmo patamar de importância das demais, e reconhecem a importância na formação de uma consciência crítica.

As pesquisas apontam que há uma tendência geral de atribuir a esse ensino a responsabilidade de uma formação crítica que possibilite a transformação social. Seja por parte dos professores ou por parte dos alunos as representações acerca do sentido no ensino de Sociologia parecem se aproximar dos objetivos e expectativas acerca dessa ciência/disciplina desde o fim do século XIX, quando da instauração da República.

Percebemos que desde a proclamação da República tem-se procurado por meio da educação e das instituições educacionais formar um novo brasileiro, mais instruído e flexível, com certa consciência, mas com pouca criticidade.

Em 2012, Neide de Lima Moura em sua dissertação de mestrado junto ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) de São Paulo intitulada “O papel da sociologia na formação do jovem: perspectivas dos estudantes” problematizou o que os jovens do ensino médio pensavam sobre a disciplina de Sociologia a partir do ano de 2009 com a implantação do novo currículo no Estado de São Paulo. Diante desse novo momento histórico vivenciado pela disciplina de Sociologia busca-se diagnosticar as potencialidades da mesma no âmbito da formação dos jovens do ensino médio, especialmente com relação às formações humana e ética, e que desenvolvam a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Um dos pontos inovadores da pesquisa é o fato de colocar em evidência no contexto atual o jovem. Neste trabalho realiza-se uma abordagem sobre o conceito de jovem e articula-se este conceito ao conceito de indústria cultural desenvolvido pela Teoria Crítica especialmente, sob a perspectiva de Adorno. Acima de tudo o que se deseja compreender é: para eles, os jovens, qual a contribuição que a disciplina de Sociologia pode oferecer em sua formação?

Moura (2012) ao realizar as análises dos grupos focais constatou que,

As falas dos grupos trouxeram a importância do respeito ao outro, a união entre as pessoas, à compreensão das atitudes dos indivíduos e integração. Essas falas foram verificadas principalmente nos grupos da escola privada, o que nos permite inferir que estão relacionadas à concepção de ensino da instituição, por tratar-se de uma escola católica (p.110).

Por meio de um debate acerca da importância do ensino de Sociologia para o cotidiano do aluno identificou-se que os alunos atribuem a disciplina a consciência de que a tolerância com o outro e com o diferente é muito importante.

Sobre a importância do ensino de Sociologia para a consolidação de uma autonomia intelectual constatou-se uma criticidade por parte dos alunos quanto à importância de defenderem suas opiniões. Entretanto, por outro lado, verificou-se uma reprodução do discurso do professor por este ser portador de uma autoridade.

Numa análise dialética das falas observadas nos debates dos grupos focais, é possível verificar a adaptação dos sujeitos verificada na reprodução de discursos como também a possibilidade da produção de uma consciência verdadeira. A consciência do valor que atribuem aos movimentos sociais, como o movimento estudantil, movimento feminista e o movimento gay, está presente nos relatos dos sujeitos das duas escolas, como reconhecimento dos direitos individuais e valorização da diversidade (MOURA, 2012, p.119).

Percebemos em sua pesquisa que de fato a disciplina contribui com uma formação mais crítica, pois, traz em seus conteúdos temáticas e conceitos que possibilitam uma reflexão mais ampla acerca de temas como política, desigualdades, mudanças no mundo do trabalho e da realidade social na qual os jovens estão inseridos.

Assim foi possível perceber que a disciplina de Sociologia teve um papel muito importante na formação dos jovens tanto da escola pública quanto da escola privada, especialmente no aprimoramento de um senso crítico, na compreensão da realidade social e da importância dos movimentos sociais como uma forma de reivindicação e conquista de direitos.

Em 2012 no trabalho intitulado “As representações dos professores e estudantes sobre a Sociologia no Ensino Médio: investigando as comunidades

virtuais do *Orkut*”, Alexandra Garcia Mascarenhas investiga as representações de professores e estudantes sobre a Sociologia no Ensino Médio através das comunidades virtuais do *Orkut*. Ao analisar textos retirados de comunidades virtuais, constatou-se algumas representações sobre a Sociologia no ensino médio: o dogmatismo da disciplina; a racionalidade instrumental; a trajetória da disciplina; os pressupostos metodológicos; a formação e a hierarquia dos campos científicos. A partir destes enunciados buscou-se identificar os discursos que permeiam as representações dos professores e estudantes sobre o ensino de Sociologia. Estes discursos, de uma forma ou de outra, colaboraram para que os professores e alunos formassem as representações que têm sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio. Conhecer as representações dos estudantes sobre a Sociologia no Ensino Médio se constitui em uma fonte importante e complementar a ser considerada no entendimento da participação desta disciplina no currículo escolar.

Desta maneira, no contexto das rápidas mudanças sociais que afetam a sociedade em âmbito global, o papel da escola e dos valores e saberes nela desenvolvidos são constantemente repensados. Conhecer as expectativas e as impressões dos estudantes torna-se cada vez mais uma necessidade pedagógica, sendo fundamental estimular nos alunos uma postura ativa perante o conhecimento e, conseqüentemente, perante as exigências de uma formação profissional num mundo em constante transformação (MASCARENHAS, 2012, p.19).

A reflexão acerca de como a disciplina é compreendida tanto por professores quanto por alunos enriquece as discussões sobre os significados do ensino de Sociologia, especialmente na formação de nossos jovens, mas, acima de tudo, nos estimula a ampliar as discussões sobre a formação de nossos professores de Sociologia especialmente nos cursos de Licenciatura.

[...] ao analisar os textos de professores que remetem a trajetória da Sociologia como disciplina do Ensino Médio, aos pressupostos metodológicos, às questões que remetem as licenciaturas em Ciências Sociais e Sociologia e aos valores atribuídos aos diferentes campos científicos, considero que muito dos problemas enfrentados pelos docentes, passam pela questão de formação, e, junto a isso, pela disputa por espaço entre conhecimentos (MASCARENHAS, 2012, p.83).

Destaca-se a importância da formação do professor nos cursos de Licenciatura para o enfrentamento dos problemas do cotidiano escolar, ou seja, “Uma formação para a docência em Ciências Sociais precisa proporcionar meios de integrar os conhecimentos específicos aos conhecimentos

pedagógicos permitindo o diálogo entre essas duas áreas.” (MASCARENHAS, 2012, p.84)

Ainda sobre a trajetória da disciplina percebeu-se que para os professores as dificuldades encontradas no ensino de Sociologia estão mais ligadas ao processo de intermitência da disciplina nos currículos escolares do que propriamente relacionadas ao processo de formação na licenciatura.

Outro dado curioso que a pesquisa nos evidenciou é que muitos professores se identificam como cientistas sociais ou sociólogos mesmo atuando como professores. Uma das hipóteses suscitadas é que isso se deve as disputas entre os conhecimentos no caso da Sociologia entre o bacharelado e a licenciatura, esta última, sempre desprestigiada no âmbito acadêmico.

Uma representação identificada em suas pesquisas se refere ao Dogmatismo como uma marca da Sociologia no Ensino Médio,

Chamo de Dogmatismo os textos que envolvem também, a ideia da Sociologia como portadora de uma verdade absoluta, capaz de tornar o indivíduo mais consciente através do contato com o seu conhecimento, bem como, do professor de Sociologia como portador dessa verdade, que pode ocorrer através de uma imposição ideológica e partidária, privilegiando o ensino de uma determinada corrente teórica, ou por entender que o objetivo desta ciência é conscientizar quem tiver contato com ela; (MASCARENHAS, 2012, p.84).

Nesse sentido o Dogmatismo se constitui como uma representação forte no ensino de Sociologia, que é visto em alguns momentos como a solução para todos os males vividos pela sociedade. Essa é uma representação muito forte entre os alunos e destaca que nesse sentido o ensino de Sociologia é visto como uma verdade absoluta, ou o espaço no qual se prega ideologias de esquerda.

Outra representação acerca do ensino de Sociologia está ligada à racionalidade instrumental da educação, ou seja, vários textos versam sobre a utilidade do conhecimento sociológico para a vida, para o trabalho e para o vestibular ou para o Exame Nacional do Ensino médio. Ao delinear o conceito de racionalidade instrumental a partir das perspectivas de Weber, Foucault, entre outros autores, tem-se como finalidade dimensionar a perspectiva sociológica em torno deste conceito. Percebe-se uma problemática associada à ideia de utilidade do conhecimento sociológico visto que o mesmo é

compreendido pelos alunos como um conhecimento sem utilidade e pior que isso essa disciplina estaria ocupando o lugar de outras consideradas mais importantes.

Constatou-se que existe uma representação social especialmente por parte dos alunos de que a Sociologia não tem sentido e nem utilidade e isso ocorre por dois motivos: em primeiro lugar, à racionalidade instrumental que permeia a educação, que prioriza a formação para o trabalho e coloca em disputa conhecimentos técnicos e conhecimentos propedêuticos, estes últimos sendo inferiorizados. Em segundo lugar o fato de que a grande maioria dos professores que lecionam a disciplina não possuem formação específica.

A escola através do seu projeto político-pedagógico, ou pelas escolhas das disciplinas privilegiadas e dos conhecimentos priorizados determina a carga horária e a disposição das aulas, deixando transparecer o que pensa ser o ideal para a formação do aluno, cheguei a pressupor que talvez este perceba tal processo e sofrendo também as interferências de fora da escola, constrói as suas representações sobre o mundo a partir de determinadas formações discursivas, produzindo e reproduzindo significados relativos aos conhecimentos, disciplinas e as suas funções dentro do processo de escolarização (MASCARENHAS 2012, p. 111-112).

Nos textos analisados percebe-se que não há utilidade em estudar Sociologia, pois os conhecimentos e os conteúdos não são cobrados nos concursos, vestibulares e não servem também para o mundo do trabalho, ou seja, prevalece a racionalidade instrumental presente em nossa sociedade na qual a hegemonia do raciocínio lógico e rápido faz com que os nossos alunos formem suas representações do que é relevante ou não aprender.

Verifica-se que as representações que os estudantes possuem sobre o ensino de Sociologia correspondem muitas vezes ao que nós professores realizamos com a disciplina, e as representações que os professores têm sobre a disciplina são consequências do histórico e do desenvolvimento desta ciência como disciplina da educação básica e da desvalorização dos cursos de licenciatura.

Constatamos que as representações que tanto os alunos quanto os professores têm sobre o ensino de Sociologia não são totalmente definidas, mas no geral oscilam entre uma suposta neutralidade científica e uma ação política de intervenção social, disseminada na máxima “exercício da cidadania”. Assim o significado que o ensino de Sociologia adquire dependerá de vários

elementos como o material a ser utilizado, a formação docente, a transposição didática, a contextualização de teorias e conceitos e especialmente a maneira como a disciplina é legitimada socialmente por meio de políticas públicas.



## 5 A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Neste capítulo procuramos encontrar argumentos, ideias e problematizações presentes na produção acadêmica sobre a importância da Sociologia na formação dos jovens estudantes do ensino médio. Acreditamos que ao evidenciarmos as principais problemáticas, objetivos e justificativas dessas pesquisas estaremos fortalecendo os estudos realizados sobre a temática e poderemos refletir sobre a importância dos conhecimentos sociológicos nesse nível de ensino. Os trabalhos analisados compõem o quadro abaixo:

**Quadro 3** – Sentidos do ensino de Sociologia

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Programa</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tese/ Dissertação</b>	<b>Ano</b>
Shelley Muniz Azambuja Neves de Souza	<b>A defesa da disciplina sociologia nas políticas para o ensino médio de 1996 a 2007</b>	Educação	UERJ	Dissertação	2008
Fábio Geraldo Romano	<b>A luta em defesa da Sociologia no Ensino Médio (1996-2007): um estudo sobre a invenção das tradições</b>	Educação	UNESP	Dissertação	2009
Ivete Fátima Stempkowski	<b>A influência social na construção do conhecimento: a formação dos currículos de sociologia no ensino médio</b>	Ciências Sociais	PUCRGS	Dissertação	2010
Eduardo Carvalho Ferreira	<b>Sobre a noção de conhecimento escolar de sociologia</b>	Ciências Sociais	UEL	Dissertação	2011
Fernanda Feijó	<b>A sociologia contemporânea na sala de aula: (re) pensando algumas perspectivas para o ensino das ciências sociais no ensino médio</b>	Sociologia	UNESP	Dissertação	2012
Roberta dos Reis Neuhold	<b>Sociologia do ensino de sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar</b>	Educação	USP	Tese	2014

Fonte: <http://www.capes.gov.br/>

Shelley Muniz A. Neves de Souza em sua pesquisa realizada em 2008 junto a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, vinculada ao programa de pós-graduação em Educação, intitulada “A defesa da disciplina sociologia nas políticas para o ensino médio de 1996 a 2007” investiga os discursos produzidos sobre o ensino de Sociologia, no âmbito do ensino médio e que se fazem presentes na produção de políticas curriculares durante as décadas de 1990 e 2000. Parte-se da ideia de que esses discursos contribuem na elaboração dessas políticas de currículo e dessa maneira busca-se compreendê-los por meio da análise das produções acadêmicas e dos documentos oficiais que versam sobre a disciplina, como os Parâmetros Curriculares e as Orientações Curriculares Nacionais. As principais problemáticas que norteiam a pesquisa são:

[...] que comunidade disciplinar é esta que defende esta disciplina escolar no currículo? Quais são os argumentos utilizados para a defesa da inclusão desta disciplina no currículo nesse período? Quais os principais sentidos dos discursos produzidos por essa comunidade que circulam nas atuais políticas de currículo e contribuem em sua produção? (SOUZA. 2008, p. 6).

A comunidade disciplinar de Sociologia se caracteriza por ser difusa, e por ser pouco definida. A disciplina tem uma constituição híbrida por serem diversos os produtores dos textos e dos discursos sobre a mesma. A respeito dos argumentos acerca da referida disciplina constata-se que os mesmos oscilam entre traços acadêmicos, ancorados na ciência de referência e traços utilitários relacionados à construção da cidadania.

Uma das hipóteses levantadas é a de que a defesa da disciplina, ou seja, a defesa do ensino de Sociologia na educação básica é realizada por professores ligados a temática da educação como forma de ampliar as discussões políticas no ensino médio e ampliar o campo de atuação profissional.

Acerca da constituição da disciplina ressalta-se que a mesma possui uma peculiaridade histórica e não conta ainda com uma comunidade de professores. Não há um diálogo sistemático entre os mesmos capaz de produzir consenso sobre metodologias e conteúdos.

No que diz respeito à disciplina em questão, a Sociologia, há uma tendência por parte de alguns sujeitos da comunidade disciplinar de tratá-la com um grau elevado de academicismo. Isso pode ser

compreendido, por um lado, como uma tentativa de legitimação máxima da disciplina. Se for levado em conta que as Ciências Sociais valorizadas são as do Ensino Superior e a Sociologia, no Ensino Médio, é menos valorizada, compreende-se porque, para ganhar o mesmo espaço e valor, a Sociologia busca conteúdos e métodos acadêmicos. Por outro lado, pode ser compreendida também, como a tentativa de esses mesmos sujeitos se legitimarem e se valorizarem, pois, como será demonstrado em alguns estudos feitos sobre o assunto, o professor de Sociologia, nem sempre é um especialista da área. Isto diferencia a disciplina de grande parte das demais, por sua peculiaridade histórica e também pela peculiaridade da construção de sua comunidade, ainda em andamento (SOUZA, 2008, p. 18).

Entendemos que para compreender os sentidos de uma disciplina escolar é preciso conhecer a história específica dessa disciplina, e não buscar referências na história do campo científico da disciplina. É preciso entender que a disciplina escolar é social, cultural e politicamente construída, isto é, vive em constante transformação.

No caso da Sociologia, e entendendo o currículo disciplinar como um todo é possível afirmar que ela se insere nessa tecnologia de controle de sujeitos, saberes, espaços e tempos: quem estuda o quê e quando, onde e em que lugar. A Sociologia é uma disciplina escolar e, portanto, se insere nessa lógica: organiza os saberes que os alunos aprenderão, controla professores e alunos. O professor de Sociologia, com toda sua formação acadêmica, está inserido em uma comunidade disciplinar que o formou em saberes, visões de mundo, formas de pensar e estudar que se refletem em sala de aula. O discurso de formação do aluno-cidadão é um dos muitos que constitui a disciplina Sociologia e põe em circulação determinados sentidos que acabam fazendo com que os professores e alunos trabalhem de certa maneira nessa disciplina (SOUZA 2008, p. 21-22).

Nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), a Sociologia é entendida como uma disciplina com conteúdos que devem ser abordados de forma contextualizada, isto é, utilizando as experiências do grupo envolvido. Souza (2008) defende que a Sociologia, “longe de poder ser fixada em um conjunto de finalidades específicas, mescla de forma híbrida finalidades acadêmicas e utilitárias”. (p.22).

Após analisar as OCNEM, percebeu-se que o discurso de que o ensino de Sociologia é fundamental na formação da cidadania crítica é um dos principais discursos que fundamentam a defesa da disciplina de Sociologia no currículo das escolas.

Por outro lado, mesmo que negado por muitos autores a condição “messiânica” da disciplina, aquela que será a única capaz de formar o cidadão crítico, o aluno-cidadão (as outras disciplinas não?), ainda se coloca sobre a Sociologia a expectativa da formação do senso crítico, o desenvolvimento da melhoria da sociedade através de seu ensino. Ao argumentar que os princípios de cidadania e olhar crítico por

sobre o mundo e a sociedade estão presentes sem seus conteúdos e conceitos, sejam os produtores dos textos oficiais, sejam professores que reproduzem este discurso, cria-se tal expectativa (SOUZA, 2008, p. 79).

Em 2009, Fábio Geraldo Romano defende sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar intitulada “A luta em defesa da Sociologia no Ensino Médio (1996-2007): um estudo sobre a invenção das tradições”. Nesta pesquisa investiga-se a luta política das entidades e dos profissionais das ciências sociais pela inclusão obrigatória da Sociologia na educação básica, especificamente no ensino médio a partir da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano de 1996. A hipótese levantada é a de que, para que alcançassem os seus objetivos nessa luta pela legitimação da Sociologia os agentes, isto é, entidades e profissionais tiveram que “inventar uma tradição” para a disciplina. E foi com a “invenção de uma tradição” para a Sociologia que obtiveram êxitos no âmbito da sua institucionalização escolar e na busca de legitimidade como uma disciplina autônoma e relevante entre os saberes escolares já instituídos.

Romano (2009) traz em sua pesquisa uma inovação em relação aos trabalhos anteriores, pois, ao pensar sobre a história da relação da disciplina de Sociologia no âmbito da educação básica ele também problematiza a história da Filosofia e constata que em muitos aspectos essa história segue percursos muito diferentes. Sobre isso o autor evidencia que,

[...] de fato, a filosofia (ao lado da sociologia e de outras disciplinas) foi praticamente eliminada da escola pública durante o regime militar. Entretanto, sua importância nunca foi questionada e isso, aqui a nossa hipótese, deve-se também, se pensarmos na hierarquia social dos objetos no campo das ciências humanas, ao fato da filosofia já ter uma tradição estabelecida não em nosso meio, mas no próprio Ocidente (ROMANO, 2009, p.51).

Nesse sentido houve a invenção de uma tradição realizada pelos professores de Sociologia, de uma disciplina e de uma profissão, respectivamente, o ensino de sociologia e do professor de Sociologia no ensino médio.

[...] não é exagero afirmar que um dos principais motivos da “invenção da tradição” por parte dos profissionais da sociologia (e em menor medida, da filosofia) deveu-se *contra* algumas leituras e práticas da interdisciplinaridade (e seus derivados) que pretendiam

expulsá-la (ou impedir a sua inserção) *enquanto* disciplina do universo escolar (ROMANO, 2009, p.114).

A “invenção da tradição” tinha como objetivo fortalecer a importância do ensino de Sociologia e evitar que o discurso da interdisciplinaridade pudesse comprometer a legitimação dessa disciplina no âmbito escolar.

Em 2010, Ivete Fátima Stempkowski realiza sua pesquisa intitulada “A influência social na construção do conhecimento: A formação dos currículos de sociologia no ensino médio”. Essa pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, teve como objetivo compreender como o contexto social influencia na construção dos conhecimentos sociológicos. Busca-se compreender que influências sociais os conhecimentos tratados como relevantes nas escolas de Ensino Médio apresentam.

[...] analisar como as principais dimensões do momento histórico-social, no qual a Sociologia é inserida nos currículos do Ensino Médio no Brasil, se refletem nos discursos dos professores e coordenadores pedagógicos, bem como, nos temas contidos nos Currículos de Sociologia das escolas particulares de Ensino Médio (STEMPKOWSKI, 2010, p. 14).

A pesquisa inova ao centralizar sua análise sobre as instituições privadas de ensino, e também, pelo fato de considerar não somente os professores, mas, incluindo além destes, os gestores educacionais. Ao levar em consideração, a fala dos coordenadores, ressalta-se que estes são colaboradores muito importantes para as pesquisas sobre o ensino de Sociologia, pois mantém uma interação constante com alunos e professores e nesse sentido podem contribuir para descrever como ocorreu o processo de implantação da disciplina nos currículos das instituições privadas de Porto Alegre. Questões importantes são abordadas tais como: houve conflito entre professores, alunos e a comunidade durante esse processo? Os professores têm liberdade para exercer a docência? As temáticas mais importantes são desenvolvidas? Qual o controle existente sobre esses conteúdos e sobre a maneira como devem ser abordados?

A entrevista com os professores terá por objetivo identificar os conteúdos trabalhados por eles e a relevância dos temas e teorias trabalhados, para a compreensão da realidade social contemporânea. Através desta entrevista buscaremos também, identificar a existência ou não de autonomia dos professores e saber se existe um currículo

oculto na escola ou se o currículo oficial existente contempla, de acordo com os professores, os conteúdos considerados relevantes para serem trabalhados em Sociologia (STEMPKOWSKI, 2010, p. 14).

Para compreender essas questões parte-se do pressuposto teórico de Karl Mannheim de que a condição histórico-social influencia na produção do conhecimento. As entrevistas revelaram que a Sociologia deve possibilitar uma leitura mais cuidadosa e racional sobre a realidade contemporânea e que deve contribuir para a reflexividade tão necessária a esta sociedade (STEMPKOWSKI, 2010, p. 105).

A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise de discurso, considerada importante, pois, se preocupa com as condições de produção e apreensão dos significados, evidenciando que toda comunicação compõe seu sentido a partir do contexto histórico e do sistema linguístico no qual é produzida.

A análise de discurso e a Sociologia do Conhecimento, fundamentos teórico-metodológicos desta pesquisa, possuem estreita relação por considerarem relevante o contexto de produção do discurso e do conhecimento (STEMPKOWSKI, 2010, p. 17).

Por meio dessa metodologia busca-se relacionar a inclusão da Sociologia na educação básica com o momento histórico-social em que essa inserção ocorreu. Parte-se do pressuposto de que existe estreita relação entre a realidade e a produção do conhecimento.

Nas análises acerca da elaboração dos currículos de Sociologia nas escolas privadas constatou-se que,

Das seis coordenadoras entrevistadas, todas afirmam que o currículo de Sociologia é elaborado de maneira conjunta, dando autonomia ao professor da disciplina, para que ainda inclua algum conteúdo que considerar necessário durante o ano letivo. Bem como, que faça uso das metodologias mais adequadas para o ensino da Sociologia no Ensino Médio (STEMPKOWSKI, 2010, p. 79).

Ao analisar os currículos de sociologia das escolas privadas de Porto Alegre o pesquisador verificou que,

A maior parte dos currículos apresenta apenas os conteúdos, o que ensinar, e uma distribuição por trimestres, indicando uma ordem de estudo, o que o autor chama de: quando ensinar. Dos cinco currículos avaliados apenas dois proporcionam informações metodológicas, de como ensinar, ou seja, demonstram levar em consideração a metodologia, para uma melhor compreensão do conteúdo (STEMPKOWSKI, 2010, p. 95).

Os conteúdos presentes nos currículos de Sociologia analisados por Stempkowski (2010) evidenciaram que, na maioria dos casos, estes refletem mais aspectos da teoria Sociológica. Entretanto, no discurso dos professores acerca do que seja importante ensinar aos alunos, surgem aspectos ligados aos problemas sociais e a preocupação em ajudar os alunos a realizarem uma “leitura” da realidade e suas complexidades.

[...] foi possível perceber que os currículos ainda estão em construção e que não refletem, de forma precisa, o que acontece em sala de aula. Eles apenas mapeiam alguns temas e conteúdos que deveriam ser administrados durante as aulas, cuja seleção compete aos professores como também a eles compete a escolha da metodologia de Ensino. Isso nos remete à necessidade de estudos mais detalhados para aprofundar o conhecimento sobre o tema (STEMPKOWSKI, 2010, p. 105).

Eduardo Carvalho Ferreira em sua pesquisa intitulada “Sobre a Noção de Conhecimento escolar de Sociologia”, defendida junto ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, sob orientação, da Professora Doutora Ileizi Luciana Fiorelli da Silva, no ano de 2011, procura compreender como a noção de conhecimento escolar de Sociologia é mobilizada para estruturar as práticas e as estratégias pedagógicas no sistema de ensino. Problemáticas importantes são evidenciadas por Ferreira tais como: Podemos falar de uma noção de conhecimento escolar de Sociologia? Quais? Em que se baseiam? Quais são os seus limites e possibilidades? Em quais princípios pedagógicos elas se fundamentam? Será possível que existam noções diferentes de conhecimento escolar de sociologia? Ou existiria apenas uma noção “universal” que se modifica em suas formas de sistematização dos currículos e das práticas de ensino?

A reintrodução provocou a necessidade de se refletir teoricamente sobre os aspectos que envolvem currículo e ensino, construindo a demanda de novas diretrizes para a formação continuada dos professores e a ampliação dos horizontes metodológicos (FERREIRA 2011, p. 15).

É preciso problematizar a noção de conhecimento escolar de Sociologia, evidenciando suas contribuições teóricas e práticas, questionando sua capacidade de intervenção na realidade social e investigando a própria noção de conhecimento promovida por esse processo pedagógico.

A pesquisa é importante, pois, revela uma relação muito forte entre preocupações epistemológicas e pedagógicas entre o conhecimento teórico e sua relação com a realidade social mais ampla, revelando um sentido mais crítico sobre o papel da educação.

Precisamos problematizar a noção de conhecimento escolar de sociologia, posto que, no momento atual, o seu ensino ainda não produziu os impactos de contribuição esperados ao sistema escolar, precisamente porque sua proposta epistemológica pode estar desligada e fragmentada (FERREIRA, 2011, p.29).

Assim entendemos que não existe um consenso acerca do sentido desse ensino, entretanto, considera-se que o mesmo só terá uma funcionalidade à educação básica se for construído levando em consideração as especificidades da disciplina e do contexto em que ela é realizada.

Procura-se compreender qual o paradigma que orienta e define o ensino de Sociologia no âmbito escolar, enfatizando a noção de competência e de cidadania, seus efeitos e significados.

[...] o ensino de sociologia no sistema de ensino escolar confronta-se permanentemente com a necessidade de não perder de foco o desafio teórico e metodológico inerente a sua própria matriz acadêmica: a compreensão da realidade social (FERREIRA, 2011, p.28).

Nesse sentido, devido à necessidade de legitimação da disciplina, muitas caracterizações têm sido realizadas, entretanto, evidencia-se a importância de se realizar um aprofundamento das questões sobre os fundamentos teóricos e práticos desse ensino. A grande preocupação deste trabalho é com a dimensão epistemológica do processo de ensino e aprendizagem da Sociologia na escola.

o conhecimento escolar de sociologia consiste numa sistematização de saberes didatizados que buscam apresentar e explicar os fenômenos sociais de forma que possam se estabelecer algumas conexões orgânicas entre o pensamento sociológico e o cotidiano dos estudantes, no sentido de formar laços entre ciência e realidade, almejando tornar visível o invisível (FERREIRA, 2011, p. 95).

Em outras palavras, os conhecimentos de Sociologia podem facilitar o questionamento do contexto no qual os jovens estão inseridos. O foco é compreender o ensino de Sociologia como uma possibilidade de reconhecimento das contradições sociais.

As especificidades do conhecimento escolar de sociologia são organizadas em três níveis: 1) a conceitualização dos objetos. (Trata-



se de confrontar o estudante com situações que exijam classificar, distinguir e explicar os objetos de conhecimento, elaborando conceitos a partir do equilíbrio no tratamento das teorias e autores; 2) a problematização das questões. (Remonta em encontrar e relacionar as questões sociológicas com enunciados concretos, colocando sob suspeita as afirmações do senso comum e procurando respostas aos diferentes problemas sociais; e 3) a argumentação. Que o estudante manifeste sob a forma de ação e significado, por meio da linguagem, por exemplo, capacidade de fundamentar e expor as razões de seu pensamento (FERREIRA, 2011, p. 109).

Espera-se que esse conhecimento escolar de Sociologia desenvolva competências que articulem conhecimentos diversos sobre questões do cotidiano dos estudantes procurando romper com o senso comum a fim de alterar algumas de suas práticas sociais.

No ano de 2012, Fernanda Feijó defende sua dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, intitulada “A Sociologia contemporânea na sala de aula: (re) pensando algumas perspectivas para o ensino das ciências sociais no ensino médio”. Nessa pesquisa propõe-se uma nova maneira de desenvolver e trabalhar os conteúdos da disciplina de Sociologia, utilizando para isso uma vertente da Sociologia contemporânea que utiliza como referência o pensamento do Sociólogo Zygmunt Bauman. Feijó acredita que ao trabalhar os conteúdos nessa perspectiva contemporânea estes ganhariam um significado mais amplo e mais qualitativo por parte dos educandos.

Essa pesquisa inova ao propor uma nova maneira de pensar o ensino de Sociologia, e também quanto à maneira como foi organizada. A elaboração pela autora de um capítulo para problematizar o que seja essa vertente por ela denominada Sociologia Contemporânea inova, sobretudo, ao trazer esses conteúdos para o âmbito da reflexão da pesquisa. Acredito que ao trazer à tona a reflexão sobre quais conteúdos e como abordá-los contribui muito para compreendermos o sentido mais amplo atribuído à disciplina de Sociologia. No intuito de compreender esse significado mais amplo realiza-se uma pesquisa minuciosa sobre os principais documentos que versam sobre esse assunto tendo como ponto de partida a promulgação da LDB 9394/96. Segundo Feijó o que se deseja é realizar,

[...] uma discussão sobre o que seria desejável em termos de construção de um programa para a disciplina, bem como de um método pelo qual ela poderia ser ensinada. Sobretudo, se

considerarmos o alto grau de complexidade social em que estamos inseridos, como apontam as formulações de Bauman (2001) sobre as novas configurações da modernidade líquida. Também caracterizado, por outros autores, como um momento tardio ou de radicalidade, este cenário tende a desafiar os pesquisadores a pensar como educar jovens mediante a liquidez que toma conta das relações sociais e a volatilidade das informações e do conhecimento (FEIJÓ, 2012, p.11).

Percebemos que a grande questão desenvolvida nesse trabalho e que pode ser considerada como inovadora é pensar sobre como, diante da realidade na qual os jovens estão inseridos o ensino de Sociologia poderia de alguma maneira contribuir na formação desses jovens. Apesar de ter havido um aumento na produção de pesquisas sobre o ensino de Sociologia ainda existe uma carência sobre o que se ensina e o que poderia ser ensinado na disciplina de Sociologia especialmente no ensino médio.

Ao investigar as condições atuais do ensino de Sociologia, levando em conta sua história, a legislação tanto em relação aos conteúdos como nas metodologias para este ensino, analisando os documentos oficiais sobre o ensino de Sociologia na educação básica especialmente os Parâmetros Curriculares Nacionais e As Orientações Curriculares Nacionais para o ensino de Sociologia, constatou-se que,

[...] ao contrário dos PCN, as OCN evidenciam um olhar mais detido sobre a realidade do aluno e do professor na sala de aula, ou seja, estimula à reflexão acerca de conteúdos de Sociologia, levando em consideração o desenvolvimento histórico intermitente da disciplina, as limitações a ela impostas, sugerindo formas de enfrenta-las para que se possa desenvolver o ensino das ciências sociais no nível médio, e defende o ensino de ciências sociais para os jovens para a formação crítica do indivíduo. Além disso, as Orientações estimulam a criatividade do professor ao propor uma série de atividades e conteúdos a serem adaptados e trabalhados em sala de aula, auxiliando a prática docente sem, no entanto, engessa-la com a determinação de conteúdos a serem apreendidos obrigatoriamente (FEIJÓ, 2012, p.41).

Apesar do avanço destaca-se que por ser um documento oficial as (OCNEM) ainda carregam em si a burocracia comum a esse tipo de item formalista.

[...] o ensino de Sociologia durante as primeiras décadas do século XX voltava-se para a formação de uma elite dirigente que precisaria aprender a lidar com os desafios impostos com as transformações pelas quais vinha passando o Brasil, de forma que as novas lideranças precisavam compreender a totalidade desse processo e encontrar o caminho para a efetiva modernização do país. A educação, portanto, acabou servindo também à rede de relações que pretendiam modificar a sociedade brasileira com um projeto modernizador do país (FEIJÓ 2012, p. 48).

Percebe-se que inicialmente o ensino de Sociologia tinha como objetivo auxiliar na compreensão das transformações que a sociedade brasileira vinha sofrendo no âmbito político, econômico e social, ajudando, como consequência, a promover a modernização de nosso país.

Atualmente o ensino de Sociologia é obrigatório em todo território nacional. Entretanto,

Ensinar bem a Sociologia no ensino básico, de forma dinâmica, relacionando os conteúdos com a realidade dos alunos, a partir daquilo que é demandado pela ciência de referência, nos parece uma boa forma de colaborar para o enfrentamento dos desafios que se colocam à educação no século XXI. Para tanto, observar o que está sendo produzido pelas ciências sociais na contemporaneidade pode nos indicar um rico caminho a ser percorrido se transpusermos essa produção científica para a sala de aula, colaborando para que os adolescentes do ensino médio tenham a possibilidade de compreender melhor quem são individual e socialmente, e ajudando a desvendar a complexidade do mundo em que vivem (FEIJÓ, 2012, p. 75).

Feijó (2012) defende o ensino de uma Sociologia chamada por ela de “contemporânea” em sala de aula. Para isso utiliza como referencial teórico os sociólogos Zygmunt Bauman e Tim May, especificamente o livro *Aprendendo a pensar com a Sociologia* (2010), em que os autores tratam justamente de como melhor aproveitar as teorias sociais aplicando-as ao cotidiano. Procura-se pensar sobre os conceitos e temas considerados clássicos pelo pensamento sociológico de uma forma mais atual e contextualizada relacionando estes conceitos e temáticas com as considerações feitas por Bauman acerca da realidade contemporânea, ou seja, procura-se refletir sobre como realizar um ensino mais dinâmico em sua relação com o contexto atual.

O ensino de Sociologia deveria, portanto, envolver teorias clássicas, a sociologia brasileira, teorias críticas, enfim, uma diversidade de temas existentes dentro das ciências sociais. Não deve deixar de considerar também a produção contemporânea, os dilemas da modernidade líquida, que demandam as explicações das ciências sociais com urgência, pois afetam a vida dos adolescentes. E esse conhecimento recém-gerado pode auxiliar os jovens a entenderem um pouco melhor essa situação de complexidade em que vivem, seus dilemas, suas relações, enfim, compreender também a si mesmo enquanto ser social (FEIJÓ, 2012, p. 115).

Realiza-se um questionamento extremamente relevante no que diz respeito aos documentos oficiais, em especial sobre a LDB e suas Diretrizes Curriculares, que pode ser sintetizado da seguinte maneira: “à LDB, não mais corresponde às necessidades atuais” (FEIJÓ, 2012, p. 113).

Finalizando esse grupo de pesquisas sobre os sentidos e a importância do ensino de Sociologia no ensino médio, apresentamos a tese de Roberta dos Reis Neuhold defendida no ano de 2014 junto ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Doutor Amaury Cesar Moraes, intitulada “Sociologia do Ensino de Sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar”. Nesse trabalho compreende-se por meio de uma análise da produção do universo acadêmico a influência e a participação de intelectuais e sociedades científicas na construção do ensino de Sociologia enquanto objeto de estudo das Ciências Sociais e da Educação. Constata-se que no âmbito dessas produções o ensino de Sociologia não chegou a compor projetos investigativos autônomos e a maioria dos trabalhos têm um caráter político de legitimar o espaço da Sociologia no âmbito científico e escolar.

A pesquisa é dividida em dois grandes momentos: primeiramente se propõe uma reflexão sobre a formação da Sociologia como disciplina escolar a partir da experiência de alguns países como Brasil, Portugal, França, entre outros, e sobre o currículo, entendendo esse enquanto construção social. Num segundo momento, realiza-se um balanço das atividades acadêmicas registradas em revistas especializadas, eventos científicos, programas de pós-graduação, entre outros. Essa tese, ao realizar esse balanço sobre a produção acadêmica acerca da temática do ensino de Sociologia, trouxe contribuições importantes sobre a construção em andamento desse campo de estudos, possibilitando dessa maneira o seu fortalecimento no âmbito acadêmico e científico.

Os trabalhos reunidos nesse grupo não dialogam de maneira particular e individual, mas, o desejo que os move, isto é a busca pelo sentido do ensino de sociologia tanto em documentos oficiais como nas propostas de conteúdos e metodologias de ensino, os aproxima mais do que os afastam. Em todas as pesquisas por nós analisadas nesse grupo a grande preocupação que as motivou e as potencializou se encontra na necessidade de compreender qual o sentido do ensino das ciências sociais/Sociologia no ensino médio; quais metodologias e conteúdos devem ser enfatizados. A procura por uma identidade é algo que está presente nas análises sobre os materiais didáticos,

nas representações tanto de alunos quanto de professores e por certo também estará nas reflexões acerca da formação docente em Ciências Sociais.

Na análise dessas pesquisas identificamos que não existe uma comunidade sociológica coesa, mas ao contrário, difusa e híbrida, que busca contribuir para uma formação cidadã mais crítica (SOUZA, 2008).

Evidenciou-se que foi preciso “inventar uma tradição” para legitimar o ensino de Sociologia na educação básica e também como maneira de combater um discurso pautado no conceito de interdisciplinaridade que acaba contribuindo para um empobrecimento das disciplinas sobretudo com relação as especificidades de cada área do conhecimento (ROMANO, 2009).

É importante destacar também a influência do contexto histórico na elaboração dos currículos de sociologia especialmente no que diz respeito a contribuição desse conhecimento no desenvolvimento de uma leitura mais racional sobre a realidade (STEMPKOWSKI, 2010).

No entanto é preciso problematizar como o conhecimento escolar de sociologia tem contribuído para estruturar práticas pedagógicas que possam ampliar o questionamento dos jovens acerca da realidade na qual estão inseridos (FERREIRA, 2011).

Pesquisas recentes indicam que problematizar os conteúdos e as metodologias de ensino nos possibilitaria elaborar uma sociologia mais contemporânea e nesse sentido questionar a própria validade das políticas públicas e da estrutura atual na qual o ensino ocorre de fato (FEIJÓ, 2012).

Verificamos nesse capítulo que as pesquisas procuram refletir sobre a importância que o ensino de Sociologia adquire tanto no âmbito do discurso oficial por meio das propostas curriculares e orientações para o ensino da disciplina como também na maneira como os professores problematizam e desenvolvem suas metodologias de ensino e seleção dos conteúdos.

Assim o contexto no qual a disciplina é lecionada, tendo em vista todas as normas e orientações que devem ser obedecidas pelas instituições e por consequência pelos atores sociais (professores), influencia, mas não determina totalmente a maneira como o ensino de fato ocorre. Existe um consenso entre os docentes de que mesmo que de forma limitada a disciplina

contribui para o estranhamento e a desnaturalização da realidade social dos alunos.

## **6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Neste capítulo nosso objetivo é evidenciar de que maneira tem sido abordada nas pesquisas acadêmicas a problemática da formação de professores, das práticas pedagógicas e das condições de trabalho. Acreditamos que ao evidenciarmos essas problemáticas poderemos pensar sobre questões como: quais as principais preocupações com a formação de professores no âmbito da sociologia? Quais as tendências presentes nessa formação do professor de sociologia? Quais os debates acerca das práticas pedagógicas dos professores de sociologia? Como as condições de trabalho interferem no ensino de sociologia na educação básica? Quais os desafios da formação do professor de sociologia?

Nestas pesquisas estão expostos os desafios atinentes à formação de professores, as disputas entre modelos de formação e as disputas entre os diferentes campos de pesquisas sobre a formação de professores, tendo em vista que as teses e dissertações são produzidas em diferentes programas de pós-graduação. Isso, certamente, marca ou define diferentes concepções de formação e de ensino. Pretendemos evidenciar o modo como se define nos cursos de sociologia e ciências sociais o ensino de sociologia. Há uma preocupação em pensar nesses cursos a formação de professores?

Os trabalhos a serem analisados nesse capítulo compõem o quadro a seguir:

Quadro 4 – Teses e dissertações que problematizam a formação dos professores, as práticas e as condições de trabalho

Autor	Título	Programa	Instituição	Tese/ Dissertação	Ano
Katiuci Pavei	<b>Reflexões sobre o ensino e a formação de professores de Sociologia</b>	Educação	UFRGS	Dissertação	2008
Valnei Francisco de França	<b>O “entorno” da transposição didática da disciplina de Sociologia no Ensino Médio do Paraná: “a construção de seu universo gravitacional”</b>	Educação	UFPR	Dissertação	2009
Patrícia Pereira Cunha	<b>O ensino de Sociologia: uma experiência na sala de aula</b>	Sociologia	UFC	Dissertação	2009
Maristela Rosa	<b>O trabalho docente com a disciplina de Sociologia: algumas reflexões sobre o ser professor no ensino médio da rede pública de Santa Catarina</b>	Educação	UFSC	Dissertação	2009
Ana Lucia Lennert	<b>Professores de Sociologia: relações e condições de trabalho</b>	Educação	UEC	Dissertação	2009
Maria Amélia de Lemos Florêncio	<b>O ensino da Sociologia no nível médio e as contradições institucionais de sua obrigatoriedade</b>	Sociologia	UFAL	Dissertação	2011
Alexandre Jeronimo Correia Lima	<b>Teorias e métodos em pesquisas sobre ensino de Sociologia</b>	Ciências Sociais	UEL	Dissertação	2012
Átila Rodolfo Ramalho Motta	<b>Que Sociologia é essa? Análise da recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico</b>	Ciências Sociais	UEL	Dissertação	2012
Maria das Dores de Souza	<b>Identidade e docência: o saber-fazer do professor de sociologia das escolas públicas estaduais de Picos – PI</b>	Educação	UFRGN	Tese	2012
Tatiane Kelly Pinto de Carvalho	<b>Ensino de sociologia: elementos da prática docente no Ensino Médio</b>	Educação	UEMG	Dissertação	2012



Rodrigo Belinazo Guimarães	<b>Sociologia no Ensino Médio: cenários biopolíticos e biopotência em sala de aula</b>	Educação	UFRGS	Tese	2013
Gregório Antonio Fominski do Prado	<b>Quando o ensino desafia a ciência: algumas questões presentes nos processos de ensino-aprendizagem da Sociologia</b>	Ciências Sociais	UEL	Dissertação	2014
Anna Cristina de Brito Antunes	<b>A formação inicial de professores de Sociologia: elementos de constituição da profissionalidade docente</b>	Educação	UFSC	Dissertação	2014
Maria Cristina Stello Leite	<b>“Faz sentido?” Práticas docentes no ensino médio na disciplina Sociologia: um estudo na rede pública do estado de São Paulo</b>	Educação	USP		2014

**FONTE:**(<http://www.capes.gov.br/>)

Em 2008, Katiuci Pavei apresenta sua dissertação de mestrado junto ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada “Reflexões sobre o ensino e a formação de professores de Sociologia”. Nesse trabalho o ponto central é o posicionamento de professoras recém-graduadas sobre o processo de graduação, as condições profissionais e o contexto mais amplo com a obrigatoriedade da disciplina em todo o país. Problematiza-se de forma sucinta a formação de professores, mais especificamente no âmbito normativo, e os desafios atuais da docência são apresentados na forma de um alfabeto.

Frente a esse alfabeto desafiador, haveria oportunidades, facilidades ou incentivos para a realização do ofício docente nos dias de hoje? Ao serem questionadas sobre isso, as professoras entrevistadas nesta investigação apresentaram posicionamentos contrários. Enquanto algumas pensam que inexistem ou ainda não encontraram nada; outras encaram a situação de forma mais otimista, devido à possibilidade de conciliação de atividade laboral no ensino público e privado, aos contatos sociais, às novas direções e em relação a métodos e concepções de ensino-aprendizagem, aos cursos de formação de professores, e à disseminação da Sociologia na comunidade (PAVEI, 2008, p. 87).

Ao problematizar a formação de professores de Sociologia busca-se compreender quais os elementos condicionam essa formação tais como: mudanças sócias normativas, a organização dos cursos de licenciatura e o próprio universo escolar no qual ocorre o ensino de Sociologia.

[...] o intuito principal desta pesquisa foi o de tentar apresentar aspectos sobre a atual formação inicial de professores de Sociologia para a Educação Básica, bem como algumas noções alternativas às adversidades ainda enfrentadas na licenciatura em Ciências Sociais (PAVEI, 2008, p. 18).

A pesquisa sobre o campo de formação de professores de Sociologia é uma das tarefas fundamentais para a expansão, consolidação e qualificação do espaço da disciplina nas instituições escolares.

[...] foi possível evidenciar, através dos depoimentos, um certo distanciamento entre a universidade e as escolas, por meio de uma falta de relação contínua e sistematizada que propicie aos professores em formação um melhor conhecimento das dinâmicas que caracterizam a “realidade” escolar bem como os elementos condicionantes do trabalho docente nesse espaço (PAVEI, 2008, p. 74).

Outro complicador apontado é o caráter complementar do Estágio Supervisionado, resultado da dicotomia entre teoria e prática presente nos cursos de Ciências Sociais.

Partindo de uma perspectiva crítica e dialética procura-se problematizar a formação de professores em âmbito geral e a formação específica dos professores de Sociologia. Problematiza-se as disputas políticas e econômicas que interferem de forma direta na produção de políticas para a educação e apontam para a elaboração de novos documentos e projetos que sinalizam mudanças nesse contexto de formação docente. Entretanto são inúmeros os desafios e são diversas as realidades do universo escolar, especialmente no ensino de sociologia por conta de sua especificidade histórica nos currículos do ensino médio. Sobre isso destaca-se que em 2001 uma nova proposta de formação de bacharéis e licenciados em Ciências Sociais foi apresentada pelo parecer CNE/CES nº 492/2001, que instituiu as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Ciências Sociais. Essa proposta se estrutura em três eixos: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre. Isso possibilitou o envolvimento do graduando em diversas atividades acadêmicas de caráter obrigatório ou complementar o que por certo contribui muito na ampliação de sua formação.

Na dissertação de mestrado defendida no ano de 2009 por Valnei Francisco de França e intitulada “O “entorno” da transposição didática da disciplina de Sociologia no ensino médio do Paraná”, vinculada ao departamento de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, procura-se conhecer as relações entre a inserção da disciplina de Sociologia e a atuação do professor, tendo como referência os recursos de transposição didática que lhes são acessíveis e as dificuldades com relação a obrigatoriedade da disciplina no ano de 2008, especialmente no âmbito do Estado do Paraná.

Ao realizar um diagnóstico geral, de forma qualitativa, acerca dos elementos jurídicos, das orientações pedagógicas, dos recursos humanos, percebeu-se que o “entorno”, ou seja, os elementos presentes no contexto escolar contribuem para a realização da aula de Sociologia; entretanto existe uma lacuna entre o que está disponível e a ação dos professores em sala de aula. Esta lacuna associa-se a necessidade de uma formação tecnológica mais adequada aos professores e principalmente uma capacitação compensadora, levando em consideração a “desvantagem” dupla dos professores de

Sociologia: ausência de uma historicidade que dê identidade à disciplina e a carência pedagógica de sua formação (FRANÇA, 2009, p. 5).

Amparado no conceito de “entorno”, de Yves Chevallard (1991), França (2009) estuda os elementos que fazem parte da transposição didática, com recorte em 2008 e 2009, anos da implantação oficial da disciplina no ensino médio. A volta da Sociologia é inquestionável, é preciso conhecer o entorno da disciplina de Sociologia, o professor precisa conhecer sua história, a história do próprio Ensino Médio, para situar-se entre a produção acadêmica e as necessidades da realidade de suas aulas.

Para completar o conhecimento das condições que facilitam ou dificultam a implantação da disciplina de Sociologia, optou-se pelos seguintes elementos do entorno da transposição didática: a) jurídicos, pois é ele que exprime em última instância a hegemonia político-institucional de determinado momento; b) orientações institucionais, que representam a vontade pedagógica dos representantes do Estado e sob quais propostas os professores atuam; c) a estrutura de recursos humanos que envolvem a disciplina; d) recursos pedagógicos disponíveis aos professores; e) as ações pedagógicas que procuraram subsidiar os professores para o ensino da disciplina; f) a atuação da escola como organizadora e articuladora do ensino e conteúdos curriculares; g) a atuação do professor enquanto responsável último pela ação da transposição didática, suas dificuldades e facilidades (FRANÇA, 2009, p.12).

Relacionando a produção cultural da sociedade e a constituição de formas de escolarização, demonstrou-se como o conhecimento científico predominantemente positivista, estabelece a forma e o conteúdo tanto das instituições como do próprio conhecimento escolar.

Observando o ensino da disciplina de Sociologia no Ensino Médio pode-se identificar, uma ação abstracionista, no sentido de não se dar concreticidade aos conteúdos ensinados, parte-se da teoria e termina na teoria, sem, contudo, inseri-la no contexto do aluno (FRANÇA, 2009, p. 51).

A dicotomia entre teoria e prática, agravada pela histórica instabilidade da disciplina nesse nível de ensino, interfere diretamente na prática docente e no ensino de Sociologia. Entretanto, ao realizarmos uma afirmação como essa, desconsideramos as especificidades de cada professor e de suas experiências didáticas. Mas de fato essa oposição entre bacharelado e licenciatura ou entre teoria e prática é um dos maiores problemas no âmbito educacional e filosófico, pois, “Transpor conteúdos não é apenas modificá-los, simplificá-los, vulgarizá-los, torná-los visíveis é, sobretudo, compreender como e porque ele existe, e nisto vê claro a que se destina” (FRANÇA, 2009, p.151).

Em 2009, Patrícia Pereira Cunha com sua pesquisa intitulada “O ensino de Sociologia: uma experiência na sala de aula”, realizada junto ao programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, procura compreender os novos desafios encontrados pelas Ciências Sociais/Sociologia nas salas de aula por meio de uma etnografia. A pesquisa problematiza a prática docente e sua relação entre conteúdos e metodologias utilizadas na interação aluno-professor buscando dessa maneira compartilhar experiências realizadas em sala de aula. A pesquisa analisa a sala de aula demonstrando o que acontece em sala no momento da troca de saberes entre o professor de Sociologia e seus alunos.

Ao observar as práticas educativas utilizadas pelo professor para abordar os conteúdos da disciplina, algumas problemáticas são destacadas pela pesquisa tais como: Como aprender e ensinar Sociologia? É possível ensinar a refletir pelo trabalho docente? Como construir o pensamento crítico? Como formar cidadãos pelo ensino de Sociologia? Acreditamos que esse trabalho inova ao trazer um olhar sobre a prática docente de Sociologia no universo da sala de aula. “A intenção é fazer um diário das aulas, levando os leitores até elas, tipo longa metragem, contando como é o cotidiano escolar em cada turma” (CUNHA, 2009, p. 36).

Percebe-se a importância e a variedade de elementos que compõem a aula de Sociologia. Analisar, descrever e interpretar essas diferentes experiências no intuito de socializá-las será sempre um trabalho muito importante.

A Sociologia insere-se na escola básica com a promessa de uma formação humana voltada para a cidadania, nesse sentido o retorno da disciplina pode ser compreendido como uma possibilidade de construção de um novo paradigma.

Na sala de aula da disciplina de sociologia acontecem as trocas de ideias e conhecimentos que se realizarão por meio de discussões, análises, estudos e pesquisas realizadas pelos próprios alunos sobre temas referentes à sua realidade social para que eles possam compreender o meio social em que estão inseridos. Ao mesmo tempo, o conteúdo da disciplina de Sociologia procura enfatizar os problemas sociais que afligem esses jovens a fim de torná-los pessoas conscientes e críticas para que possam intervir em sua realidade social com vistas à construção da democracia participativa (CUNHA, 2009, p. 56).

A reflexão sobre novas formas de interação entre docente e discente assim como de novas possibilidades de transposição didática dos conteúdos no ensino de Sociologia são muito importantes nesse momento de reinserção da disciplina nos currículos escolares.

Em sua dissertação de Mestrado defendida no ano de 2009 na Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao departamento de Pós-graduação em Educação, intitulada “O trabalho docente com a disciplina de Sociologia: algumas reflexões sobre o ser professor no ensino médio da rede pública de Santa Catarina”, Maristela Rosa procura compreender como se desenvolve a docência da Sociologia na rede pública do Estado de Santa Catarina identificando as condições socioeconômicas, a formação dos professores, as condições de trabalho e ensino, e seu vínculo com a luta sindical. Tendo como viés a perspectiva da crítica social, busca-se compreender as possibilidades de os docentes contribuírem para uma transformação social emancipadora. O interesse pelo estudo surgiu pelo fato de a mesma ser professora da rede pública e desejar conhecer a realidade de seus pares e pelo fato de identificar no Estado de Santa Catarina um sério problema com relação à formação dos professores da área, tendo em vista que dos 70 professores que ministravam aulas de Sociologia apenas seis eram formados em Ciências Sociais e a grande maioria com formação em Pedagogia.

As difíceis condições formativas dos professores de Sociologia e as crescentes exigências postas para seu labor cotidiano repercutem nas suas representações sobre seu trabalho. Os dados colhidos revelam o que pensam os professores de Sociologia, mediante seu dia a dia em sala de aula e na escola, sobre o ser docente na educação pública de Santa Catarina. São dados considerados relevantes no sentido de verificar as relações entre sua formação, as possibilidades históricas dadas para o desenvolvimento de suas atividades de ensino e as condições de trabalho nas quais exercem seu labor, como: *Exige atualização de novos conteúdos* (83%); *Trabalho de orientação para a cidadania* (77%); *Exige capacidade de renovação teórica e metodológica* (77%); *Sofre novas formas de controle* (13%); e *Trabalho sem autonomia e sem controle dos seus fins* (4%) (ROSA, 2009, p. 92).

Pelos percentuais constata-se uma preocupação maior com a formação continuada acerca dos conteúdos e das exigências de renovação teórica e metodológica. Curiosamente as questões sobre autonomia e sobre o controle do trabalho foram pouco assinaladas.

A maioria dos professores entrevistados adotam a opção por trabalhar temas da atualidade em sala de aula, em geral aqueles com destaque na mídia, sem relacioná-los aos conhecimentos das ciências sociais. Outros trabalham com conceitos da área, todavia sem contextualizá-los e articula-los à realidade social na qual vivem os educandos. Essas escolhas muitas vezes estão relacionadas com a dificuldade de se trabalhar com as teorias sociológicas em sala de aula, especialmente para os professores não formados na área. Mas as dificuldades e desafios do trabalho docente com a sociologia nas escolas podem ter relação também com a pouca tradição pedagógica da disciplina e com as precárias condições de trabalho do professor (ROSA, 2009, p.248).

Percebemos novamente a dicotomia entre teoria e prática no exercício da docência especialmente no âmbito da disciplina de Sociologia. A falta de uma tradição histórica, a ausência de professores com formação específica exercendo a docência na área e as precárias condições do universo escolar impactam diretamente no ensino de Sociologia. Evidencia-se que todos os elementos elencados acima influenciam direta e indiretamente no ensino da disciplina de Sociologia, seja em Santa Catarina ou em qualquer outro estado.

No mesmo ano Ana Lucia Lennert defendeu sua dissertação de mestrado junto ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, intitulada “Professores de Sociologia: relações e condições de trabalho”. Nessa pesquisa são problematizadas as condições de trabalho dos professores licenciados em Ciências Sociais. Realiza-se uma reflexão sobre o percurso histórico da disciplina a fim de estabelecer relações entre essa trajetória, o mercado e as relações de trabalho. Esta pesquisa busca responder a seguinte pergunta: quem são os professores que estão ministrando aulas de Sociologia no ensino médio e em quais condições esse trabalho se realiza?

Afinal qual era o lugar social dos formados nos cursos de licenciatura em Ciências Sociais? O que eles faziam quando saíam das universidades? Conseguiram inserir-se no mercado de trabalho no campo do ensino? Quando conseguiram se inserir, em que condições realizavam esse trabalho? Ministravam a disciplina para a qual tinham sido formados ou ministravam aulas das disciplinas afins? Na escola, como espaço de trabalho, vivenciavam que experiências profissionais? Construíram quais trajetórias profissionais? E, afinal, o que é ser professor de Sociologia para jovens de diferentes segmentos sociais? (LENNERT, 2009, p. 3)

Problematizar essas questões acerca da formação e das condições de trabalho dos licenciados em Ciências Sociais contribui para o entendimento da relação existente entre o universo acadêmico, entre o universo escolar e os

interesses políticos e econômicos do grande capital que fundamentado na ideia de flexibilização tem promovido a precarização do trabalho, em especial da atividade docente.

Uma das questões mais relevantes quando se discute as condições nas quais os professores trabalham é o salário, pois baixos salários levam professores a aumentarem sua jornada semanal de trabalho, a buscarem novas fontes de renda, isto é, a expandirem e intensificarem as jornadas de trabalho (LENNERT, 2009, p. 67).

Percebe-se que os baixos salários e a sobrecarga de trabalho, atrelada a uma tradição instável, repercutem diretamente no ensino de Sociologia.

As entrevistas com os professores evidenciaram que,

[...] o conteúdo ensinado é fruto do posicionamento político desses professores. Para eles, a sala de aula é também espaço de luta política. Conforme visto anteriormente, a maior parte dos professores entrevistados escolheu o curso de Ciências Sociais influenciados pela participação em grupos religiosos e sindicatos. No entanto, com o passar do tempo, deixaram de atuar politicamente dentro desses grupos e passaram a ter a sala de aula como esse espaço de atuação (LENNERT, 2009, p. 94).

Mesmo diante das condições precárias de trabalho e dos inúmeros desafios do ensino de Sociologia, os professores entrevistados acreditam que a disciplina desempenha um papel muito importante na formação de seus alunos especialmente por levantar questionamentos acerca da realidade vivenciada pelos jovens.

Maria Amélia de Lemos Florêncio no ano de 2011 defendeu sua dissertação de mestrado junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, intitulada “O ensino da Sociologia no nível médio e as contradições institucionais de sua obrigatoriedade”. Procura-se analisar nesse trabalho as condições institucionais sob as quais ocorre a (re) inserção da Sociologia no ensino médio na cidade de Maceió. A ideia central é problematizar as contradições institucionais que cercam o processo de obrigatoriedade do ensino de Sociologia no nível médio de ensino. Constatou-se que a Sociologia ainda se encontra em um processo de amadurecimento, especialmente no que se referem aos seus conteúdos, recursos e metodologias.

[...] o trabalho se debruça em três objetivos específicos: o primeiro que consiste em identificar as possibilidades e os limites institucionais e de formação específica de recursos humanos do ensino desta disciplina no atual contexto educacional (...). O segundo objetivo



constitui em identificar e caracterizar as possibilidades do ensino da sociologia no nível médio em Maceió, bem como os recursos didáticos utilizados (...). O terceiro e último objetivo, se propõe a identificar junto aos documentos oficiais os argumentos em defesa do ensino da sociologia no nível médio, assim como identificar a atual situação do ensino desta disciplina em Maceió, em termos de dificuldades e facilidades de ensino (FLORÊNCIO, 2011, p. 12-13).

Ao evidenciar as relações entre ensino, Sociologia e o capitalismo, entendemos que é possível compreender como a hegemonia capitalista estabelece sua ideologia no âmbito do cotidiano escolar dificultando propostas que se pretendam menos conservadoras. Daí a importância de se problematizar o papel da Sociologia na escola, na atual conjuntura educacional capitalista.

A (re) inserção do ensino da sociologia no nível médio poderia ampliar o mercado de trabalho dos licenciados em Ciências Sociais, esta ampliação, contudo, é limitada devido a inexistência de uma regulamentação da própria obrigatoriedade deste ensino por profissionais com formação básica, integral e específica em Ciências Sociais. Atualmente, tem sido ministrado por profissionais das diversas áreas do conhecimento (historiadores, pedagogos, entre outros), por esse motivo o ensino da sociologia com qualidade encontra-se comprometido quanto às suas especificidades de objeto de estudo e de ensino, como também no seu desenvolvimento teórico e metodológico (FLORÊNCIO, 2011, p. 13).

Ao problematizar as categorias de educação e ensino para compreender qual o contexto que o ensino de Sociologia encontrará, a pesquisa apresenta como se organiza o lugar desse ensino no âmbito de uma estrutura escolar rígida e neoliberal.

[...] cabe ao professor de sociologia organizar um programa capaz de atender as necessidades impostas tanto pela escola como por seus participantes, buscando refletir sobre os problemas enfrentados cotidianamente por estes. Neste sentido, devemos pensar a seleção dos conteúdos programáticos e a metodologia de ensino numa perspectiva de construção e/ou de desenvolvimento junto com o aluno, enquanto um projeto político contra hegemônico (FLORÊNCIO, 2011, p.50).

Percebe-se que cabe ao professor a tarefa de transformar os problemas sociais presentes no cotidiano escolar e da comunidade em conteúdos sociológicos enquanto forma de resistência ao modelo social estabelecido.

[...] o objetivo do ensino da sociologia no nível médio deva ser o de contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, juntamente com as outras disciplinas, buscando promover o contato do aluno com um embasamento teórico suficiente para que este seja capaz de desenvolver mediações necessárias para transformar sua práxis e

desvendar as complexidades da vida social (FLORÊNCIO, 2011, p. 52).

O grande desafio do ensino de Sociologia seria o de possibilitar aos jovens um olhar mais sensível, mais amplo e complexo sobre a realidade, ou seja, formar jovens reflexivos, conscientes e protagonistas.

[...] o ensino da sociologia no nível médio, vem para demonstrar que esta disciplina ingressa nas escolas em um momento desfavorável, no qual as políticas educacionais visam apenas a formação técnica, mantendo-se alheio a formação das humanidades, ou seja, o sistema educacional vive um momento predominantemente tradicional, ocorrendo assim, a valorização das disciplinas formais (FLORÊNCIO, 2011, p. 94).

Assim as dificuldades vivenciadas pelos professores no ensino de Sociologia estão além de suas possibilidades de solução, pois se encontram no âmbito das políticas públicas educacionais, ou seja, o professor pouco pode fazer para solucioná-las.

No ano de 2012, Alexandre Jerônimo Correia Lima, em seu trabalho intitulado “Teorias e Métodos em pesquisas sobre ensino de Sociologia”, vinculado ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, se propõe a compreender as relações implícitas entre propostas curriculares e práticas pedagógicas; pretende-se problematizar como estão sendo realizadas as formas de controle e de poder acerca do discurso sociológico. Evidencia-se que poucos trabalhos têm se dedicado a estudar a socialização do conhecimento sociológico no cotidiano das salas de aula. “A análise sistemática do dia-dia da sala de aula é ambiente ainda pouco encarado em pesquisas sobre o ensino de Sociologia”. (LIMA, 2012, p.16)

Ao se propor compreender um pouco mais sobre a realidade do ensino de Sociologia no universo escolar e dessa maneira refletir sobre quais os sentidos são atribuídos à disciplina, quais conteúdos e métodos que configuram esse discurso e sua relação com os demais discursos científicos, a pesquisa contribui imensamente.

[...] entender os mecanismos do processo de transmissão e aquisição de conhecimento não é apenas um tema dos tratados científicos, trata-se de uma questão político-social, que se fosse esclarecida poderia contribuir para um melhoramento, ou pelo menos um refinamento das políticas públicas do sistema educacional, tanto no sentido de reduzir as grandes desigualdades na distribuição de conhecimento do universo escolar como também no âmbito de auxiliar os agentes do campo escolar a planejarem melhor suas

ações no que se refere às relações ensino-aprendizagem (LIMA, 2012, p. 22).

Podemos compreender que ao centralizar sua análise sobre como o discurso sociológico se realiza no contexto específico da sala de aula, o estudo contribui para o entendimento dos sentidos atribuídos à disciplina, seus conteúdos e métodos e os resultados de sua presença na escola.

Entre os sentidos da estruturação pedagógica do discurso da disciplina encontrados nas observações em campo, destacam-se dois conjuntos de realizações de práticas pedagógicas que poderiam, para fins analíticos, ser tipificados, como: 1º) Uma *Sociologia pragmática*, preocupada com os desdobramentos práticos imediatos dos conteúdos, no qual professores e alunos depositam na disciplina a expectativa de respostas prontas para os problemas sociais. A esse sentido supõe-se ser possível estabelecer uma relação de proximidade com aspectos da disciplina de Sociologia como parte dos projetos de modernidade dos anos 1920 e 1930. 2º) Uma sociologia *“personalista e politicamente correta”*, que, ao mobilizar o discurso de maneira pessoal, projeta identidades boas e más nos alunos. Nesse caso, as regras hierárquicas do enquadramento do discurso sociológico posicionam os transmissores e os adquirentes em posições antagônicas, sendo que o primeiro age como inquisidor e o segundo reage como réu ou vítima. Esse segundo tipo de prática vincula à disciplina de Sociologia a algum modelo de comportamento adequado, ora a ordem cívica, ora a alguma espécie de ordem civilizacional, ideológica ou utópica (LIMA, 2012, p.67).

Evidencia-se que para compreender os limites e as possibilidades do ensino de Sociologia na escola é necessário reconhecer as relações intrínsecas de poder presentes nesse campo específico.

Acerca do professor de sociologia percebemos que,

Tendo em vista o tipo de currículo e o tipo de pedagogia que se propõe para a Sociologia escolar, as orientações esboçam uma espécie de perfil intelectual do professor de sociologia. Este deve possuir pleno domínio do código elaborado da sociologia, em seus principais paradigmas, e estabelecer constante atualização de informações a respeito da sociedade de modo geral, de modo que se especialize, com os instrumentos sociológicos que dispõe nos temas que pretende abordar em sala de aula (LIMA, 2012, p.151).

Verificou-se que as orientações respeitam a autonomia do professor, mas cobram a responsabilidade em sua prática pedagógica com relação ao alcance do aluno ao discurso legítimo da sociologia.

Acerca do ensino de Sociologia verificou-se que,

[...] o discurso sociológico, em sua fase recontextualizada pela agência reprodutora (escola), apresenta-se em meio a um turbilhão de pressões externas e internas que compõem o microcosmo escolar. É entre os obstáculos e as possibilidades do universo escolar que o discurso é vocalizado e a mensagem é transmitida. A análise das observações indica que parte do conhecimento proposto no currículo

se transforma em códigos irreconhecíveis, mas outras partes são transmitidas e respondidas em sintonia com os objetivos científicos da Sociologia. E mesmo com todos os fatores que interagem com o processo discursivo da disciplina de Sociologia, a mediação pedagógica, conduzida pelo docente, é decisiva no resultado da recontextualização pedagógica (LIMA, 2012, p.212).

Ainda em 2012 temos a pesquisa realizada por Atila Rodolfo Ramalho Motta junto ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, intitulada “Que Sociologia é essa? Análise da recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico”. Nessa pesquisa procura-se problematizar o ensino de Sociologia a partir das práticas pedagógicas de professores com formações acadêmicas diversas. Por meio da análise de entrevistas verificou-se que os discursos pedagógicos acerca da Sociologia se encontram em um movimento dinâmico de configuração e a formação acadêmica influencia fortemente a construção desse discurso pedagógico. As problemáticas desenvolvidas são: Que Sociologia é essa ensinada nas escolas públicas de ensino médio do Paraná por professores com diferentes formações? Existe um discurso pedagógico hegemônico quanto à fundamentação e prática da disciplina? Ou teríamos um quadro configurado a partir de diversas “sociologias” no ensino médio?

Ressalta-se que no Paraná houve iniciativas que buscavam certa uniformidade na prática desse ensino como as Diretrizes Curriculares, o livro didático, entre outros. Assim procura-se problematizar se após alguns anos essas práticas colaboraram ou não na construção de um ou mais discursos pedagógicos sobre esse conhecimento sociológico na forma de disciplina escolar. A questão central é problematizar a estruturação do discurso pedagógico da Sociologia a partir da análise dos diferentes agentes e agências componentes dos campos de recontextualização oficial e de recontextualização pedagógica. Observou-se que a Sociologia no ensino médio oscila entre um conhecimento mais teórico e reflexivo e um conhecimento mais instrumental e prático.

[...] a diferença sobre a percepção dos principais objetivos da Sociologia, entre os formados e os não formados em Ciências Sociais mais uma vez possa vir a ser pensada sob o prisma dos diferentes códigos que estruturam os diferentes discursos pedagógicos desses professores, ou seja, um código mais “acadêmico” (no sentido de contato mais direto com os teóricos das Ciências Sociais ainda na graduação) e um código mais instrumental, no sentido de conceber os aspectos práticos da disciplina (MOTTA, 2012, p.131).

Assim como outras pesquisas tem evidenciado a formação específica em Ciências Sociais é um elemento forte sobre o ensino de sociologia, seus objetivos e práticas docentes.

A Sociologia no ensino médio, ao menos nos espaços aqui analisados, parece oscilar então entre um conhecimento mais teórico e reflexivo – quando estão em vigor os exercícios de estranhamento e desnaturalização dos fenômenos sociais – e um conhecimento mais instrumental e prático – que prescreve certa intervenção na realidade social. Nesse sentido, mais que um conhecimento hibridizado (entre reflexão teórica e intervenção prática) julgo terminantemente necessário analisar a disciplina escolar de Sociologia levando em consideração que esse discurso pedagógico pode movimentar-se entre os polos fraco e forte dos princípios de classificação e enquadramento, resultando em discursos diversos. Se levarmos em conta as ressignificações de diferentes códigos que perpassam a disciplina, as variedades de se conceber o ensino escolar de Sociologia aumentam exponencialmente (MOTTA, 2012, p. 154).

Maria das Dores de Souza (2012) em seu trabalho intitulado “Identidade e docência: o saber-fazer do professor de sociologia das escolas públicas estaduais de Picos – PI”, tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, procura compreender alguns aspectos acerca da identidade e da docência no cotidiano do professor de Sociologia no ensino médio das escolas públicas de Picos. O objetivo central dessa pesquisa é problematizar as inter-relações entre o saber-fazer e o processo de elaboração da identidade desses profissionais. Por meio desse estudo podemos entender quais os sentidos que os professores entrevistados conferem à atividade docente no âmbito do contexto escolar.

É preciso olhar os conhecimentos internalizados pelos professores no processo de sua formação e as experiências adquiridas por meio das ações que realizam no cotidiano da escola, pois não existe um saber-fazer desligado de implicações de valores, de consequências sociais e de opções epistemológicas acerca do conhecimento transmitido (SOUZA, 2012, p. 16).

Assim a identidade se desenvolve a partir de um processo social internalizado e reelaborado pelo próprio indivíduo.

As problemáticas destacadas pela autora são: Quais os sentidos atribuídos pelos professores à profissão docente? O que pensam sobre as particularidades do ser professor de Sociologia do Ensino Médio? Quais os sentidos atribuídos ao seu saber-fazer? Esses professores estabelecem inter-relações entre o saber-fazer e a construção da identidade profissional?

Os sentidos atribuídos expressaram marcas de uma identidade profissional em construção, em movimento, em transformação, em conflito e em mediação constante com o seu saber-fazer pedagógico, com o seu jeito de ser professor de Sociologia, no cotidiano de sala de aula. Na atitude ética e na significação atribuída a si mesmo e ao outro, construíram suas experiências de ser, buscando e vivenciando sentidos (SOUZA, 2012, p.155).

Novamente o sentido do ensino de Sociologia revela-se entrecortado pela sua história descontínua e na sua relação com a construção do ser social racional.

No ano de 2012, Tatiane Kelly Pinto de Carvalho defendeu sua dissertação junto ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, intitulada “Ensino de Sociologia: elementos da prática docente no ensino médio”. A pesquisa procura problematizar a prática e o fazer docente, levando em consideração a formação acadêmica e o *habitus* construído ao longo da trajetória profissional. Deseja-se compreender o perfil dos professores que lecionam a disciplina de Sociologia a partir da sua formação acadêmica e das práticas realizadas em sala de aula, bem como analisar suas estratégias para o desenvolvimento de conceitos sociológicos e avaliar a repercussão da trajetória acadêmica e profissional do professor em sua prática docente.

[...] as práticas desenvolvidas no ensino de Sociologia encontram-se atreladas a um *habitus*, entendido como o processo de incorporação de crenças, valores e percepção em relação à prática e ao modo de fazer docentes. Essa noção nos auxilia a pensar a relação e a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos professores (CARVALHO, 2012, p. 56).

Ao problematizar a formação docente e a construção de um *habitus* professoral é possível compreender como estes influenciam na elaboração dos métodos, na seleção dos conteúdos, ou seja, na prática docente. Constata-se que apesar de professores de outras áreas ministrarem a disciplina não existe uma diferença significativa no âmbito de suas práticas docentes.

Em 2013, Rodrigo Belinaso Guimarães defende sua tese de doutorado vinculada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulada “Sociologia no ensino médio: cenários biopolíticos e biopotência em sala de aula”. A pesquisa realiza uma análise de ações pedagógicas elaboradas para a disciplina de Sociologia no ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

no ano de 2011. Diante da crise da educação na contemporaneidade é preciso preocupar-se com as tendências de formação humana em consonância com os interesses neoliberais.

O objetivo é problematizar as possibilidades de se construírem práticas pedagógicas em Sociologia que possibilitem pôr em movimento a potência, a criatividade e a abertura aos educandos, para que estes possam introduzir alguma novidade no mundo. Evidencia-se a necessidade de se construir um currículo escolar para a disciplina de Sociologia no ensino médio que não seja vinculado às pretensões modernas de ordenamento populacional e conclui-se que existem possibilidades para a construção desse currículo composto por atividades inovadoras e espaços de conversação entre os educandos sobre temas em comum.

No ano de 2014, Gregório Antônio Fominsk do Prado defendeu sua dissertação de mestrado vinculada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, intitulada “Quando o ensino desafia a ciência: algumas questões presentes nos processos de ensino-aprendizagem da Sociologia”. A pesquisa tem como objetivo problematizar os obstáculos epistemológicos que o ensino da Imaginação Sociológica encontra em um contexto marcado pela racionalidade reificada. O objetivo é fundamentar epistemologicamente o conceito de Imaginação Sociológica enquanto um processo abstrato e criativo capaz de desvelar e propor o entendimento dos fenômenos, relações e ações sociais.

Nesse trabalho realiza-se uma reflexão sobre como as heranças científicas configuram a Sociologia e como o ensino da Imaginação Sociológica encontra dificuldades no ensino médio desafiando a própria ciência. A preocupação é compreender como a Imaginação Sociológica tem sido desenvolvida em sala de aula. Nesse sentido a pesquisa inova ao centralizar suas reflexões sobre como tem se realizado a abordagem deste conceito, refletindo sobre suas possibilidades e seus limites nesse nível de ensino. Os resultados obtidos demonstram uma ruptura na maneira de entender as tradições científicas, questionando a própria racionalidade instrumental e confirmam a hipótese de que os obstáculos ao entendimento da Imaginação

Sociológica encontram-se em um determinado tipo de cientificidade, o que é consequência direta das influências da racionalidade instrumental.

Ainda em 2014, Anna Christina de Brito Antunes defendeu sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “A formação inicial de professores de sociologia: elementos de constituição da profissionalidade docente”. Nessa pesquisa Antunes ao analisar aspectos da constituição da profissionalidade docente na formação inicial de professores de Sociologia procura problematizar os modelos de professor encontrados nos projetos formativos brasileiros. É preciso questionar acerca de qual modelo de professor e qual formação de professores está sendo pensada e desenvolvida para e nos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais. Chama-se a atenção para um ponto fundamental na consolidação de nossa disciplina ao afirmar que “pensar a formação de professores pressupõe considerar o papel estratégico que esse movimento vem ocupando nas políticas educacionais mais amplas e quais as forças e tensões se configuram nesse campo” (ANTUNES, 2014, p.21). Reforça-se a hipótese de que as peculiaridades na formação do professor de Sociologia estão fortemente relacionadas pela intermitência da disciplina nos currículos escolares. A intenção é problematizar como a dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura influencia no processo de construção da profissionalidade docente em um espaço em que se realizam outras profissões como as de antropólogo, sociólogo ou cientista político. A pesquisa constata que fortalecer a identidade docente nos cursos de licenciatura é primordial na construção da profissionalidade docente, ou seja, o fortalecimento da identidade nessa formação inicial possibilita mais recursos na construção dessa profissionalidade.

Maria Cristina Estelllo Leite também nesse ano defende sua dissertação junto ao programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, intitulada “Faz sentido? ” – Práticas docentes no ensino médio na disciplina de Sociologia – um estudo na rede pública do estado de São Paulo”. Nessa pesquisa, por meio de um trabalho de campo, procura-se primeiramente problematizar o ensino de Sociologia enquanto disciplina escolar, ou seja, quais as especificidades e a relação com a cultura



escolar. Num segundo momento a mesma problematiza algumas questões sobre o currículo, sobre os materiais e as condições de trabalho nas redes pedagógicas realizadas em sala de aula tendo como foco o processo de desnaturalização da realidade e a interação entre os conteúdos e a própria cultura escolar.

Nesse capítulo verificou-se que a problemática da formação de professores em geral e especificamente de Sociologia é o elemento principal na construção tanto das práticas metodológicas como na abordagem e seleção de conteúdos e na própria elaboração da identidade desse ensino.

A dicotomia entre teoria e prática, entre o universo acadêmico de formação e a realidade das instituições escolares se configura como um dos obstáculos a serem superados pelo ensino de Sociologia. Historicamente, no âmbito acadêmico existiu e ainda existe uma valorização dos cursos de Bacharelado. Ainda que atualmente tenha-se constatado avanços nas políticas para os cursos de Licenciatura, ainda encontramos inúmeros obstáculos para que essas políticas se efetivem plenamente.

## 7 CONCLUSÃO

Percebemos ao longo desse trabalho que em termos gerais as pesquisas têm em comum uma preocupação em compreender o processo histórico de institucionalização e consolidação da disciplina de Sociologia, tanto no ensino superior, mas com maior ênfase no ensino médio.

Outro ponto forte abordado pelos trabalhos é a preocupação em compreender quais os sentidos têm sido atribuídos ao longo dos anos à disciplina de Sociologia e seu ensino, especialmente no nível médio, tanto na perspectiva de professores que ministram a disciplina quanto na dos alunos e especialmente nos documentos oficiais que versam sobre o tema.

No que se refere às metodologias utilizadas nos trabalhos, o que foi possível perceber é que conforme o objeto de estudo dos trabalhos se aproximavam, as metodologias se tornavam comuns, ou seja, é interessante notar que certos temas conduzem o pesquisador ao desenvolvimento de metodologias específicas para a análise de seu objeto, tornando possível um trabalho futuro de mapeamento do *corpus* metodológico dos estudos sobre o ensino de Sociologia. Para além dessas questões constatamos que, de maneira geral, todos os trabalhos são fortemente marcados por uma perspectiva qualitativa e os instrumentos metodológicos mais utilizados foram: as entrevistas pré-estruturadas, a análise documental, a observação participante, entre outros.

No que tange a centralidade dos materiais didáticos, como foi abordado no capítulo dois, é possível afirmar que estes não se configuram somente como uma das principais fontes de divulgação e institucionalização do conhecimento das Ciências Sociais, mas também como um dos principais instrumentos de formação da prática pedagógica dos professores da disciplina. Os trabalhos evidenciaram que não há muitas divergências entre os livros no que se refere aos conceitos e autores clássicos da Sociologia, entretanto as principais críticas realizadas sobre os mesmos se referem à superficialidade com que alguns temas são abordados, sobre a linguagem utilizada e principalmente sobre os procedimentos metodológicos e didáticos a serem utilizados pelos

professores no desenvolvimento dos conteúdos, especialmente no contexto da sala de aula. Nesse sentido, uma questão relevante a ser debatida com maior profundidade é a dimensão metodológica do ensino da disciplina, ou seja, cabe ainda um aprofundamento sobre o espaço destinado nos cursos de licenciatura em ciências sociais ao debate sobre procedimentos didáticos e metodológicos no ensino de sociologia, bem como uma análise sobre as formas com que eles são desenvolvidos no âmbito da própria instituição escolar.

Sobre as representações e a importância que o ensino de Sociologia adquire tanto para os estudantes como para os professores as pesquisas nos evidenciaram que o ensino de Sociologia tem papel significativo na formação dos jovens. Constatamos que de forma geral acredita-se que esse ensino promove uma ampliação do senso crítico na medida em que seus conteúdos e temas propõem uma reflexão sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade de forma científica e também política, expressa na ideia de uma formação para o exercício da cidadania. Em suma, os debates nessa área apontam que de fato não basta apenas compreender a realidade, é preciso instigar nossos jovens a problematizá-la e transformá-la, a fim de que o conhecimento crítico e analítico se transforme ele mesmo em conhecimento prático. Entretanto, os trabalhos apontaram que da maneira como o ensino ocorre esses objetivos acabam sendo extremamente limitados pelas condições precárias onde se realiza o trabalho docente.

Possivelmente um dos maiores desafios ao ensino de Sociologia se refira à formação de professores, seja no âmbito do domínio teórico, seja no âmbito da prática pedagógica, na transposição didática de conceitos e teorias, na elaboração de metodologias de ensino e de procedimentos de avaliação. O que os trabalhos nos evidenciaram é que muitos dos professores que lecionam a disciplina não são formados na área e os que são formados na área apontam dificuldades relacionadas ao processo de formação inicial, especialmente com relação à dicotomia entre o Bacharelado e a Licenciatura. Apesar dessas constatações é importante ressaltar que alguns avanços nessa área têm sido realizados nos últimos anos como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) quem tem contribuído muito na aproximação dos cursos de Licenciatura com o universo escolar, o que tem facilitado aos futuros

professores um contato maior com a realidade das instituições escolares. Temos também o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) que tem possibilitado uma oportunidade de formação – segunda Licenciatura - para professores que atuam em disciplinas nas quais ainda não possuem formação.

Percebemos que a problemática da formação de professores está presente em todos os trabalhos por nós analisados, seja de forma mais discreta ou mais explícita. No primeiro capítulo quando analisamos o processo de institucionalização da disciplina em nosso país, Meucci (2000) constatou que esse processo tem início com a introdução da disciplina nas escolas normais, ou seja, nas escolas que ofereciam formação para professores que atuariam no ensino médio.

No segundo capítulo quando evidenciamos a produção acadêmica sobre os materiais didáticos de sociologia verificamos que os primeiros manuais para a disciplina eram resultado de transcrições de cursos de formação de professores e tinham como objetivo exatamente preparar/formar professores de sociologia tendo em vista que ainda não haviam sido criados os primeiros cursos de Ciências Sociais a nível de graduação.

Quando expomos a produção acadêmica sobre as representações que alunos e professores têm sobre o ensino de Sociologia, Santos (2002) evidenciou que essa representação é influenciada pela formação acadêmica do professor, ou seja, a formação específica ou não em Ciências Sociais influencia diretamente nas representações construídas por alunos ou professores sobre os sentidos da disciplina, sua identidade.

Uma questão relevante e atual para o debate é o fato de que no dia oito de fevereiro de 2017 foi aprovada pelo Senado Federal a Medida Provisória 746, também conhecida como (contra) reforma do ensino médio. Desde o dia vinte e seis de setembro de 2016 quando havia sido publicada, inúmeras manifestações tanto de estudantes como de professores tem ocorrido nas instituições de ensino espalhadas por todo o país. Essa reforma tem na sua essência as mesmas intenções presentes na reforma realizada na década de 1990, ou seja, a busca por uma maior flexibilização tanto dos currículos como da própria organização do trabalho nas instituições de ensino e está

intimamente alinhada a uma tendência mais ampla da sociedade capitalista que tem buscado por meio da escola e do próprio conhecimento construir novas bases para a continuidade de seu desenvolvimento.

A medida tem sido duramente criticada por especialistas especialmente sobre os seguintes aspectos: aumento da carga horária de quatro horas para um regime integral de sete horas sem que tenha ocorrido uma reforma na estrutura atual das escolas; a contratação de professores com “notório saber”, ou seja, sem a necessidade de formação específica na área de atuação o que prejudica muito a qualidade do ensino; a retirada de disciplinas como filosofia, sociologia, artes e educação física o que representa o fim de um aprendizado crítico (RIBEIRO, 2017, s/p).

É possível analisar a proposta de reforma a partir do processo descrito por Martha Craven Nussbaum, filósofa estadunidense, a qual afirma que vivenciamos atualmente uma crise silenciosa, uma crise na educação, que ainda não pode ser sentida, mas que trará consequências sérias para o futuro da democracia. Na busca por maiores lucros, os Estados Nacionais e seus sistemas de educação estão descartando certos conhecimentos e atitudes fundamentais para a manutenção da democracia. Disciplinas relacionadas às Artes e as Humanidades estão sendo excluídas dos currículos e esse fato trará consequências terríveis para o sistema democrático. Vistas como disciplinas inúteis pelos reformadores, pois, não teriam utilidade em uma formação direcionada para a competitividade e para o desenvolvimento econômico dos jovens. Ou seja, em contraposição às capacidades de imaginação, criatividade e de pensamento crítico os currículos têm sido orientados para as capacidades utilitárias e práticas capazes de gerar lucratividade (NUSSBAUM, 2010).

Compreendemos assim que a reforma anunciada pelo governo por meio da medida provisória 746 se insere nessa lógica utilitarista a qual se refere Nussbaum. Ao retirar disciplinas como Sociologia, História, Geografia, Artes e Filosofia a reforma enfatiza um conhecimento mais utilitário e menos crítico e criativo. Observa-se que a educação para o crescimento econômico tem certo desprezo pelas disciplinas de humanidades por estas não apresentarem de imediato progresso econômico nem para as pessoas e nem

para a nação. Assim os programas relacionados a essas áreas têm sofrido muitos cortes em todo o mundo.

Assim como Nussbaum acreditamos que as disciplinas de humanidades – Artes, Filosofia, Sociologia, História e Geografia - desenvolvem capacidades fundamentais para a preservação da democracia e para a construção de uma cultura internacional digna que possa enfrentar os problemas mais graves do mundo. Entendemos que são muitos os desafios e muitas as variáveis que interferem no ensino de Sociologia na educação básica; acreditamos que esse conhecimento científico, e acima de tudo o de Humanidades, é muito importante na formação de nossos jovens e na manutenção da democracia. Por isso precisamos problematizar sobre como, de fato, o mesmo tem ocorrido em nossas instituições escolares e quais as consequências que essas novas propostas de reforma trarão para o futuro próximo.

Hoje novamente presenciamos a possibilidade de exclusão da disciplina de Sociologia dos currículos do Ensino Médio; vivenciamos novamente um contexto político, econômico, social e cultural em nível global de muitas incertezas, mas, com uma tendência neoliberal muito clara. E nesse contexto é preciso novamente que professores, alunos, sindicatos e cientistas sociais se unam na luta pela preservação do pequeno e conflituoso espaço alcançado pela Sociologia e pelas ciências sociais no âmbito da educação básica brasileira.

Assim como Nussbaum, acreditamos que o ensino de Sociologia assim como das Ciências Humanas é extremamente importante para o fortalecimento e preservação da democracia em nosso país. Essas disciplinas – Artes, Sociologia, Filosofia, Geografia, História e Educação Física – são muito valiosas na formação de um mundo onde possamos respeitar as diferenças culturais, religiosas e sexuais; onde possamos construir um mundo mais solidário e justo e menos competitivo e violento.

É preciso pensar o ensino de Sociologia no contexto real no qual o mesmo está inserido. Como professores precisamos compreender a multidimensionalidade do processo didático, isto é, devemos articular as dimensões humana, técnica, política e social que permeiam o processo de

ensino. Precisamos, se quisermos realizar uma práxis de fato, buscar a aproximação entre teoria e prática nos cursos de formação inicial tendo como foco ampliar o espaço para a reflexão.

Penso que o ensino de Sociologia deva ser comprometido com a construção da autonomia, do conhecimento e do pensamento crítico. Dessa maneira não pode ser neutro. É preciso que o professor tenha consciência da dimensão política e social da educação e por meio do processo de desnaturalização e estranhamento da realidade, por meio do desenvolvimento da imaginação sociológica, instigue seus estudantes a transformarem a realidade na qual os mesmos estão inseridos. Acreditamos que se a Sociologia possa ser considerada subversiva por instigar a contestação, o questionamento, a mobilização política; uma ação que vise a transformação da sociedade por meio de seus conteúdos e conceitos; então que ela seja a mais subversiva possível.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Anna Christina de Brito. **A formação inicial de professores de sociologia**: Elementos de constituição da profissionalidade docente. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2014.
- BARIANI JUNIOR, Edilson. **A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias**: (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos), Curitiba PR: CRV, 2012.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.
- BRASIL. **Lei n. 11.684**, de 2 de junho de 2008. Altera o art.36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm). Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Bases Legais**. Brasília: Ministério da Educação, 2000. P. 168.
- BRIDI, Maria A. & ARAÚJO, Silvia M; MOTIM, Benilde L. **Ensinar e aprender Sociologia**. São Paulo, ed Cortez, 2009.
- BORGES, Adriana Cristina. **Tecnologias e ensino de Sociologia**: interfaces problematizadas pelos professores do ensino médio. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – Pr. 2014.
- CAJU, Andreia Vania Ferreira. **Análise da disciplina Sociologia na educação profissional**: reflexões a partir de um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Ciências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. 2005.
- CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ed. Unijuí, 2004.
- CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. A Trajetória da Luta Pela Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: Lejeune Mato Grosso de Carvalho (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate**: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ed. Unijuí, 2204.
- CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de. **Ensino de Sociologia**: elementos da prática docente no Ensino Médio. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. 2012
- COHAN, Marival. **A Sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, 2006.
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade, 2º ed, São Paulo: Moderna, 1997.



CUNHA, Patrícia Pereira. **O ensino de Sociologia**: uma experiência na sala de aula. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFCE. 2009.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Ed. Melhoramentos, 1973. 9ª Edição.

FELIJO, Fernanda. **A sociologia contemporânea na sala de aula**: (re) pensando algumas perspectivas para o ensino das ciências sociais no ensino médio. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. SP. 2012.

FERREIRA, Eduardo Carvalho. **Sobre a noção de conhecimento escolar de Sociologia**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL. 2011.

FLORÊNCIO, Maria Amélia de Lemos. **O ensino da sociologia no nível médio e as contradições institucionais de sua obrigatoriedade**. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. 2011.

FRANÇA, Valnei Francisco de. **O “entorno” da transposição didática da disciplina de Sociologia no ensino médio do Paraná e “a construção de seu universo gravitacional”**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPr. 2009

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. Ed.Cortez, 2003, 13 edição.

GHEDIN, Evandro (Org), PIMENTA, Selma G. **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 5º Ed. São Paulo:Cortez,2008.

GUELFY, Wanirley Pedroso. **A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro –1925-1942**. Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba-Pr: UFPR.

GUIMARÃES, Rodrigo Belinaso. **Sociologia no Ensino Médio**: cenários biopolíticos e biopotência em sala de aula. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2013.

LEITE, Maria Cristina Stello. **“Faz sentido?” Práticas docentes no ensino meio na disciplina Sociologia**: um estudo na rede pública do estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação – SP. 2014.

LENNERT, Ana Lucia. **Professores de Sociologia**: relações e condições de trabalho. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Campinas; Faculdade de Educação – SP. 2009.

LEODORO, Silvana Aparecida Pires. **A disciplina Sociologia no ensino médio**: perspectivas de mediação pedagógica e tecnológica. Um diálogo possível. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade de São Paulo; Faculdade de Educação; 2009.

LIMA, Alexandre Jerônimo Correia. **Teorias e métodos em pesquisas sobre ensino de sociologia**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL. 2012.

LIMA, Fabiana Conceição Ferreira de. **A Sociologia no Ensino Médio e sua articulação com as concepções de cidadania dos professores**. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. 2012.

LIMA, Rosilene de. **A sociologia da educação na obra de Carneiro leão e suas contribuições na formação de professores**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM. 2011.

MACHADO, Celso de Souza (1987). O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. In: **Revista da Faculdade de Educação**. Vol. 13, n.º 1, p.115-142.

MARTINS, ÂNGELA M. Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio: Avaliação de documento. **Caderno de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, nº 104, abr. 2000.

MASCARENHAS, Alexandra Garcia. **As representações dos professores e estudantes sobre a Sociologia no Ensino Médio**: investigando as comunidades virtuais do *Orkut*. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas – RS. 2012.

MEUCCI, Simone (2000). **A Institucionalização da Sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas-SP: IFCHUNICAMP.

MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1, Vértice, 1989.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **A estratégia dos Católicos na conquista da Sociologia na UFRGS 1940-1970**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS. 2006

MORAES, Amaury César. Por que Sociologia e Filosofia no Ensino Médio? In: Lejeune Mato Grosso de Carvalho (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate**: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ed. Unijuí, 2204.

MORAES, Amaury César. O Veto de FHC: o Sentido de um Gesto. In: Lejeune Mato Grosso de Carvalho (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate**: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ed. Unijuí, 2204.

MORAES, Amaury C. **Desafios para a implementação do Ensino de Sociologia na escola média brasileira**, Cadernos do NUPPs, ano 2, setembro de 2010.

MORAES, Luiz Fernando Nunes. **Da Sociologia cidadã à cidadania sociológica**: as tensões e disputas na construção dos significados de cidadania e do ensino de Sociologia. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR. 2009.

MOTA, Kelly Cristine Correa da Silva. **Os lugares da Sociologia na educação escolar de jovens no ensino médio**: formação ou exclusão da cidadania e da crítica? Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; RS. 2003.

MOTTA, Atila Rodolfo Ramalho. **Que sociologia é essa?** Análise da recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL. 2012.

MOURA, Neide de Lima. **O papel da Sociologia na formação do jovem:** perspectivas dos estudantes. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE; SP.2012.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Sociologia do ensino de Sociologia:** os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar. Tese de Doutorado em Educação da Universidade de São Paulo; Faculdade de Educação. 2014.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. **Ensino de Sociologia:** desafios epistemológicos para o Ensino Médio.

PAVEI, Katiuci. **Reflexões sobre o ensino e a formação de professores de sociologia.** Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2008

PERUCCHI, Luciane. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar:** os livros didáticos de OSPB. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; 2009.

PRADO, Gregori Antônio Fominsk do. **Quando o ensino desafia a ciência:** algumas questões presentes nos processos de ensino-aprendizagem da Sociologia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL. 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. 19ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003. – (Coleção memória da educação).

RESES, Erlando da Silva. **...E com a palavra: os alunos.** Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no ensino médio. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília – DF. 2004.

RIBEIRO, Ana Júlia. **O desmonte do ensino médio.** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/939/o-desmonte-do-ensino-medio>

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2000.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação brasileira (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 1987. p. 135.

ROMANO, Fabio Geraldo. **A luta em defesa da Sociologia no ensino médio (1996-2007):** um estudo sobre a invenção das tradições. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara – SP. 2009.

ROSA, Maristela. **O trabalho docente com a disciplina de Sociologia:** algumas reflexões sobre o ser professor no ensino médio da rede pública de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2009.

SANTOS, Mário Bispo dos. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: Lejeune Mato Grosso de Carvalho (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate**: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ed. Unijuí, 2204.

SANTOS, Mario Bispo dos. **A sociologia no ensino médio**: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília – DF. 2002.

SANTOS, Renata Oliveira dos. **A implementação da Sociologia nas instituições privadas paranaenses**: um estudo sociológico. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM. 2011.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **O ensino de sociologia na escola média brasileira**: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina. Trabalho apresentado no *4º Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional*, da Universidade Federal Fluminense - UFF, realizado em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil, em março de 2011.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões Acerca do Sentido da Sociologia no Ensino Médio. In: Lejeune Mato Grosso de Carvalho (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate**: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ed. Unijuí, 2204.

SARANDY, Flavio Marcos Silva. **Sociologia volta à escola**: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – 2004.

SILVA, Ileizi L. F. (Org.). **Caderno de Metodologias de Ensino e de Pesquisa de Sociologia**, Programa Universidade sem Fronteiras PR, 2009.

SILVA, Ileizi L.F. **Das fronteiras entre ciência e educação escolar**: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, no Estado do Paraná (1970-2002). Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2006.

SOUZA, Shelley Muniz Azambuja Neves de. **A defesa da disciplina sociologia nas políticas para o ensino médio de 1996 a 2007**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. 2008.

SOUZA, Maria das Dores de. **Identidade e docência**: o saber-fazer do professor de Sociologia das escolas públicas estaduais de Picos – PI. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. 2012.

STEMPKOWSKI, Ivete Fátima. **A influência social na construção do conhecimento**: a formação dos currículos de sociologia no ensino médio. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. **Ensinar Sociologia**: análise de recursos do ensino na escola média. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade de São Paulo; Faculdade de Educação; 2007.

TEDESCO, Juan C. **O novo pacto educativo**: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo, Ática, 1995.

TOMAZI, Nelson Dacio. JÚNIOR, Edmilson Lopes. Uma Angústia e Duas Reflexões. In: Lejeune Mato Grosso de Carvalho (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate**: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ed. Unijuí, 2004.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 2ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Ed. Cultrix, 2002.

**Sites consultados:****Proposta curricular do Estado de São Paulo:**

[http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Prop\\_MAT\\_COM\\_P\\_red\\_md\\_20\\_03.pdf](http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Prop_MAT_COM_P_red_md_20_03.pdf)

**Artigo “O Ensino da Sociologia: Dilemas de uma disciplina em busca do reconhecimento”:**

<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-da-Sociologia.pdf>

**I Simpósio Estadual de Formação de Professores de Sociologia – UEL:**

<http://www.uel.br/grupoestudo/gaes/pages/arquivos/CadernodeResumosISimpósioEstFormProfSocb.pdf>

**A sociologia, a nova LDB e os paradigmas pós-modernos:**

[www.uel.br/grupo-estudo/.../a%20sociologia\\_ldb\\_pos\\_modernidade.rtf](http://www.uel.br/grupo-estudo/.../a%20sociologia_ldb_pos_modernidade.rtf)